Revista de Ensino e Cultura

v. 03, n. 02, 2020 - ISSN 2595-7643

Centro Universitário Natalense
Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte

REVISTA DE ENSINO E CULTURA - REC

É a Revista do Centro Universitário Natalense (UNICEUNA), mantida pela ASPER/PB, criada com o objetivo de incentivar e instigar nossos alunos a buscarem através da pesquisa empírica e da análise de dados, juntamente com seus professores orientadores, a produção de artigos completos para periódicos e de resumos para Anais.

REVISTA ONLINE:

Editora: Iara Miller (UNICEUNA).

CONSELHO EDITORIAL:

Drª Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira Rossi
Drª Daliana Caldas Pessoa da Silva
Dr. Élio Pessoa Cazuza
Drª Elizabeth Cristina Gomes dos Santos
Dr. Emmanuel de Sousa Campos
Dr. José Pedro da Silva Júnior
Drª Larissa Ramalho Dantas Varella
Drª Lorenna Marques de Melo Santiago
Drª Luanda Bárbara Ferreira Canário de Souza
Drª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros
Dr. Rêncio Bento Florêncio
Dr. Paulo Ricardo Cosme Bezerra
Dr. Sérgio Alexandre de Morais Braga Júnior
Drª Vanessa Almeida Otelo

REVISÃO DE TEXTO EM PORTUGUÊS:

Drª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).
Drª Maria de Fátima Silva dos Santos Sena (UFRPE).

EQUIPE DE PARECERISTAS *AD HOC*:

Drª Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira Rossi (UNICEUNA).
Drª Catharinne Angélica Carvalho de Farias (UFRN).
Drª Daliana Caldas Pessoa da Silva (UFRN).

Dr. Élio Pessoa Cazuza (Secretaria da Educação a da Ciência e Tecnologia da Paraíba.).
Drª Elizabeth Cristina Gomes dos Santos (UFRN).
Dr. Emmanuel de Sousa Campos (UNIP).
Dr. Fabrício Germano Alves (UFRN).
Drª Francisca de Souza Miller (UFRN)
Dr. João Felipe Bezerra (UFPB).
Dr. José Pedro da Silva Júnior (Secretaria da Educação a da Ciência e Tecnologia da Paraíba.).
Drª Larissa Ramalho Dantas Varella (UNICEUNA).
Drª Lorenna Marques de Melo Santiago (UFRN).
Drª Luanda Bárbara Ferreira Canário de Souza (UNIFACEX).
Drª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).
Drª Maria de Fátima Silva dos Santos Sena (UFRPE).
Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).
Dr. Paulo Ricardo Cosme Bezerra (UFRN).
Dr. Rêncio Bento Florêncio (UNICEUNA).
Dr. Sérgio Alexandre de Morais Braga Júnior (UFRN).
Dr. Luciano do Nascimento Silva (CCJ/UFPB).
Drª Vanessa Almeida Otelo (UNIFACEX).

PERIODICIDADE:

Semestral

DESCRIÇÃO:

Periódico (pen drive).
Volume 03, Número 01, Ano 2020. | **ISSN:** 2595-7643.

FONTES DE APOIO:

Centro Universitário Natalense - UNICEUNA;

CONTATO E ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

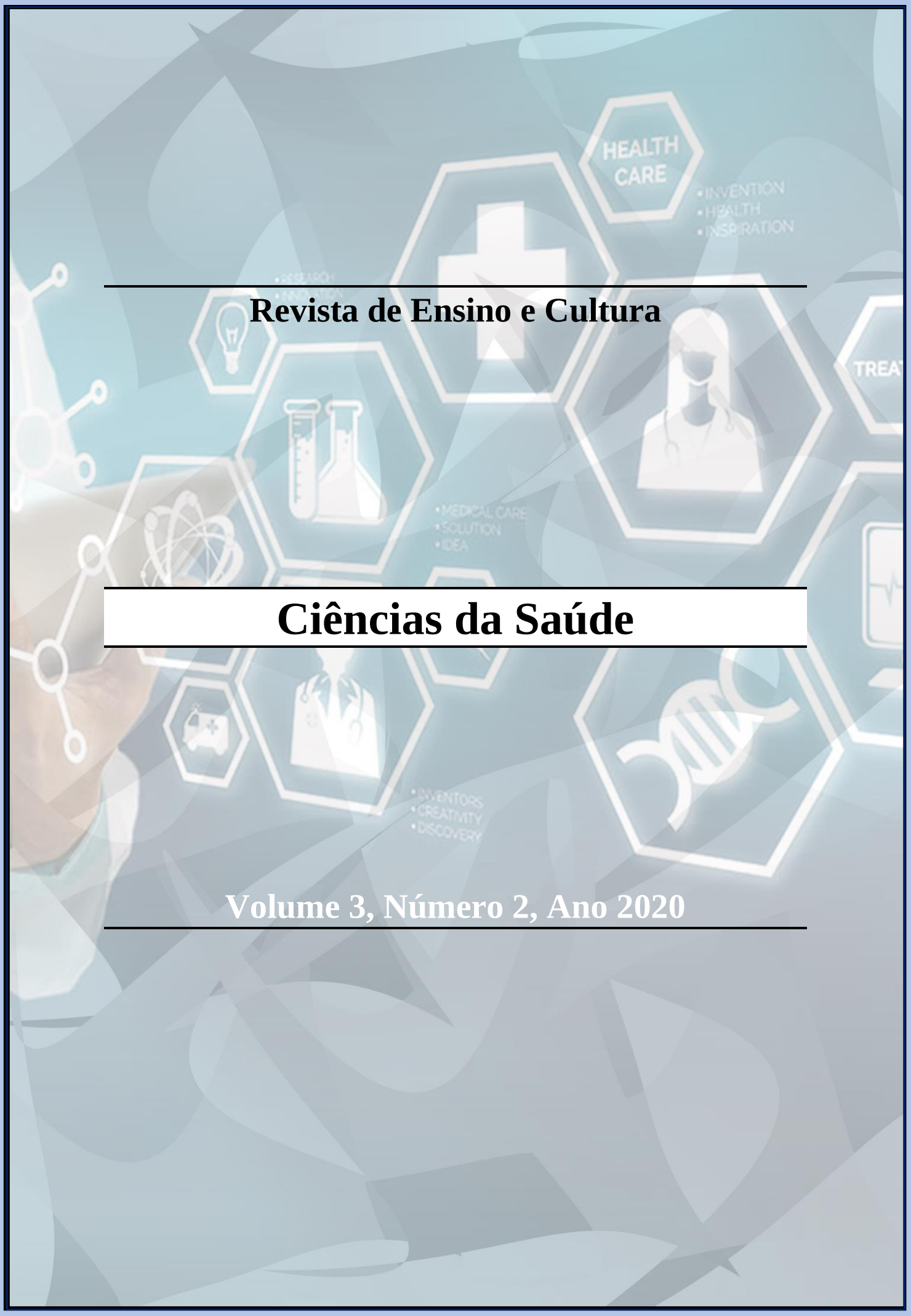
Av. Prudente de Morais, nº 4890, lagoa Nova, CEP: 59063-200, Natal/RN.
Fones: (84) 3234 3637 / 3234 3551.

Art.	__ SUMÁRIO _| |_ SUMMARY _| |_ RESUMEN __	Pág.

	CIÊNCIAS DA SAÚDE	07
01	MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: ANALISANDO A DANÇA COMO PRÁTICA DE INTERVENÇÃO *MOTIVATION OF STUDENTS IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS: ANALYZING THE DANCE AS A PRACTICE OF INTERVENTION* *LA MOTIVACIÓN DE LOS ESTUDIANTES EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA-APRENDIZAJE: ANÁLISIS DE LA DANZA COMO UNA PRÁCTICA DE INTERVENCIÓN* **Autores:** Gércica Fabiele Soares Pacheco; Guiomar Gardênia Paulo da Silva; José Jefferson Gomes Eufrásio; Natália Maria Conceição Figueirôa e Ana Camila Campelo De Albuquerque Nunes.	08 a 22
02	COMPARAÇÃO DE RESPOSTAS DO TREINADOR E DOS FUTEBOLISTAS DAS CATEGORIAS DE BASE *COMPARISON OF RESPONSES OF THE COACH AND FOOTBALL PLAYERS OF THE BASIC CATEGORIES* *COMPARACIÓN DE LAS RESPUESTAS DEL ENTRENADOR Y FÚTBOLISTAS DE LAS CATEGORÍAS BÁSICAS* **Autores:** Edson Pereira de Barros; Thiago Vieira da Silveira e Hugo César Reis Câmara.	23 a 42
03	O DIFERENCIAL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO DESEMPENHO MOTOR: NO 5ºANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I *THE DIFFERENTIAL OF THE PHYSICAL EDUCATION PROFESSIONAL IN MOTOR PERFORMANCE: IN THE 5TH YEAR OF ELEMENTARY EDUCATION I* *EL DIFERENCIAL DEL PROFESIONAL DE LA EDUCACIÓN FÍSICA EN EL DESEMPEÑO MOTOR: EN EL 5 º AÑO DE EDUCACIÓN FUNDAMENTAL I* **Autores:** Mariana Talita de Pontes; Helder Tadeu dos Santos; Silvana Momm e Ana Camila Campelo de Albuquerque.	43 a 66
04	INCIDÊNCIA DE IDOSOS HIPERTENSOS NAS ACADEMIAS DA ZONA NORTE DE NATAL *INCIDENCE OF HYPERTENSIVE ELDERLY IN THE GYMS OF* *THE NORTH ZONE OF NATAL* *INCIDENCIA DE PERSONAS MAYORES HIPERTENSIVAS EN LAS ACADEMIAS DE NAVIDAD DEL NORTE* **Autores:** Ekner Avelino da Silva Filho; Juliana de Almeida Dantas; Jeferson Tafarel Pereira do Rêgo e Eloyse Emmanuelle Rocha Braz Benjamim.	67 a 77
05	FATORES MOTIVACIONAIS DE PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO *MOTIVATIONAL FACTORS FOR FITNESS ENTHUSIASTS* *FACTORES MOTIVACIONALES DE LOS PRACTICANTES DE MUSCULACIÓN* **Autores:** Alessandra Batista da Costa; Ana Camila Campelo de Albuquerque e Natália Maria Conceição Figueirôa.	78 a 92
	CIÊNCIAS HUMANAS	93
06	MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL *MOTIVATION IN THE ORGANIZATIONAL ENVIRONMENT* *MOTIVACIÓN EN EL ENTORNO ORGANIZACIONAL* **Autores:** Ana Luiza da Silva Fonseca; Joana Filha de Albuquerque; Mara Karla de Barros Rodrigues; Rafaele Raiane Mendes da Silva Souza e PhD Paulo Ricardo Cosme Bezerra.	94 a 107

07	**O GESTOR DE RECURSOS HUMANOS NO DEPARTAMENTO PESSOAL E A FUNÇÃO DA CONTABILIDADE EMPRESARIAL** *THE HUMAN RESOURCE MANAGER IN THE PERSONAL DEPARTMENT AND THE FUNCTION OF BUSINESS ACCOUNTING* *EL GERENTE DE RECURSOS HUMANOS EN EL DEPARTAMENTO DE PERSONAL Y LA FUNCIÓN DE CONTABILIDAD EMPRESARIAL* **Autores:** Ana Karoline Targino Azevedo; Eduardo Silva do Nascimento; Laylla Angélica Justino da Silva e Tarso Rocha Lula Pereira.	108 a 120
	CIÊNCIAS JURÍDICAS	121
08	**REFORMA TRABALHISTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AO TRABALHADOR E SUA (IN)CONSTITUCIONALIDADE** *LABOR REFORM: COMPENSATION FOR MORAL DAMAGES TO THE WORKER AND HIS (UN)CONSTITUTIONALITY* *REFORMA LABORAL: COMPENSACIÓN POR DAÑOS MORALES AL TRABAJADOR Y SU (IN)CONSTITUCIONALIDAD* **Autores:** Adriana de Medeiros Maia e Medeiros; Andreza Soares de Menezes Oliveira; Diego Sidrim Gomes de Melo; Geilza Gomes de Lima; Igo Eudes Gonçalves Rodrigues e Izabel Samanda da Silva.	122 a 129
09	**OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS SOFRIDOS PELA CIDADE DE ALTAMIRA/PA: ANÁLISE CRÍTICA DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE** *THE SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS SUFFERED BY THE CITY OF ALTAMIRA / PA: CRITICAL ANALYSIS OF THE CONSTRUCTION OF THE HYDROELECTRIC POWER PLANT OF BELO MONTE* *LOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES SUFRIDOS POR LA CIUDAD DE ALTAMIRA / PA: ANÁLISIS CRÍTICA DE LA CONSTRUCCIÓN DE LA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE* **Autores:** Eduarda Karoline de Lima Bezerra; Kaliane Keilly Brito Ramos da Silva; Thays Cruz Carneiro; Itamara Diniz de Figueiredo e Daniel de Oliveira Araújo.	130 a 141
10	**AÇÕES POSSESSÓRIAS, UM ENFOQUE NO PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** *POSSESSORY ACTIONS, A FOCUS ON THE POSSESSION REITEGRATION ACTION PROCEDURE* *ACCIONES POSESORIAS, UN ENFOQUE EN EL PROCEDIMIENTO DE ACCIÓN DE REINTEGRACIÓN DE POSESIÓN* **Autores:** Adriano Romualdo Fernandes de Araújo; Luiz André Câmara Medeiros; Leonel Barbosa do Nascimento; Rose Mary Santana Conceição; Sidney Albuquerque e Viviane Santos de Sá e Souza.	142 a 155
11	**ALIENAÇÃO PARENTAL COMO VIOLADOR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA** *PARENTAL ALIENATION AS A VIOLATOR OF THE FUNDAMENTAL RIGHTS OF CHILDREN AND ADOLESCENTS AND THEIR HISTORICAL EVOLUTION* *LA ALIENACIÓN DE LOS PADRES COMO VIOLADOR DE LOS DERECHOS FUNDAMENTALES DE NIÑOS Y ADOLESCENTES Y SU EVOLUCIÓN HISTÓRICA* **Autores:** Adson Gabriel da Silva Pereira; Daniele Dias Cosmo; Hélio Marques da Silva Santos; Iandra Elen Dantas Oliveira Ventura; Jucicleide Lira do Nascimento e Alan Dias Barros.	156 a 166

12	**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DECORRENTE DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS DO APENADO: UMA ANÁLISE À LUZ DO MASSACRE OCORRIDO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE ALCAÇUZ NO RIO GRANDE DO NORTE** *CIVIL RESPONSABILITY OF THE STATE ARISING FROM THE INFRINGEMENT OF RIGHTS OF THE JUDGMENT: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF MASSACRE HAPPENED IN THE ALCACUZ STATE PENITENTIARY IN RIO GRANDE DO NORTE* *RESPONSABILIDAD CIVIL DEL ESTADO DERIVADO DE LA INFRACCIÓN DE LOS DERECHOS DEL JUICIO: UN ANÁLISIS A LA LUZ DE LA MASACRE SUCEDIÓ EN EL PENITENCIAL DEL ESTADO DE ALCACUZ EN RIO GRANDE DO NORTE* **Autores:** Ludielly Klece Siqueira Nascimento e Diego Sidrim Gomes de Melo.	167 a 181
	SOBRE A REVISTA E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	182



Revista de Ensino e Cultura

Ciências da Saúde

Volume 3, Número 2, Ano 2020

MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: ANALISANDO A DANÇA COMO PRÁTICA DE INTERVENÇÃO

MOTIVATION OF STUDENTS IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS: ANALYZING THE DANCE AS A PRACTICE OF INTERVENTION

LA MOTIVACIÓN DE LOS ESTUDIANTES EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA-APRENDIZAJE: ANÁLISIS DE LA DANZA COMO UNA PRÁCTICA DE INTERVENCIÓN

Gércica Fabiele Soares PACHECO[1]
Guiomar Gardênia Paulo da SILVA[2]
José Jefferson Gomes EUFRÁSIO[3]
Natália Maria Conceição FIGUEIROA[4]
Ana Camila Campelo de ALBUQUERQUE[5]

RESUMO

No processo ensino-aprendizagem a motivação é considerada um dos fatores essenciais. Essa motivação pode surgir de várias formas, dentre elas podemos destacar os fatores internos e externos, que estimulam um tipo de comportamento. A ação pedagógica do professor precisa possibilitar a motivação de seus alunos, possibilitando assim, que a aprendizagem se torne um processo agradável e, possivelmente, mais rápido. Dentre essas possibilidades de motivação destacamos aqui a dança, pois a motivação através da dança tem alta relevância por desenvolver nos alunos tanto a parte física como psicológica, além do fator social. A partir desse contexto, o

[1] Discente de Educação Física do UNICEUNA, (E-Mail: gercicapacheco@gmail.com).
[2] Discente de Educação Física do UNICEUNA, (E-Mail: guigardenia@gmail.com).
[3] Mestrado em Educação Física - UFRN/2013, Graduado em Educação Física - UFRN/2004, Coordenador e Professor Universitário do Curso de Educação Física Bacharelado/Licenciatura do Centro Universitário Natalense, (E-mail: jgeufrasio@gmail.com).
[4] Mestrado em Saúde Coletiva - UFRN/2015, Graduada em Educação Física - UNI-RN/2012, Professora Universitária do Curso de Educação Física do UNICEUNA, (E-mail: nataliafigueiroavo2@gmail.com).
[5] Mestrado em Educação Física - UFRN/2016, Graduada em Educação Física Licenciatura - UFPE/2012, Professora Universitária do Curso de Educação do UNICEUNA, (E-Mail: ccampelo32@gmail.com).

objetivo desse estudo foi analisar como a dança, enquanto conteúdo da cultura corporal do movimento, favoreceu a motivação dos alunos no processo ensino-aprendizagem nas aulas de Educação Física. O presente estudo realizou uma análise descritiva quantitativa e de campo através do questionário Participation Motivation Questionnaire (PMQ), versão traduzida e adaptada para o idioma português e para a dança. Os resultados do estudo nos revelaram que a dança pode ser utilizada como fator motivacional nas aulas de educação física, em especial para o público do ensino médio, este que encontra certas barreiras para a prática. Por fim, a partir dos resultados que obtivemos queremos estimular a participação desses alunos nas aulas de Educação Física ativamente, destituindo essa visão que muitos alunos trazem do ensino médio a respeito da participação nas aulas de educação física e apontamos a importância de integrar a dança como parte do currículo escolar.

Palavras-chave: Educação Física. Dança. Motivação. Ensino Médio.

ABSTRACT

In the teaching-learning process motivation is considered one of the key factors. This motivation can arise in various ways, among them we can highlight the internal and external factors that stimulate a type of behavior. The pedagogical action of the teacher needs to enable the motivation of their students, thus enabling, that learning becomes a process enjoyable and, possibly, faster. Among these possibilities of motivation, we highlight here the dance, because the motivation through dance has high relevance to develop in the students both physical and psychological, in addition to the social factor. From this context, the objective of this study was to analyze how to dance, while content of culture index of the movement, favored the motivation of students in the teaching-learning process in Physical Education classes. The present study conducted a quotative descriptive analysis and field through the questionnaire Participation Motivation Questionnaire (PMQ), translated and adapted to the Portuguese language and to the dance. The results of the study revealed that the dance can be used as a motivational factor in physical education classes, in particular for the public middle school, which is certain barriers to the practice. Finally, from the results that we want to stimulate the participation of students in Physical Education classes actively, overthrowing this vision that many students bring middle school in respect of participation in physical education classes and pointed out the importance of integrating the dance as part of the school curriculum.

Keywords: Physical Education. Dance. Motivation. Middle School.

RESUME

En el proceso de enseñanza-aprendizaje motivación es considerado como uno de los factores clave. Esta motivación puede surgir de diversas maneras, entre ellas podemos destacar los factores internos y externos que estimulan un tipo de comportamiento. La acción pedagógica del maestro necesita para activar la motivación de sus alumnos, permitiendo así, que el aprendizaje es un proceso agradable y, posiblemente, más rápido. Entre estas posibilidades de motivación destacamos aquí la danza, porque la motivación a través de la danza tiene gran relevancia para desarrollar en los alumnos, tanto físicos como psicológicos, además del factor social. En este contexto, el objetivo de este estudio fue analizar cómo la danza, mientras que el índice de contenido de la cultura del movimiento favoreció la motivación de los estudiantes en el proceso de enseñanza-aprendizaje en las clases de educación física. El presente estudio se realizó un análisis descriptivo cuantitativo y campo a través de la participación del cuestionario de motivación (PMQ), traducida y adaptada a la lengua portuguesa y a la danza. Los resultados del estudio demostraron que el baile puede ser utilizado como un factor de motivación en las clases de educación física, en particular para la escuela media y pública, que es de ciertas barreras a la práctica. Por último, a partir de los resultados que queremos estimular la participación de los estudiantes en las clases de educación física, activamente, derrocar esta visión que muchos estudiantes traer middle school en materia de participación en las clases de educación física, y señaló la importancia de integrar la danza como parte del currículo escolar.

Palabras clave: La educación física. Danza. La motivación. La Escuela Intermedia.

INTRODUÇÃO

Analisando a história da Educação Física, podemos observar as mudanças ocorridas ao longo dos anos, e notamos que é necessária uma prática pedagógica diferenciada, pois muitos professores limitam-se apenas as práticas rotineiras como: futebol, vôlei, queimada e etc., causando assim a desmotivação dos alunos em relação a disciplina. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, a disciplina deve incorporar

as dimensões afetivas, cognitivas, socioculturais e motivacionais dos alunos (PCN´s 1998).

Um exemplo de atividade que incorpora as dimensões apontadas acima e pode ser usada nas aulas de Educação Física como forma motivadora para os alunos é a dança. Os PCN´s destacam que a dança é uma área de conhecimento que pode ter como finalidade: o lazer, a expressão de sentimentos, a valorização dos afetos e das emoções, além da busca pela manutenção e melhoria da saúde. Portanto, a Dança, atendendo a esses requisitos práticos, está inserida no plano da Educação Física Escolar, que antes era abordada em datas especificas (PCN´s, 1997, p.17).

Motivar a participação nas aulas de Educação Física através de um conteúdo específico como o da dança é fazer com que o aluno perceba o mundo e também seja percebido através da cultura do movimento, desse modo a interação e a relação com meio torna-se mais ampla, tirando a visão de que está disciplina é aprender apenas através do esporte. Em relação ao seu papel pedagógico, a Dança Escolar deve atuar integrada à Educação Física, visando o aumento da autoestima e combate ao estresse, a melhora da postura corporal, além de auxiliar na aquisição e manutenção da saúde, aptidão social, mental, psíquica e física. Desse modo podemos observar que a dança pode nos oferecer uma gama de possiblidades que precisam ser exploradas pelos professores para que haja uma maior interação dos alunos do ensino médio durante as aulas de educação física (FERREIRA E VANJA 2009).

No ensino médio, fase em que os alunos geralmente passam por uma transição, eles são acometidos por muitos sentimentos e emoções, além disso muitos começam a trabalhar, então essa torna-se uma etapa em que a Educação Física, muitas vezes, perde o sentido para os mesmos, nesse momento a dança pode ser inserida a fim de servir como uma válvula de escape, onde a dança surge como meio para: “relaxar’’, “para soltar emoções”, “expressar-se espontaneamente” (MARQUES, 2007, p. 23). Também se torna um ótimo recurso para “se esquecer dos problemas” (esfriar a cabeça) e para “prevenir contra o stress” (MARQUES, 2007, p. 23).

Partindo desse pressuposto nos perguntamos de que maneira a dança pode se tornar uma alternativa atrativa para motivar esses alunos e despertar interesse nos mesmos? Uma forma de alcançar essa interação é trabalhar com a realidade dos alunos, buscando os estilos musicais que os alunos mais gostam de dançar. Isso com certeza vai motivar a participação dos alunos, para que os mesmos realizem posteriormente outros tipos de danças, além de dar uma certa autonomia aos alunos e os transformarem em protagonistas na construção das aulas (FREIRE, 1996).

Em relação ao professor, em quanto ser transformador o mesmo precisa planejar suas ações, para assim conduzir os seus alunos de maneira competente e fazer uma boa programação ao desenvolver suas aulas, identificar as fontes dos problemas a serem superados, para gerar interesse nos alunos, a mediação entre o interesse pessoal e o valor socialmente atribuído constitui, a cada situação, motivação para a aprendizagem (PCN´s 1998).

O professor também precisa quebrar os tabus que são sacramentados na nossa sociedade, infelizmente ainda existe o preconceito em torno da prática da dança na escola, mas devemos ir de encontro a isso e explorar essa possibilidade, pois é na escola que os alunos devem ter contato com as mais diversas experiências com as práticas corporais. Pois os valores, os preconceitos, e os estereótipos presentes no ambiente são o pano de fundo determinante para a geração de interesses e motivações dos alunos e, nesse contexto, deve-se valorizar a função social da escola como espaço de experiências em que ampla parcela da população pode ter acesso à prática e à reflexão da cultura corporal de movimento PCN´s (1998).

Enfim, a Educação Física assume um papel fundamental dentro da escola, pois é possível trabalhar o ser no seu aspecto geral, e isso dá um significado ao aluno, o mesmo passa a atribuir um sentido próprio as atividades propostas pelo professor. A partir deste contexto, o objetivo deste estudo foi analisar como a dança, enquanto conteúdo da cultura corporal do movimento favoreceu a motivação dos alunos no processo ensino-aprendizagem nas aulas de Educação Física do ensino médio.

JUSTIFICATIVA

Para que a cultura corporal de movimento se consolide como objeto de estudo da Educação Física, é preciso criar condições para que os alunos se apropriem, problematizem, experimentem e estudem as práticas corporais (González e Fraga (2012, p. 77). Essa temática foi abordada a fim de mostrar como a dança pode contribuir para motivar os alunos do ensino médio a participarem das aulas de Educação Física. E que quando cultivada com método adequada e com consciência pedagógica, possibilita uma formação corporal integral, aumentando suas capacidades de interação social e afetiva, desenvolvendo as capacidades motoras e cognitivas e melhorando sua qualidade de vida os tornando mais ativos.

Quando realizada a dança escolar a mesma passa a ser agente de formação e transformação, possibilitando oportunidades de humanização e integração entre todos os alunos, os motivando de forma positiva e aumentando a autoestima colocando em prática o sentido de uma educação voltada para a inclusão. Os professores são responsáveis por programar um ensino que possibilite aos seus alunos o envolvimento, a motivação, o entusiasmo, a curiosidade, o sentido de humor e o espírito crítico. A dança proporciona essa possibilidade. A influência do professor é enorme e deve ser construída a partir da empatia, na sensibilidade, vivência no sentir o outro e na própria sensação de si mesmo.

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de caráter descritiva, com abordagem quantitativa. Foi basicamente realizada por meio da observação direta das atividades desenvolvidas e entrevistas com o grupo estudado, para captar as explicações e interpretações do que se ocorrem naquela realidade (GIL, 2008).

População e Amostra

Foram avaliados 101 indivíduos (MD= 16,7 anos), escolhidos de forma não probabilística e intencional. A amostra foi constituída a através de alunos do ensino médio de uma escola pública de Natal- RN (Escola Estadual Jean Mermoz), do turno vespertino de ambos os sexos. A escolha dessa escola se deu por motivos de conveniência. Os indivíduos foram autorizados a participar da presente pesquisa, assinando o TCLE (ANEXO 1). Dentre os 101 indivíduos da amostra total, 54 eram do sexo masculino e 48 do sexo feminino.

Instrumentos de Coleta de Dados

Para coleta de dados, utilizamos o uso do questionário Participation Motivation Questionnaire (PMQ) (ANEXO 2), versão traduzida e adaptada para o idioma português e para a dança. Além do questionário também fizemos uso de aparelhos de som para estimular participação dos avaliados e pranchetas para auxiliar nas anotações.

Procedimentos de Coleta de Dados

Antes da aplicação propriamente dita do questionário houve uma intervenção que ocorreu num período de apenas 1 dia com o intuito de proporcionar uma prática motivacional sobre a dança nas aulas de Educação Física, essa pratica se deu através da interação com os alunos, onde conversamos com eles para saber de que forma os mesmo poderiam nos fornece informações para que pudéssemos tornar a aula mais atrativa e interessante para todos eles, perguntando quais músicas nos interessariam, os tornando parte ativa da construção da nossa aula.

A intervenção foi realizada por indivíduos e professores de Educação Física previamente treinados. Primeiro foi feita uma dinâmica, para que pudéssemos perceber alguns pontos específicos como atenção e coordenação, posteriormente ocorreu a aula de dança, onde foram utilizadas na aula músicas específicas da modalidade com: funk, forró, hip-hop e bathata, onde mesclou entre músicas e ritmos conhecidos e não conhecidos pelos praticantes, mas que estas fossem motivadoras para participação dos

mesmos, estas aulas foram registradas em fotos com objetivo de analisar o nível desenvolvimental da atividades e o incentivo a participação de todos os indivíduos.

Após a intervenção foi aplicado um questionário (PMQ) por pesquisadores devidamente treinados, onde essa aplicação foi planejada e agendada para que ocorressem sem interferir nas aulas dos alunos.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Os sujeitos foram selecionados a partir de critérios previamente estabelecidos para a inclusão:

Critérios para inclusão:

- Estarem devidamente matriculados no ensino médio da escola avaliada;
- Foram voluntários para participação na pesquisa;
- Ter o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE assinado pelos pais ou responsáveis;
- Não ter problemas de saúde físico e/ou mental que impeça a realização dos testes.

Foram excluídos da amostra, os sujeitos que:

- Não concluírem todas as etapas;
- Não comparecerem ao local nos dias da aplicação do questionário.

Procedimentos Estatísticos

Os resultados foram divididos em dois grupos diferentes:

1) Motivação geral dos participantes
2) Gêneros: masculino e feminino

Para tabulação e análise de dados foi utilizado o *software* Excel 2013, calculando a média das variáveis e posteriormente formulação dos gráficos. Foram realizadas comparações das médias por questão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

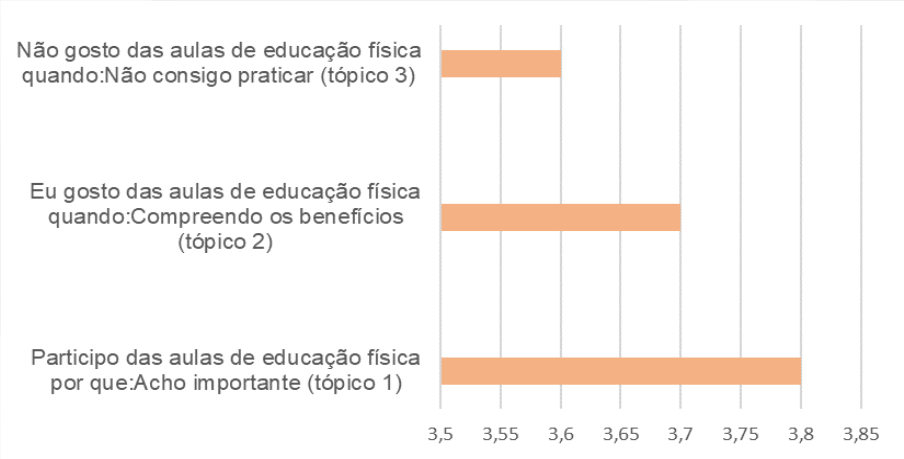
1. Motivação geral dos participantes

O questionário aplicado foi segmentado em 6 tópicos: 1- Participo das aulas de educação física por quê; 2- Eu gosto das aulas de educação física quando; Não gosto das aulas de educação física quando; 3- Na sua aula de educação física você já praticou dança; 4- . Se sim, Participei da aula de dança por quê; 6- Se não, Não Participei da aula de dança por quê. Cada tópico é subdividido em questões intrínsecas e extrínsecas que analisam os principais alvos motivacionais dos alunos.

Nos tópicos 1 e 2 os alunos responderam quais seriam os motivos que os levam a participar das aulas de Educação Física e os motivos pelos quais gostam das aulas, dessa forma cada item foi enumerado de 1 a 5 e a soma desses valores correspondem ao nível motivacional do aluno. Nestes casos maiores pontuações significam maior motivação por parte do aluno. Já o tópico 3 corresponde ao nível de desgosto dos alunos em diferentes aspectos das aulas de Educação Física, dessa forma uma maior pontuação corresponderia a uma menor motivação.

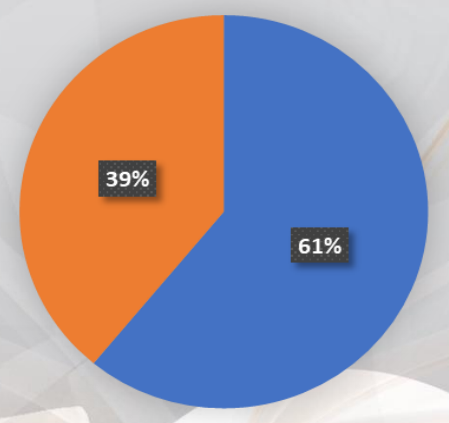
A partir do que foi relatado acima sobre a pontuação nossos achados de forma geral (Figura 1) aponta que em relação ao motivo de participação das aulas de Educação Física, está relacionado a importância da mesma (MD= 3,8 e Desvio padrão= ±0,47); em relação a gostar das aulas de Educação física, os mesmo afirmar que estar relacionado aos benefícios que essa disciplina traz consigo (MD= 3,7 e Desvio padrão= ±0,55) e por fim apontam que não gostam das aulas de Educação Física quando não conseguem praticar a mesma (MD= 3,6 e Desvio padrão= ±0,81).

Figura 1. Média geral das respostas mais bem pontuadas em relação as aulas de Educação Física.

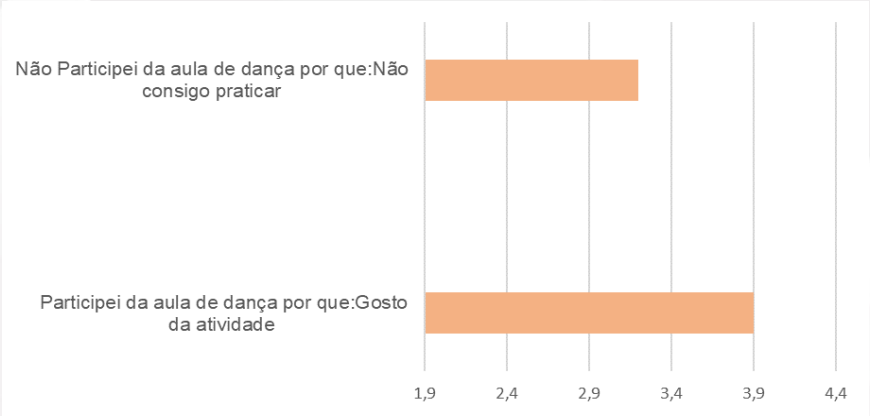


Dos avaliados 61% dos participantes afirmaram que já praticou dança em aulas de Educação Física, fora intervenção aplicada por nós como mostra a figura 2.

Figura 2. Participantes que já praticaram Dança.



A partir do dado de participação ou não participação em aula de dança foi questionado aos alunos se: Se sim, Participei da aula de dança por quê; Se não, Não Participei da aula de dança por quê. Como mostra na figura 3, não participaram da aula de dança por não conseguir praticar a atividade (MD= 3,2 e Desvio padrão= ± 0,27) e o que participaram da aula de dança foi por gostarem da atividade (MD= 3.9 e Desvio padrão= ±0,34).



De forma geral podemos analisar esses Dados em dois pontos, motivação intrínseca e a motivação extrínseca. A Motivação intrínseca está relacionada ao desempenho de atividades no qual o prazer é essencial à mesma (DECI, 1975). Ou seja, o participante busca inovações e desafios de forma natural, sem a necessidade de qualquer tipo de pressão externa ou premiação pelo cumprimento da tarefa. Segundo Deci e Ryan (2000), esse direcionamento motivacional é o apoio para o desenvolvimento, integridade psicológica e coesão social, representando assim o potencial positivo da natureza humana.

No assunto escola, a motivação intrínseca está ligada com a curiosidade de aprender, a insistência dos alunos nas atividades - mesmo frente às dificuldades - o tempo gasto no desenvolvimento da atividade, a emoção de eficácia em relação às atuações exigidas para o desempenho, a vontade de realizar aquela atividade particular e, finalmente, a combinação de todas as variáveis apontadas (DECI& RYAN, 1985; REEVE & SICKENIUS, 1994; RYAN &DECI, 2000).

Dessa forma, as perguntas relacionada a motivação intrínseca foram aplicadas ao questionário. As questões do tópico 1, “Participo das aulas de Educação Física por que”, tópico 2, “Eu gosto das aulas de Educação Física quando”, e tópico 4 ‘Participei da aula de dança por que”.

Em relação a motivação extrínseca aponta-se como respostas a algo externo à atividade ou tarefa desenvolvida, como para a aquisição de recompensas seja material ou social, objetivando consentir aos comandos ou pressões de outras pessoas ou para comprovar competências e habilidades (FORTIER, VALLERAND & GUAY, 1995;

AMABILE, HILL, HENNESSEY&TIGH, 1994). O aluno extrinsecamente motivado procura uma tarefa ou atividade escolar para aperfeiçoar suas notas ou ganhar recompensas e elogios e/ou evitar punições. Podemos encontrar esse tipo de motivação no tópico 3, "Não gosto das aulas de Educação Física quando" e no tópico "Não Participei da aula de dança por que".

2. Por Gênero

A Tabela 1 descreve as médias e desvios padrão dos resultados obtidos nos diferentes tópicos para cada considerando sexo. Através das médias podemos perceber que em dois tópicos as respostas foram discrepantes, onde do tópico 2 que aborda se eles gostam das aulas de educação física o grupo 1 (masculino) afirmou que se sente integrado e o grupo 2 (feminino) afirmou por compreenderem os benefícios. Esses achados se tornam interessantes visto que mesmo tento um número maior do gênero masculino se analisarmos os achados gerais a resposta para esse tópico está relacionada a compreender os benefícios desta disciplina. Ainda sobre a discrepância podemos observar também no tópico 6 que aborda o porquê dá não Participação da aula de dança, o grupo 1 (masculino) afirmou não consegue praticar e o grupo 2 (feminino) que não consegue realizar a atividade. Resultado também interessante, visto quer há uma tendência cultural relacionada a uma participação maior do gênero feminino quando a atividade é relacionada a práticas corporais.

Tabela 1. Médias e Desvios Padrão das respostas por gênero.

Tópico	Grupo	Resposta	Média	Desvio Padrão
1	1	Gosto das atividades	3,77	±0,63
	2		3,82	±0,52
2	1	Sinto-me integrado	3,77	±0,50
	2	Compreendo os benefícios	3,80	±0,40
3	1	Não consigo praticar	3,70	±0,74
	2		3,46	±0,89
5	1	Gosto da atividade	3,87	±0,34
	2		3,96	±0,20
6	1	Não consigo praticar	3,39	±0,94
	2	Não consigo realizar	2,25	±1,30

* Média e desvio padrão calculados para cada gênero

** 1= Masculino e 2= Feminino

***As respostas podem variar de acordo com o grupo (masculino e feminino)

Em relação a tendência cultural, Nanni (2002) diz que a analogia entre o Estado e o meio se faz contemporânea dirigindo o corpo a modelar-se ou limitar-se, deixando clara o predomínio destes corpos numa sociedade que cria estereótipos de imagem corporal. Estes são tracejados de acordo com o belo e suas diferenciações sexuais. Ainda de acordo com a autora, os corpos dos meninos e das meninas são distintos pois suas aptidões físicas, intelectuais e sensoriais se diferem, assim como os seus interesses e a forma de se relacionar. Porém, as distinções existentes entre os dois sexos na fase da infância não são expressivas, pelo menos não como as existentes entre homens e mulheres adultos.

Segundo Louro, Felipe e Goellner (2007) apontam que associar o gênero às questões históricas, sociais e culturais, não constitui a separação da ideia de que é arquitetado através de corpos previamente reconhecidos e nomeados como sexuados. Paechter (2009) expõe que desde o período em que o sexo do bebê é determinado, o meio e a sociedade já o acolhem e o esperam com traços de masculinidade ou feminilidade, e a partir daí, já abanca a existência do processo de aceitação, de inserção às normas impostas pela cultura em determinada comunidade.

CONCLUSÃO

Esperamos que com este estudo, a partir dos resultados que obtivemos estimularmos a participação desses alunos nas aulas de Educação Física ativamente, destituíndo essa visão que muitos alunos trazem do ensino médio a respeito da participação nas aulas de educação física e integramos a dança como parte do currículo escolar. Que a partir desse estudo possamos auxiliar a identificação do quanto é o interesse dos alunos inseridos neste contexto sócio- econômico, facilitando aos docentes da Educação Física o desenvolvimento de suas aulas com os conteúdos adequados especificamente a Dança que por muitas vezes é deixada de lado e a busca de melhores estratégias afim de alcançar os seus objetivos com máximo aproveitamento para si e para os alunos.

Em relação a dança o não consigo praticar ou realizar a atividade pode estar relacionada a falta de prática desta atividade nas escolas, mostrando assim a importância deste tipo de pesquisa levando em consideração todos os aspectos da escola pesquisada, como contexto sócio-econômico. Dessa forma, uma perspectiva para este trabalho seria a aplicação do seria a aplicação desta pesquisa em outros colégios, pois permitiria uma comparação dos fatores motivacionais extrínsecos dos diferentes ambientes escolares.

REFERÊNCIAS

AMABILE, T.M., HILL, K.G., HENNESSEY, B.A., TIGHE, E. M. **The work preference inventory:** assessing intrinsic and extrinsic motivational orientations. Journal of Personality and Social Psychology, 66(5), 950-967, 1994.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação física.** São Paulo, Cortez, 1992.

DECI, E.L. **Intrinsic motivation.** New York. Plenum Press, 1975.

DECI, E.L., RYAN, R.M. **Intrinsic motivation and self-determination in human behavior.** New York. Plenum Press, 1985.

FERREIRA, V. **Dança Escolar:** um novo ritmo para a educação física. Rio de Janeiro: 2º Edição: SPRINT, 2009.p 59.

FORTIER, M.S., VALLERAND, R.J., GUAY, F. **Academic motivation and school performance;** toward a structural model. Contemporary educational psychology, 20, 257- 274, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. –São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GOUVEIA, F. C. **Motivação e prática da educação física.** Campinas: Papirus, 2007.

GIFFONI, M.A. **Danças folclóricas brasileiras**. São Paulo. SP: melhoramentos, 1973.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES D.P. & SILVÉRIO NETTO JE. Participation Motivation Questionnaire: **tradução e validação para uso em atletas-jovens brasileiros.** Rev Bras Educ Fís Esporte, (São Paulo) 2013.

HELENA KATZ – **Prefácio do livro Método Dança na educação física**, Robe editorial, 1987

LOURO, G.L, FELIPE, J. E GOELLNER, S.V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. (3a ed.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MAGILL, R. **A aprendizagem motora:** conceitos e aplicações. São Paulo: Edgard Blücher, 1984.

MARQUES, I. A. **Dançando na escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007

MARTINELLI, S.C.; GENARI, C.H.M. **Relações entre desempenho escolar e orientações motivacionais.** Estudos de Psicologia. n.14(1), jan. – abr. / 2009, p.13 – 21.

MIRANDA, Simão de**. Como se tornar um educador de sucesso: dicas, concelhos, propostas e ideias para potencializar a aprendizagem.** Petrópolis, RJ: vozes 2011.

NANNI, D. **Dança educação:** princípios, métodos e técnicas. (4ª ed.) Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: A**rte / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **Educação Física /Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC /SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf

PAECHTER, C. **Meninos e meninas:** aprendendo sobre masculinidades e feminidades. Porto Alegre: Artmed, 2009.

REEVE, J., SICKENIUS, B. **Development and validation of a brief measure of three psychological needs underlying intrinsic motivation:** the AFS scales. Educational & psychological Measurement, 54(2), 506-516, 1994.

RODRIGUES R. A.C. **Grupo integrado de dança uma forma de integração social**. Paraná – Batatais, Fevereiro, 2010.

SAMULSKI, D. M. **Psicologia do esporte: manual para a educação física, psicologia e fisioterapia.** São Paulo: Manole, 2002.

STRAZZACAPPA, M.; MORANDI, C. **A formação do artista da dança.** – Campinas, SP: Papirus, 2006.

COMPARAÇÃO DE RESPOSTAS DO TREINADOR E DOS FUTEBOLISTAS DAS CATEGORIAS DE BASE

COMPARISON OF RESPONSES OF THE COACH AND FOOTBALL PLAYERS OF THE BASIC CATEGORIES

COMPARACIÓN DE LAS RESPUESTAS DEL ENTRENADOR Y FÚTBOLISTAS DE LAS CATEGORÍAS BÁSICAS

Edson Pereira de BARROS[6]
Thiago Vieira da SILVEIRA[7]
Hugo César Reis CÂMARA[8]

RESUMO

Tendo em vista que a seleção de talentos no futebol é de grande importância atualmente para as categorias de base e jogadores, pois seria uma das formas principais desses jogadores inserirem-se no mercado, profissionalmente, por meio de exercícios físicos, técnicos e táticos. Colocou-se em prática outro segmento para avaliar atletas que se utilizados por treinadores poderá apresentar resultados mais específicos e preciso sobre questões comportamentais e psicológicas. Devemos destacar também o trabalho realizado pelos treinadores nessa fase de vida dos atletas que tem como objetivo instruir e capacitar atletas para saber vencer etapas em sua carreira como jogador profissional. Contribuir no desenvolvimento das escolinhas de futebol como forma de comparar/ou avaliar resultados de jogadores realizando testes de fundamentos específicos para o futebol. A amostra foi composta inicialmente por 20 Jovens de 14 a 17 anos; atletas das categorias: sub-15 e sub-17 e alunos da escolinha de futebol e um treinador. Foram selecionadas sete questões semelhantes dos questionários do treinador e do atleta relacionadas aos aspectos físico; tático; técnico; relacionamento com os demais atletas; obediência ao treinador; pontualidade; e a chance de se tornar jogador profissional e amostra foi formatado em forma de gráfico para comparação com a resposta do treinador com do atleta. De acordo com o assunto

[6] Discente de Educação Física pelo Centro Universitário Natalense (UNICEUNA).
[7] Discente de Educação Física pelo Centro Universitário Natalense (UNICEUNA).
[8] Mestrado em Psicologia - UFRN/2009, Graduado em Educação Física - UFRN/2003, Coordenador e Docente da Especialização em Biodinâmica do Movimento e Professor Universitário do Curso de Educação Física do Centro Universitário Natalense, (E-mail: hugocrcamara@yahoo.com.br).

posto para estudo podemos verificar que essas comparações de respostas para jogadores de futebol das categorias sub-15 e sub-17 contribuem de forma positiva para o desenvolvimento técnico e cognitivo e psicológico não só apenas como forma de aprendizagem, mas também como uma maneira desses atletas se socializar mais uns com os outros.

Palavras-chave: Desempenho; Seleção de Talentos; Maturação.

ABSTRACT

Considering that the selection of football talent is of great importance nowadays for the base categories and players, as it would be one of the main ways these players enter the market professionally through physical, technical and tactical exercises. Another segment was implemented to evaluate athletes that if used by coaches may present more specific and accurate results on behavioral and psychological issues. We must also highlight the work done by the coaches in this stage of the athletes' life that aims to instruct and enable athletes to know how to win stages in their career as a professional player. Contribute to the development of football schools as a way of comparing / evaluating players' results by carrying out tests of specific fundamentals for football. The sample consisted initially of 20 young people aged 14 to 17 years; athletes of the categories: sub-15 and sub-17 and students of the soccer school and a trainer. Seven similar questions were selected from the coach and athlete questionnaires related to physical aspects; tactical; technician; relationship with other athletes; obedience to the coach; punctuality; and the chance to become a professional player and sample was formatted in graph form for comparison with the coach's response to the athlete. According to the study subject, we can verify that these comparisons of responses for soccer players of the sub-15 and sub-17 categories contribute positively to the technical and cognitive and psychological development not only as a form of learning, but also as a way for these athletes to socialize more with each other.

Keywords: Performance; Talent Selection; Maturation.

RESUMEN

Teniendo en cuenta que la selección de talento en el fútbol es de gran importancia hoy en día para las categorías básicas y jugadores, ya que sería una de las principales vías de entrada de estos jugadores al mercado, profesionalmente, a través de ejercicios físicos, técnicos y tácticos.

Otro segmento se puso en práctica para evaluar a los deportistas que, si son utilizados por los entrenadores, pueden presentar resultados más específicos y precisos sobre cuestiones de comportamiento y psicológicas. Cabe destacar también la labor que realizan los entrenadores en esta fase de la vida de los deportistas que tiene como objetivo instruir y formar a los deportistas para que sepan superar etapas en su carrera como jugador profesional. Contribuir al desarrollo de las escuelas de fútbol como forma de comparar / o evaluar los resultados de los jugadores mediante la realización de pruebas de fútbol específicas. La muestra estuvo inicialmente compuesta por 20 jóvenes de 14 a 17 años; deportistas de las categorías: menores de 15 y menores de 17 y alumnos de la escuela de fútbol y un entrenador. Se seleccionaron siete preguntas similares de los cuestionarios del entrenador y del atleta relacionados con aspectos físicos; táctico; técnico; relación con otros deportistas; obediencia al entrenador; puntualidad; y la posibilidad de convertirse en un jugador profesional y la muestra se formateó como un gráfico para comparar la respuesta del entrenador con la del atleta. Según el tema puesto a estudio, podemos ver que estas comparaciones de respuestas para futbolistas de las categorías menores de 15 y menores de 17 contribuyen positivamente al desarrollo técnico, cognitivo y psicológico no solo como forma de aprendizaje, sino también como una forma de que estos atletas socialicen más entre ellos.

Palabras-clave: Performance; Selección de Talentos; Maduración

INTRODUÇÃO

O tema abordado foi escolhido na intenção de buscar e aprimorar informações de práticas vividas no futebol como forma de avaliar o desempenho de atletas, pois segundo Câmara (2009), existe uma seleção de talentos que se forem avaliados de forma criteriosa as chances de encontrarem jogadores excepcionais aumentam comparada a observação pura e simples.

Cada vez mais as escolinhas estão investindo em buscar profissionais que tenham um conhecimento amplo na área do futebol para treinar esses jovens talentos que busca absorver o máximo de informações que seu treinador passa, pois a partir desse aprendizado ele irá carregar consigo informações importantes que possam desenvolver em novos clubes até chegar à sua carreira profissional.

Nesta etapa importante da carreira desses atletas eles precisam de um acompanhamento individual para que cumpra todas as etapas do processo de formação até chegar ao seu principal objetivo que é alcançar o sucesso de jogar profissionalmente

Atualmente a forma de avaliação que os profissionais utilizam são testes físicos e técnicos para buscar selecionar jogadores.

Um método que também poderia ser utilizado pois seria muito proveitoso é o de testes psicológicos e de avaliações comportamentais.

De acordo com o assunto posto para estudo resolveu-se aplicar dois questionários com questões comportamentais (um para treinador e outro para atletas).

Objetivos

Contribuir no desenvolvimento das escolinhas de futebol como forma de comparar/ou avaliar resultados de jogadores, para observar a veracidade do atleta;

Autoavaliar os atletas nos aspectos:

- Físicos
- Táticos
- Técnicos
- Pontualidade
- Obediência com seu treinador
- Relacionamento com os demais atletas
- Chance em se tornar jogador profissional.

Comparar as questões respondidas por treinador e atletas.

JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa foi desenvolvida para testarmos as capacidades de respostas obtidas pelos jogadores e fazer comparações com as do treinador para analisarmos o desempenho e a veracidade de cada atleta;

O projeto contribui de uma forma positiva, onde a coleta de dados e a seleção de perguntas e respostas venha a nos motivar cada vez mais a aprofundar nossas pesquisas sobre jovens talentos;

Contribuir no enriquecimento de estudos onde, treinadores e instituições futebolísticas tenham mais métodos para avaliação de atletas;

Os métodos utilizados para avaliação de atletas contribuem positivamente na vida como forma de se inserir na sociedade pois, aprenderão a obter um caráter pessoal e profissional para saber lidar com diversas situações.

"Uma proposta para identificar atletas que se destacam em determinada prática esportiva" (MATSUDO, 1996 *apud* ARA; LOUZADA; MAIORANO, 2015, p. 18).

Segundo (PRUDÊNCIO, 2006 *apud* CÂMARA, 2009), existe um traço psicológico que estão definidas geneticamente quando a pessoa desenvolve o talento, para aplicá-las em uma prática esportiva.

Segundo (CÂMARA, 2009), para encontrar jogadores em um bom nível também existem outras formas de avaliar jogadores além da observação pura e simples, que seria uma forma mais criteriosa para analisar o psicológico do atleta.

> Uma característica particular do atual período do desenvolvimento do esporte é a busca universal cientificamente fundamental, de jovens talentosos, os quais muitas vezes são capazes de receber grandes carga de treinamento e elevados ritmos aperfeiçoamento esportivos (FILIN; VOLKOV, 1998 *apud* CÂMARA, 2009, p. 37).

"O objetivo do trabalho é apresentar ferramentas estatísticas que permitam a comparação de indivíduos em qualquer modalidade esportiva" (ARA; LOUZADA; MAIORANO, 2015, p. 09).

"Uma proposta para identificar atletas que se destacam em determinada prática esportiva" (MATSUDO, 1996 *apud* ARA; LOUZADA; MAIORANO, 2015, p. 18).

"Aplicação voltada à avaliação de desempenho no futebol, utilizando duas abordagens diferentes" (ARA; LOUZADA; MAIORANO, 2015, p. 09).

> Como seguimento desse trabalho, buscaremos desenvolver o sistema para outros esportes e também utilizá-lo nacionalmente para auxiliar na detecção de talentos esportivos, impulsionando de forma sistemática a busca por esse tipo de atleta. (ARA; LOUZADA; MAIORANO, 2015, p. 41).

A seguir os testes para jogadores de futebol desenvolvido pelo sistema I-Sports:

- 1º Teste de passe: Terão 12 tentativas de passe, sendo 04 à 45º, 04 à 90º, 04 à 135º e possibilidade de 0 a 12 acertos.
- 2º Teste de chute após passe: Serão 05 tentativas de chutes nos bambolês, onde os 02 superiores valem 06 pontos e os 02 inferiores valem 01 ponto.
- 3º Teste de drible com cinco cones: Passar por entre os cones conduzindo a bola e voltará ao ponto de partida, dividido em 02 tempos.
- 4º Teste de velocidade cíclica de 20 metros: Terá que dar uma volta sob a marcação dos cones em um menor tempo possível até chegar ao ponto inicial.
- 5º Teste de potência anaeróbica (RAST): 06 tiros de 35m em um menor tempo possível.
- 6º Teste de 1000 metros em pista: Terão que percorrer uma distância de mil metros em pista.

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa

Pesquisa descritiva, quantitativa, de campo, observacional e comparativa.

População e Amostra

A amostra foi composta inicialmente por 20 jogadores do gênero masculino (12 da categoria sub-15 e 08 da categoria sub-17) e 01 treinador. Porém ao final ficaram apenas 18 jogadores.

Instrumentos de Coleta de Dados

- 03 Pranchetas;
- 03 Canetas;
- 02 Questionários desenvolvidos por Câmara (2017):
    - Questionário para treinadores (QUEST.TREIN – CO.JO.FUT), composto por 07 questões com Escala Likert com escala de 0 a 10.
    - Questionário para atletas (QUEST.ATLET – CO.JO.FUT), composto por 24 questões com Escala Likert com escala de 0 a 10.
    - Os questionários encontram-se nos anexos.

Procedimentos de Coleta de Dados

A princípio, foi realizado uma visita até o local da escolinha para solicitar permissão para fazer os testes com os atletas da escolinha, em seguida foi marcado uma data para entregar os questionários para eles realizarem uma autoavaliação, e em uma data posterior foi realizado os testes práticos para avaliar os resultados de cada um dos atletas. Após a realização dos testes foi feita uma visita domiciliar para coleta de dados dos responsáveis de cada atleta com finalidade de autorização da divulgação dos dados obtidos nos testes.

Termo de Consentimento

O termo foi entregue aos pais dos alunos que participaram dos testes e os mesmos concordaram com o que estava escrito no documento, e por fim foi entregue ao professor orientador.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios de inclusão para selecionar os participantes da pesquisa foram:

Jovens de 14 a 17 anos; atletas das categorias: sub-15 e sub-17 e alunos da escolinha de futebol do Flamengo em Natal/RN.

Os critérios de exclusão foram:

-Não entregar os termos de consentimento livre e esclarecido preenchidos pelos pais;

-O treinador deixar de responder uma das 07 questões;

-Os atletas deixarem de responder uma das questões (números 01, 02, 03, 08, 18, 19 e 20).

Foram excluídos 02 jogadores, devido a não entrega dos termos de consentimento livre e esclarecido.

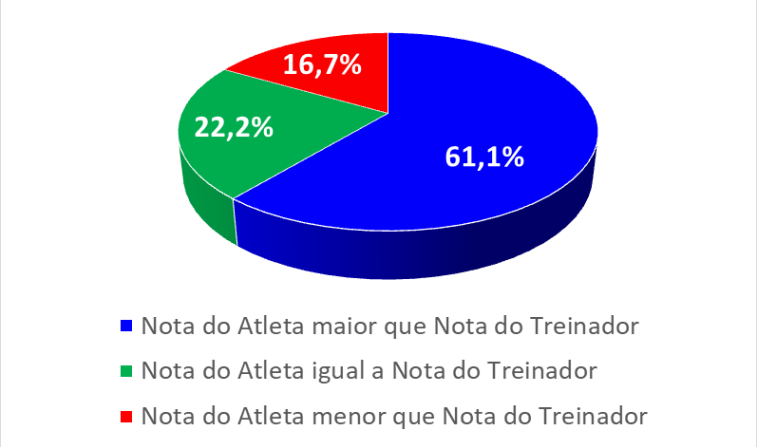
Procedimentos Estatísticos

- (Word 2010) foi utilizado para digitação do trabalho escrito;
- (Power Point) utilizado na confecção de apresentações e banner;
- (Excel) utilizado na elaboração de tabelas relacionado aos resultados obtidos dos testes;
- Questionário para atletas (QUEST.ATLET – CO.JO.FUT) utilizado para os atletas se autoavaliar com questões relacionadas a seu desempenho e obrigações;
- Questionário para treinador (QUEST.TREIN – CO.JO.FUT) utilizado para os treinadores avaliar os jogadores de uma forma melhor possível.

RESULTADOS

Podemos verificar que os questionários de comparação de respostas entre jogadores de futebol das categorias sub-15 e sub-17 e treinador contribuem de forma positiva para o desenvolvimento técnico, cognitivo e físico não só apenas como forma de aprendizagem, mas também como uma maneira desses atletas se socializar mais uns com os outros. Os resultados a seguir são das comparações que foram feitas com algumas questões mais importantes e similares entre questionário de atleta e treinador.

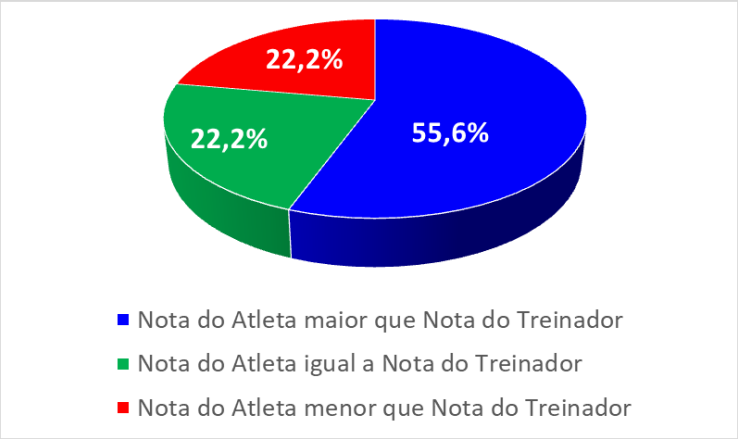
Gráfico 1 - Relacionado ao aspecto físico do atleta.



Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores

No Gráfico 1, 61,1% dos atletas deram maiores notas para si mesmos que o treinador, 22,1% dos atletas se avaliaram com notas iguais às notas do treinador e 16,7% dos atletas deram menores notas a si mesmos que o próprio treinador.

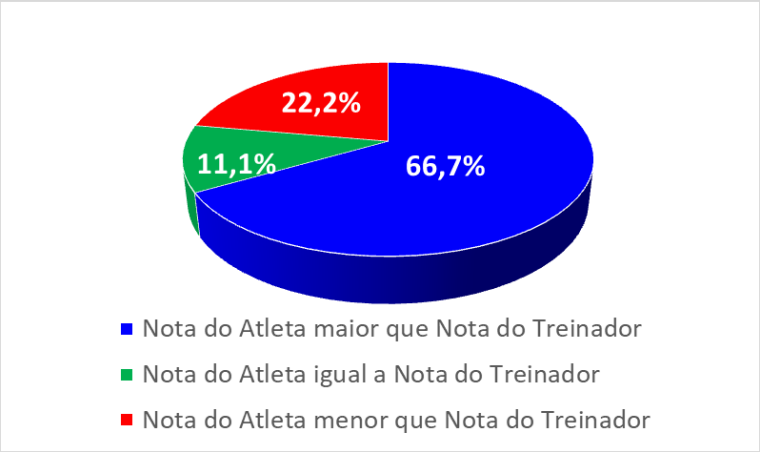
Gráfico 2 - Relacionado ao aspecto tático



Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores

No Gráfico 2, 55,6% dos atletas deram maiores notas para si mesmos que o treinador, 22,2% dos atletas se avaliaram com notas iguais às notas do treinador e 22,2% dos atletas deram menores notas a si mesmos que o próprio treinador.

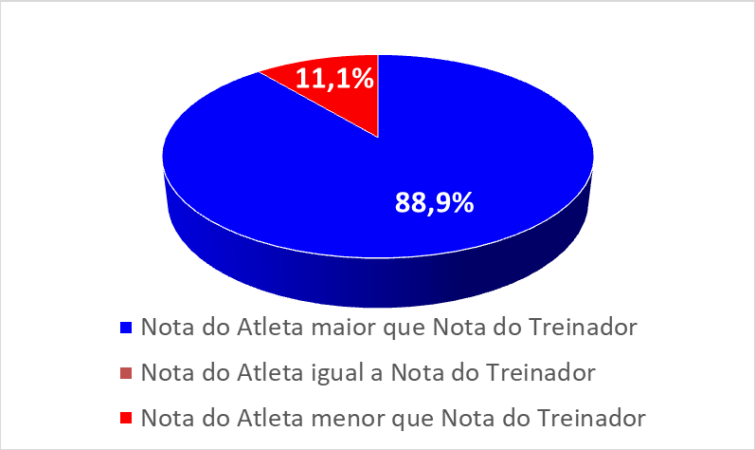
Gráfico 3 – Relacionado ao aspecto técnico



Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores

No Gráfico 3, 66,7% dos atletas deram maiores notas para si mesmos que o treinador, 11,1% dos atletas se avaliaram com notas iguais às notas do treinador e 22,2% dos atletas deram menores notas a si mesmos que o próprio treinador.

Gráfico 4 – Relacionado a Pontualidade



Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores

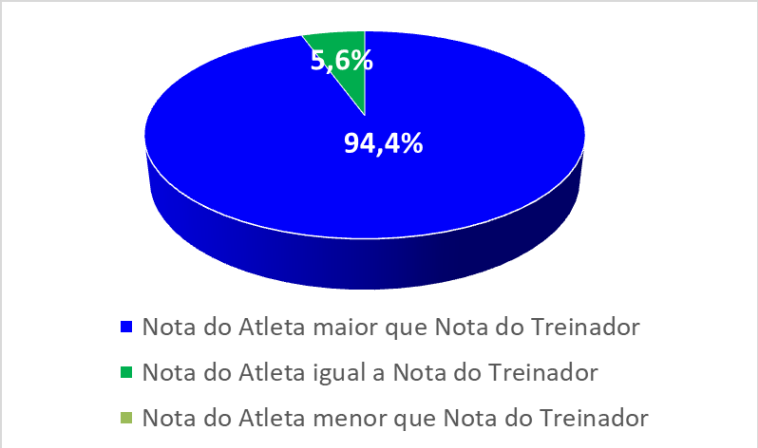
No Gráfico 4, 88,9% dos atletas deram maiores notas para si mesmos que o treinador, 00,0% dos atletas se avaliaram com notas iguais às notas do treinador e 11,1% dos atletas deram menores notas a si mesmos que o próprio treinador.

Gráfico 5 – Relacionado ao Relacionamento do Atleta com os colegas

Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores

No Gráfico 5, 94,4% dos atletas deram maiores notas para si mesmos que o treinador, 07% dos atletas se avaliaram com notas iguais às notas do treinador e 00,0% dos atletas deram menores notas a si mesmos que o próprio treinador.

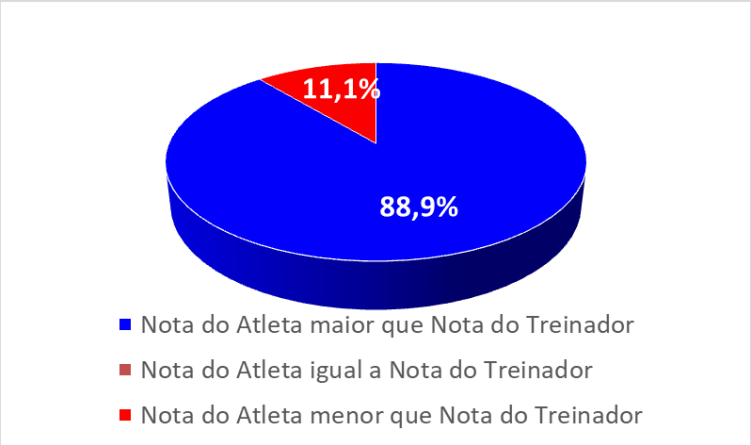
Gráfico 6 – Relacionado a Obediência ao Treinador



Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores

No Gráfico 6, 94,4% dos atletas deram maiores notas para si mesmos que o treinador, 5,6% dos atletas se avaliaram com notas iguais às notas do treinador e 00,0% dos atletas deram menores notas a si mesmos que o próprio treinador.

Gráfico 7 – Chance do Jogador Em se Tornar Jogador Profissional



Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores

No Gráfico 7, 88,9% dos atletas deram maiores notas para si mesmos que o treinador, 00,0% dos atletas se avaliaram com notas iguais às notas do treinador e 11,1% dos atletas deram menores notas a si mesmos que o próprio treinador.

CONCLUSÃO

Conclui-se que nos questionários onde os atletas se alto-avaliam houve um percentual elevado de notas favoráveis aos atletas, já sabíamos que tinha uma grande tendência de ter notas altas para os mesmos, então pensando nisso elaboramos também um questionário para treinadores para saber qual seria as notas atribuídas aos atletas onde imaginamos que possivelmente haveria notas mais próximas do que realmente descrevia aquele atleta. Feito a coleta dos dados e analisados as conclusões das respostas geradas por jogadores e treinador apresentamos todos os resultados obtidos com o projeto em forma de gráficos para melhor demostrar cada percentual atribuídos para cada uma das questões respondidas por atletas e treinador. Diante disso, deixamos todos dados e estudos coletados para que possam ser analisados e posto em prática por novos pesquisadores que venham a ter interesse em aplicar a amostra para obtenção de novos resultados.

REFERÊNCIAS

ARA, A; LOUZADA, F.; MAIORANO, A. **I-SPORTS:** Uma Ferramenta Estatística Para Comparação de Atletas. Semana Regional de Estatística da UFRN: Natal, 2015

CÂMARA, H. C. R. **Critérios Comportamentais Utilizados por Técnicos na Avaliação do Desempenho Esportivo de Futebolistas das Categorias de Base.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2009.

CÂMARA, H. C. R. **Desenvolvimento do Componente Psicológico do I-Sports, Para Seleção de Talentos no Futebol.** Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2017.

LOUZADA, A; MAIORANO, A. C; ARA, A. **I-SPORTS:** A Web-Oriented Expert System for Talent Identification in Soccer. Expert Systems With Applications 44 (2016) 400-412.

BALZANO, O. N; SOUSA, G. W. S; MORAIS, P. H. N; BRAGA, I. N. **Proposta de Avaliação Técnico-Tática Para Atletas de Categorias de Base no Futebol.**

EFDesportes.com, Revista Digital. Buenos Aires – Año19 – Nº192 – mayo de 2014.

PACHECO, A. R. M. **Indicadores Morfológicos, Funcionais e Técnicos na Identificação de Jovens Talentos no Futebol.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto: Porto, 2012.

ANEXO 1

CENTRO UNIVERSITÁRIO NATALENSE – UNICEUNA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTIONÁRIO PARA ATLETAS – COMPORTAMENTO DE JOVENS FUTEBOLISTAS
(QUEST.ATLET – CO.JO.FUT)

Este questionário tem por objetivo avaliar aspectos comportamentais de futebolistas e é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos Edson Pereira de Barros e Thiago Vieira da Silveira, do Curso Bacharelado em Educação física da Faculdade Natalense de Ensino e Cultura (FANEC), orientado pelo Prof. Hugo César Reis Câmara. Solicitamos que responda as perguntas abaixo com maior veracidade possível. Suas respostas serão sigilosas, apenas utilizadas para critérios de análise e contribuirão na identificação de fatores comportamentais importantes no treinamento de futebol.

QUESTIONÁRIO PARA ATLETAS

CONDIÇÃO ATUAL

1. Assinale uma nota sobre como você se sente em relação ao seu Aspecto Físico.

Muito Mal	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Bem

2. Assinale uma nota sobre como você se sente em relação ao seu Aspecto Técnico.

Muito Mal	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Bem

3. Assinale uma nota sobre como você se sente em relação ao seu Aspecto Tático.

Muito Mal	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Bem

MOTIVOS PARA TREINOS

I. Assinale uma nota referente ao quanto você se identifica com a frase "treino futebol para me divertir".

Nada	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito

II. Assinale uma nota sobre o quanto você se identifica com a frase "treino futebol para fazer novos amigos".

Nada	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito

III. Assinale uma nota sobre o quanto você se identifica com a frase "treino futebol porque meus amigos me chamaram".

Nada	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito

IV. Assinale uma nota sobre o quanto você se identifica com a frase "treino futebol porque meus pais querem".

Nada	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito

V. Assinale uma nota sobre o quanto você se identifica com a frase "treino futebol porque quero ser jogador".

Nada	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito

PRAZER PELOS TREINOS/JOGOS

9. Assinale uma nota referente à sua satisfação em realizar Treinos Físicos.

Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total

10. Assinale uma nota referente à sua satisfação em realizar Treinos Técnicos.

Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total

11. Assinale uma nota referente à sua satisfação em realizar Treinos Táticos.

Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total

12. Assinale uma nota referente à sua satisfação em participar de Treinos em Forma de Jogo (os Coletivos).

Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total

13. Assinale uma nota referente à sua satisfação em participar dos Jogos (Amistosos ou Oficiais).

Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total

IMPORTÂNCIA DOS TREINOS

14. Assinale uma nota sobre a importância que você dá aos Treinos Físicos.

Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total

15. Assinale uma nota sobre a importância que você dá aos Treinos Técnicos.

Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total

16. Assinale uma nota sobre a importância que você dá aos Treinos Táticos.

Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total

17. Assinale uma nota sobre a importância que você dá aos Treinos em Forma de Jogo (os Coletivos).

Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total

IMPORTÂNCIA DOS COMPORTAMENTOS

18. Assinale uma nota sobre a importância que você dá a chegar antes do horário nos dias de treinos.

Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total

19. Assinale uma nota sobre a importância que você dá a ter um bom relacionamento com seus colegas.

Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total

20. Assinale uma nota sobre a importância que você dá a obedecer aos seus treinadores.

Nenhuma	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total

COMPARAÇÃO DE DESEMPENHO COM OS COLEGAS DE CLUBE

21. Assinale uma nota sobre como você se sente em relação aos demais colegas no Aspecto Físico.

Muito Mal	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Bem

22. Assinale uma nota sobre como você se sente em relação aos demais colegas no Aspecto Técnico.

Muito Mal	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Bem

23. Assinale uma nota sobre como você se sente em relação aos demais colegas no Tático.

Muito Mal	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Bem

ANSIEDADE

24. Assinale uma nota referente ao quanto você se sentiu tenso/nervoso durante a Aplicação dos Testes.

Muito Mal	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Bem

IDENTIFICAÇÃO DO FUTEBOLISTA

Nome: _____

Data de nascimento: _____/_____/_____ Telefone: _____

Perna dominante: _____ E-mail: _____

Tempo, em minutos, que leva para chegar ao treino na maioria dos dias: _____ minutos.

Tempo, em meses, em que treina futebol em clubes: _____ meses.

Nível de escolaridade: _____

Clube/Equipe atual: _____

Tempo, em meses, em que treina futebol neste clube: _____ meses.

ANEXO 2

CENTRO UNIVERSITÁRIO NATALENSE – UNICEUNA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTIONÁRIO PARA TREINADORES – COMPORTAMENTO DE JOVENS FUTEBOLISTAS
(QUEST.TREIN – CO.JO.FUT)

Este questionário tem por objetivo avaliar aspectos comportamentais de futebolistas e é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos Edson Pereira de Barros e Thiago Vieira da Silveira, do Curso Bacharelado em Educação física da Faculdade Natalense de Ensino e Cultura (FANEC), orientado pelo Prof. Hugo César Reis Câmara. Solicitamos que responda as perguntas abaixo com maior veracidade possível. Suas respostas serão sigilosas, apenas utilizadas para critérios de análise e contribuirão na identificação de fatores comportamentais importantes no treinamento de futebol.

QUESTIONÁRIO PARA TREINADORES

Nome do Atleta: _____

1. Assinale uma nota que você daria para o Aspecto Físico desse atleta.

Muito Ruim	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Bom

2. Assinale uma nota que você daria para o Aspecto Tático desse atleta.

Muito Ruim	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Bom

3. Assinale uma nota que você daria para o Aspecto Técnico desse atleta.

Muito Ruim	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Bom

4. Assinale uma nota que você daria para a pontualidade desse atleta nos dias de treinos.

Pouco Pontual	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Pontual

5. Assinale uma nota que você daria para o relacionamento desse atleta com os demais.

Muito Ruim	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Bom

6. Assinale uma nota que você daria para a obediência desse atleta a seus treinadores.

Muito Desobediente	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muito Obediente

7. Assinale uma nota que você daria para a chance desse atleta em se tornar um Jogador Profissional.

Nenhuma Chance	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Muita Chance

IDENFICAÇÃO DO TREINADOR

Nome: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Tempo, em meses, em que trabalha nesse local: _____ meses.

Tempo, em meses, em que trabalha como treinador: _____ meses.

Data de nascimento: _____/_____/_____

Nível de escolaridade: _____

Clube/Equipe atual: _____

O DIFERENCIAL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO DESEMPENHO MOTOR: NO 5ºANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

THE DIFFERENTIAL OF THE PHYSICAL EDUCATION PROFESSIONAL IN MOTOR PERFORMANCE: IN THE 5TH YEAR OF ELEMENTARY EDUCATION I

EL DIFERENCIAL DEL PROFESIONAL DE LA EDUCACIÓN FÍSICA EN EL DESEMPEÑO MOTOR: EN EL 5 ° AÑO DE EDUCACIÓN FUNDAMENTAL I

Mariana Talita de PONTES[9]
Helder Tadeu dos SANTOS[10]
Silvana MOMM[11]
Ana Camila Campelo de ALBUQUERQUE[12]

RESUMO

O TGMD-2 é um instrumento destinado a avaliar as habilidades motoras fundamentais de crianças de 3 a 10 anos, analisando o processo do padrão de movimento ao invés do produto do desempenho. Portanto, permite verificar a qualidade de como as habilidades motoras fundamentais foram realizadas. Ademais, para um desenvolvimento pleno é preciso um ambiente, profissionais, materiais e estímulos propícios gerando assim um amplo benefício no repertório motor. Para tanto, as aulas de Educação Física devem oferecer esses aspectos de forma a respeitar a fase do desenvolvimento de cada criança, observar os períodos críticos e sensíveis do desenvolvimento humano e as necessidades individuais de cada uma. Conscientizar a comunidade escolar, sobre a importância de a Educação Física serem desenvolvidas por um profissional de Educação Física e fortalecido por uma parceria imprescindível do professor

[9] Discente de Educação Física do UNICEUNA, (E-Mail: mtalita95@gmail.com).
[10] Discente de Educação Física do UNICEUNA.
[11] Mestrado em Ciências da Educação - UI/2015, Graduada em Educação Física - UNIVILLE/1995, Professora Universitária do Curso de Educação do UNICEUNA, (E-Mail: silmomm27@gmail.com).
[12] Mestrado em Educação Física - UFRN/2016, Graduada em Educação Física Licenciatura - UFPE/2012, Professora Universitária do Curso de Educação do UNICEUNA, (E-Mail: ccampelo32@gmail.com).

polivalente trarão um diferencial no desenvolvimento motor das crianças. A parti disto o presente estudo busca-se identificar a relevância do profissional de Educação Física, que, diante do contexto, da competência e de sua habilidade, cabe-lhe ministrar a aula de educação física na educação básica. O presente estudo se realiza em forma de análise descritiva experimental, através do Test of Gross Motor Development Second Edition (TGMD 2) para medir o desenvolvimento motor das crianças que fazem a aula de Educação Física com um profissional formado e com alunos que tem aula com professores Polivalentes. Nossos resultados apontam que a habilidades locomotoras quanto nas habilidades de controle de objeto os valores brutos foram maiores que a média das habilidades e em relação aos professores que tanto nas habilidades locomotoras quanto nas habilidades de controle de objeto os valores brutos foram maiores quando as aulas de Educação Física eram praticadas com os próprios Professor de Educação Física do que quando praticadas com Professor Polivalente. Por fim, podemos concluir que o professor de Educação Física é o elemento responsável por interferir/intervir no processo da aprendizagem, impulsionando os avanços no desenvolvimento da criança.

Palavras-Chave: Educação Física; Psicomotricidade; Motricidade. Desenvolvimento Motor; Benefícios.

ABSTRACT

The TGMD-2 is an instrument designed to evaluate the fundamental motor abilities of children from 3 to 10 years, analyzing the process of movement pattern instead of the product performance. Therefore, allows you to check the quality of the fundamental motor abilities were performed. In addition, for a full development requires an environment, professionals, materials and favorable stimuli thus generating a large benefit in motor repertoire. For both, the Physical Education classes should offer these aspects in order to comply with the stage of development of each child, observe the critical and sensitive periods of human development and the individual needs of each one. Raising awareness of the school community, about the importance of physical education be conducted by a physical education professional and strengthened by a partnership imperative of polyvalent teacher will bring a differential in the motor development of children. The parti addition this study seeks to identify the relevance of the physical education professional, who, in the face of the context, the competence and skill, you must teach the lesson of physical education in basic education. The present study is realized in the form of descriptive analysis, experimental, through the Test of Gross Motor Development Second Edition (TGMD 2) to measure the motor development of children who make the lesson of

Physical Education with a professional trained and with students who have classrooms with teachers Centers. Our results indicate that the skills and abilities of locomotors object control the raw values were higher than the average for the skills and in relation to the teachers who both on the skills and abilities of locomotors object control the raw values were higher when the physical education classes were practiced with his own physical education teacher than when practiced with Professor Junkie. Finally, we conclude that the Physical Education teacher is the element responsible for interfering/intervene in the learning process, boosting the advances in the development of the child.

Keywords: Different word soft he titles; Identifiers Term sand Location.

RESUMEN

TGMD-2 es un instrumento diseñado para evaluar las habilidades motoras fundamentales de niños de 3 a 10 años, analizando el proceso del patrón de movimiento en lugar del producto del desempeño. Por tanto, permite comprobar la calidad de cómo se realizaron las habilidades motoras fundamentales. Además, para un pleno desarrollo es necesario contar con un entorno, profesionales, materiales y estímulos favorables, generando así un amplio beneficio en el repertorio motor. Por tanto, las clases de Educación Física deben ofrecer estos aspectos con el fin de respetar la etapa de desarrollo de cada niño, observar los períodos críticos y sensibles del desarrollo humano y las necesidades individuales de cada uno. Hacer que la comunidad escolar sea consciente de la importancia de que la Educación Física sea desarrollada por un profesional de Educación Física y fortalecida por una asociación indispensable con el maestro polivalente traerá un diferencial en el desarrollo motor de los niños. Con base en esto, el presente estudio busca identificar la relevancia del profesional de Educación Física, quien, dado el contexto, la competencia y su capacidad, es el responsable de impartir la clase de educación física en educación básica. El presente estudio se realiza en forma de análisis descriptivo experimental, a través del Test de Desarrollo Motor Grueso Segunda Edición (TGMD 2) para medir el desarrollo motor de los niños que toman la clase de Educación Física con un profesional capacitado y con alumnos que tienen una clase con Profesores polivalentes. Nuestros resultados indican que los valores brutos de las habilidades locomotoras y las habilidades de control de objetos fueron más altos que el promedio de las habilidades, y en relación a los profesores, tanto en habilidades locomotoras como en habilidades de control de objetos los valores brutos fueron más altos al impartir clases. La Educación Física se practicó con el propio Maestro de Educación Física que cuando se practicaba con un Maestro Polivalente. Finalmente, podemos

concluir que el docente de Educación Física es el elemento responsable de interferir / intervenir en el proceso de aprendizaje, impulsando los avances en el desarrollo del niño.

Palabras-clave: Educación Física; Psicomotricidad; Motricidad. Desarrollo motor; Beneficios.

1. INTRODUÇÃO

Após todo um caminhar a Educação Física finalmente ganha espaço e reconhecimento com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que é a lei que estabelece e regulamenta o sistema educacional brasileiro, nela a matéria passa a ser um componente curricular obrigatório (BRASIL, 1996).Desse ponto deve-se entender a importância da Educação Física nas escolas, que ao ser bem desenvolvido ela é responsável não somente pelo desenvolvimento motor, mas intelectuais, expressões de sentimentos, conhecimentos culturais, autonomia; ela trabalha conteúdos que não são trabalhados dentro de sala de aula (SOUZA, 2017).

Mas para além desses campos de conhecimento a Educação Física escolar bem desenvolvida é responsável pela psicomotricidade, esta trabalha com três eixos principais que são o desenvolvimento psíquico, cognitivo e motor, onde o último é estudado e relacionado com os outros eixos e a interação dele com o ambiente externo e interno. A Psicomotricidade fundamenta-se em uma compreensão padronizada da pessoa, que abarca as interações cognitivas, sensório motoras e psíquicas na concepção das capacidades de ser e de expressar-se, a partir do movimento, em um contexto psicossocial. Ela constitui-se por um conjugado de ciências psicológico, fisiológico, antropológico e relacional que consentem abordar o ato motor humano com o intento de beneficiar a integração deste sujeito consigo e com o mundo dos objetos e outros sujeitos (COSTA, 2002).

Especificando ato motor (motricidade), não sendo mais importante que os demais desenvolvimentos, está se desenvolve de maneira natural à medida que o sistema nervoso central do ser humano se amadurece. Porém para um desenvolvimento pleno é preciso um ambiente, materiais e estímulos propícios (PAYNE, 1950).A escola

deve oferecer esse ambiente de forma a respeitar a fase do desenvolvimento que a criança deve estar e as necessidades individuais de cada uma.

Com o aspecto motor bem desenvolvido a criança leva para a vida adulta aspectos muito importantes, como o conhecimento de seu próprio corpo e como se expressar com ele, simetria, lateralização, equilíbrio, coordenação motora geral e manual, sentido rítmico, cooperação, exploração e conservação da natureza, entre vários outros aspectos, que iram ajudar nessa fase (MELHEM 2009). Esse aspecto motor está relacionado com a aquisição de habilidades motoras, que é a própria expressão do crescimento e desenvolvimento saudável na infância. Pesquisas têm demonstrado a associação entre a proficiência em habilidades motoras (competência motora) e um estilo de vida ativo e saudável é positiva, ou seja, crianças com melhores desempenhos nessas habilidades, tendem a participar mais de atividades físicas, adotando um estilo de vida mais saudável (GARCIA et al., 2002). Enfim, no decorrer da graduação de Educação Física estuda-se todo o desenvolvimento físico, motor, psicológico, emocional e social do ser humano, é estudado também o período sensível de aprendizagem e como desenvolver todas essas habilidades.

Mas nessa faixa de idade em nível escolar, por exemplo 5º ano do ensino fundamental I, outro profissional poderá trabalhar esses desenvolvimentos que são os Graduados em Pedagogia. Segundo a Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia (1999), propõe-se que a formação do Pedagogo compreenda a análise do todo em que se constitui o arranjo do trabalho educativo, seja habilitado para atuar na docência relacionado aos desenvolvimentos psíquico, cognitivo e motor, como na gestão do trabalho pedagógico, incluindo o planejamento, a execução e a avaliação de sistemas, unidades e projetos educacionais.

Destaca-se que não se quer desvalorizar o profissional polivalente, nem tão pouco afirmar que o profissional de Educação Física ministraria uma aula melhor que ele, pois nada impede de o Pedagogo, por exemplo, se especialize em Educação Física escolar e ministre aulas iguais ou superiores a do professor de Educação Física (PEREIRA 2007). Inclusive, o professor Polivalente é quem está com os alunos na maioria do tempo na escola, logo ele conhece o aluno que precisa de mais atenção,

ajudando ao professor de Educação Física a desenvolver seu papel da melhor forma possível e trabalhar as individualidades de cada aluno.

Partindo deste pressuposto o objetivo do trabalho é buscar e aprofundar os estudos, para que os conteúdos apresentados aos alunos sejam trabalhados em busca de objetivos, que não seja apenas uma hora de brincar no parquinho, mas que o profissional saiba o que cada brincadeira pode impactar no desenvolvimento da criança e contribuir para a sua formação.

O objetivo deste estudo é comparar o desempenho motor de alunos do 5º ano, quando as aulas de Educação Física são ministradas por um profissional de Educação Física e por um professor Polivalente. Dessa forma iremos analisar o desenvolvimento motor nas crianças do 5° ano do Ensino Fundamental I, identificar a relevância e verificar o impacto no desenvolvimento motor das crianças, quando as aulas de Educação Física ministradas pelo profissional de Educação Física e quando são ministradas pelo professor Polivalente.

O Desenvolvimento Motor (DM) pode ser entendido como um processo sequencial, contínuo e relacionado à idade cronológica, pelo qual o ser humano adquire uma enorme quantidade de habilidades motoras, sendo estas mudanças mais acentuadas nos primeiros anos de vida. Este fato faz com que as experiências que a criança tem durante a infância determinará, em grande extensão, que tipo de adulto a pessoa se tornará (TANI, MANOEL, KOKUBUN & PROENÇA, 1988).O seguinte trabalho se justifica no aspecto de que a maior parte da população adulta tem o repertorio motor reduzido, isso se dá pelo mal ou até inexistente trabalho da psicomotricidade na infância, logo com o estudo se quer identificar a importância do profissional de Educação Física, que estudou toda a base de períodos críticos e sensíveis do desenvolvimento humano, estar ministrando as aulas de Educação Física e assim contribuir para a melhoria do aspecto motor das crianças, o que tornaria atividades do dia-a-dia delas quando adultas muito mais eficientes.

1. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Educação Física

Depois de décadas em que a Educação Física foi vista primeiro de uma forma Militarista, onde a preocupação era centrada em formar pessoas para a guerra e valorizava o desenvolvimento da moral; depois de forma Esportivista, onde o rendimento era a principal questão, nas escolas eram selecionados os alunos mais habilidosos; logo após como Recreacionista, onde os alunos decidiam o que iriam fazer na aula e o professor só dava a bola e marcava o tempo (DARIDO, 2014)

A primeira vez que a matéria Educação Física foi incluída na escola no Brasil foi no século XIX com a reforma de Couto Ferraz ainda nomeada na época como ginástica e com traços militaristas. Hoje ela é pautada pela LDB 9.394 de 1996, sendo então um componente curricular obrigatório da Educação Básica e sua visão sobre o movimento evoluiu e deixou de ser meramente se mover por se mover (MELHEM, 2009). Darido (2014) nos fala que a maioria das pesquisas hoje, no âmbito escolar, aponta à educação física a considera como cultura corporal do movimento onde a escolha de conteúdos além de caracterizar a área tem também a preocupação em contextualizar as expressões corporais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que: “constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País”; trata a Educação Física hoje como cultura corporal do movimento que tem como finalidade integrar o aluno, formando um cidadão crítico compreendendo os benefícios do exercício físico para a qualidade de vida (BRASIL, 1997). Já na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a educação física é um componente curricular entendido como manifestação das possibilidades expressivas no sujeito, e o movimento humano está inserido no âmbito da cultura (BRASIL, 1996).

A BNCC ainda enfatiza que a Educação Física deve passar aos alunos do ensino fundamental a vivência de práticas corporais, promovendo a experimentação; além de buscar o envolvimento da criança em práticas corporais seja para o lazer ou para a

saúde, não só durante as aulas mas até mesmo na vida adulta; permitir que o aluno resolva desafios, aprendendo novas modalidades e a adequá-las a sua realidade; além de construir valores de respeito às diferenças e no combate a preconceitos, superando estereótipos; levar o aluno a refletir sobre as possibilidades que ele tem, ou não, de acessar uma prática corporal no lugar onde mora, entendendo seu direito como cidadão (BRASIL, 1996).

2.1.2 O Professor Polivalente

A palavra polivalente significa ser multifuncional, ou seja, saber executa diferentes tarefas (Houaiss, 2001), logo o professor polivalente, que é o professor formado em pedagogia, pode lecionar diferentes disciplinas como português, matemática e educação física no Ensino Infantil e no Ensino Fundamental I. Para Lima (2009) e Mello (2000) o professor polivalente, é responsável principalmente em ensinar as crianças a ler, escrever e contar, que envolve as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; para alguns ser professor polivalente é necessário ter o “dom” para ser professor.

Contudo com a resolução CNE 7/2010 (CONFEF, 2012) o professor polivalente se vê obrigado a ministrar as aulas de educação física que não é de sua especialidade, inclusive a única matéria de estudo do desenvolvimento humano que tem na grade curricular do curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte por exemplo, é a de Antropologia e Educação (Sistema Integrado De Gestão De Atividades Acadêmicas - SIGAA).Logo podemos destacar que Freire (1997), por exemplo, o importante não é quem é o responsável pelas aulas, mas sim quem tem maior competência e habilidade para desempenhar a função.

Em uma pesquisa Pereira (2007) levantou que os professores polivalentes nas aulas de educação físicas, aplicavam apenas brincadeiras de ruas, modalidades esportivas, mas não de forma estruturada e organizada como deve ser. Segundo Darido (2001), em seus estudos viu que os professores polivalentes usavam a aula de educação física como recompensa para quem se comporta nas outras aulas e na maioria das vezes

eles aplicam conteúdos restritos, como o futebol para os meninos e jogos para as meninas.

2.1.1 O Professor de Educação Física

Em meados de 97 a Educação Física passa por uma crise, onde a mesma precisou teorizar as suas práticas, foi então que com a resolução n°3/87 do Conselho Federal de Educação (CFE) - regulamentou o curso de graduação em Educação Física -a grade curricular do curso foi sendo alterada para o estudo do movimento humano. (BRASIL, 1997).A partir de então o intuito da matéria foi sendo alterado possibilitando o aluno o conhecimento do porquê e como participar de práticas corporais e quais os impactos do exercício em sua vida, deixando de ser a prática pela prática, sem sentido(BRASIL, 1997).

Foi assim sendo introduzida na base curricular da graduação matérias como Aprendizagem Motora, Desenvolvimento Motor, Psicomotricidade, Fisiologia do Exercício, Biomecânica, além de História, Filosofia da Educação Física. (BRASIL, 1997). Darido (2014) diz que o professor de educação física deve conhecer, relacionar e articular diversos conhecimentos nas mais diversas áreas para a realidade do aluno, e ainda:

> Para tanto, ele precisa dotá-los de significado e sentido para os alunos, respeitando-os e dialogando no processo de elaboração do conhecimento, considerando as limitações de espaço e tempo no âmbito da aula.

Porém o artigo 31 da resolução CNE 7/2010 abre uma brecha para essa disciplina tão importante, onde ela pode ser ministrada por professores de referência da turma, pessoas essas que não possuem a qualificação profissional necessária e os conhecimentos específicos da área (CONFEF, 2012). Porém sabemos que o professor de Educação Física desempenha papel fundamental e sua atuação na escola como educador deve incluir ações pedagógicas direcionadas para esse objetivo. Pois são os grandes responsáveis pelo futuro educacional das crianças no que concerne às práticas corporais. Assim sendo, o professor dessa área, tem reponsabilidade em contribuir para

que os alunos desenvolvam hábitos saudáveis para um estilo de vida com mais qualidade (FINCK, 2011, p.139).

Portanto, vale lembrar que a escolha do conteúdo deve ser apropriada ao contexto sociocultural em que os alunos estão inseridos, devendo escolher conteúdos motivadores e ao mesmo tempo questionadores da realidade social em que se vivem experiências corporais de todos os alunos (LIMA, 2011, p. 27). Assim conhecendo a cultura que os rodeiam, de como eles lidam diante dessa cultura, e tenta inserir de maneira clara e objetiva que todos possam compreender. Um exemplo da atuação desse Professor é na identificação de níveis de competência motora de crianças, que é essencial para o desenvolvimento de programas interventivos que tenham como finalidade potencializar o desenvolvimento de novas habilidades, remediar dificuldades já estabelecidas e/ou desenvolver novas estratégias de movimento (KING-THOMAS, 1987).

2.3 Motricidade

No início do século XIX os médicos precisaram nomear a zona do córtex cerebral que está além da região motora, foi aqui a primeira vez que utilizaram o termo psicomotricidade. Com o avanço da neurologia começou se a notar-se disfunções motoras graves mesmo sem que o cérebro estivesse lesionado, foi aí que se começou um estudo mais aprofundado na área, pois a teoria de que toda patologia se explicava com uma lesão já não funcionava mais (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE). Começou-se daí um estudo aprofundado da área, que se iniciou pelos neurologistas, e hoje ela é uma área específica que une conhecimento psicológico, fisiológico, antropológico e relacional (COSTA,2002).

No campo da educação a psicomotricidade é uma metodologia de ensino que favorece o desenvolvimento psicológico, emocional e motor da criança, como nos explica Negrine (1995):

A educação psicomotora é uma técnica, que através de exercícios e jogos adequados a cada faixa etária leva a criança ao desenvolvimento global de ser. Devendo

estimular, de tal forma, toda uma atitude relacionada ao corpo, respeitando as diferenças individuais (o ser é único, diferenciado e especial) e levando a autonomia do indivíduo como lugar de percepção, expressão e criação em todo seu potencial.

Logo percebemos que essa metodologia não se restringe simplesmente ao movimento, mas ela ajuda a criança, por meio de assimilação, a compreender o mundo e interagir com ele através de seu corpo, permitindo que ele se desenvolva no aspecto motor, cognitivo e afetivo. No presente estudo iremos focar na aquisição das habilidades motoras, porém deixamos claro que ao desenvolver essa habilidade a criança desenvolve em sincronia o cognitivo e o emocional também, como nos esclarece Galvão (1995), que a psicomotricidade é a ciência que tem como componente de estudo o homem por meio do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo seja ele interna e externo. Está conectada ao processo de maturação, onde o corpo é a raiz das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o cognitivo.

Segundo Le Boulch (1984), a psicomotricidade deve ser trabalhada desde a educação infantil e que condiciona todos os aprendizados pré-escolares e escolares. Deve ser praticada desde a mais tenra idade, conduzida com perseverança, permitindo prevenir inadaptações, difíceis de correção quando já estruturadas. Trigo e Piñera (2000) destacam que as ações devem despertar no indivíduo o senso crítico, a criatividade, a afetividade, na busca de melhor compreender sua vida. Destacam ainda que as atividades devem compreender ações lúdicas, jogos, esporte, trabalho, dança, circo, etc.

É através do jogo e das brincadeiras orientadas que a criança explora os diferentes sentidos do corpo e desenvolve sua motricidade, seja ela a motricidade fina ou global. Segundo Kolyniak (2010):

> "A motricidade refere-se, portanto, a sensações conscientes do ser humano em movimento intencional e significativo no espaço-tempo objetivo e representado, envolvendo percepção, memória, projeção, afetividade, emoção, raciocínio. Evidencia-se em diferentes formas de expressão – gestual, verbal, cênica, plástica etc."

O estilo de vida ativo que todo adulto deve ter, para sua melhor saúde, começa na infância, a partir de estímulos e da liberdade para que elas desenvolvam as mais variáveis habilidades para assim ter uma vida adulta mais plena e ativa (CONDESSA, 2009). A partir do nascimento a criança já inicia seu desenvolvimento motor, e através de diferentes quantidades, qualidades e diversidade de estímulos motores recebidos seu repertorio aumenta, é com o corpo que a criança começa sua relação com o mundo, com o mais rudimentar movimento que a criança se comunica com os adultos(CONDESSA, 2006).

Com o desenvolvimento motor e o envolvimento da criança com outras crianças nas aulas de educação física, que ela desenvolve capacidades que serão solicitadas durante toda a vida de uma forma divertida; sem falar que não só o motor da criança e desenvolvido com essas atividades, mas o controle emocional, cooperação responsabilidade (Condessa, 2006). Tendo isso em conta a educação escolar deve proporcionar exercício da motricidade global e também da motricidade fina, de modo a permitir que todas e cada uma aprendam a utilizar e a dominar melhor o seu próprio corpo, as aprendizagens motoras devem ser desenvolvidas de forma equilibrada significativa e multidimensional com atividades de equilíbrio, deslocamento e manipulação etc. (OCEPE, 2016; Condessa, 2006) além da lateralidade, organização e orientação no espaço e no tempo, atenção, resistência física (MARQUES, 1979).

Abaixo Vemos no quadro abaixo aspectos motor que segundo Melhem (2009) devem ser trabalhados na motricidade e suas consequências se caso não seja ou seja trabalhada de uma forma deficiente.

CAPACIDADE	DEFINIÇÃO	DEFICIENCIA
TÔNUS MUSCULAR	ADQUIRIR FORÇA PARA LHE DAR COM A GRAVIDADE, MANTENDO SUA ESTABILIDADE CONSEGUINDO MAIS TARDE A SE LOCOMOVER E A MANIPULAR OBJETOS E SEU PRÓPRIO CORPO	É A BASE PARA TODO E QUALQUER MOVIMENTO, SEM ELE NÃO TEM MOVIMENTO
EQUILÍBRIO	MANUTENÇÃO DA POSIÇÃO DO CORPO, FUNDAMENTAL PARA A EXECUÇÃO DE TODO E QUALQUER MOVIMENTO	PODE CAUSAR QUEDAS CONSTANTES, POSTURA INSTÁVEL E ERRADA ALÉM DO MEDO, INSEGURANÇA, DESATENÇÃO, ETC,
COORDENAÇÃO MOTORA	É A INTEGRAÇÃO ENTRE O COMANDO DO CÉREBRO E EXECUÇÃO DOS MÚSCULOS ESQUELÉTICOS, RESPONSÁVEL PELO CONTROLE DOS MOVIMENTOS DESDE OS MAIS GROSSOS, USANDO GRANDES MÚSCULOS, ATE MOVIMENTO MAIS FINOS, USANDO PEQUENOS MÚSCULOS	ATAXIA, ALEM DE NÃO CONSEGUIR FAZER OU TER MUITA DIFICULDADE DE FAZER DETERMANADAS ATIVIDADES DO DIA A DIA
LATERALIDADE	CAPACIDADE DE USAR MAIS UMA PARTE DO CORPO, SE TORNANDO MAIS FORTE E PRECISO, AOS 3 ANOS A CRIANÇA JA DEVE TE-LA BEM DESENVOLVIDA	DISLEXIA, DISORTOGRAFIA
PERCEPÇÃO	ATRAVÉS DE ESTÍMULOS DE QUALQUER UM DOS SENTIDO (AUDITIVO, TÁTIL, ETC), ATRIBUE ALGUM SIGNIFICADO	FALTA SE SELEÇÃO E INTEPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS, NÃO PERMITINDO SEU ENTENDIMENTO.
ESPACIAL TEMPORAL	É TEM A FUNÇÃO DE FAZER ENTENDER NOÇÃO DE PERTO, LONGE, DENTRO FORA, BAIXO, ETC.	NÃO CONSEGUIR FAZER OU TER MUITA DIFICULDADE DE FAZER DETERMANADAS ATIVIDADES DO DIA A DIA, NÃO CONSEGUIR SE ORIENTAR.

2.2 Desenvolvimento Motor

O Desenvolvimento é um processo de mudanças contínuo que inicia com o nascimento e só termina com a morte. O desenvolvimento é classificado como motor, cognitivo e afetivo; onde desenvolvimento motor é uma adaptação contínua do movimento e indica que o indivíduo pode passar para próxima etapa, cognitivo é a aquisição, aprendizado do ser humano e o afetivo está ligado ao seu relacionamento social e emocional, tanto consigo como com outros seres humanos, todos esses domínios estão interligados e o aprimoramento de um resulta no aprimoramento em todos (PAPALIA, 2013).

A única sequência de desenvolvimento motor ordenado e previsível é o cefalo-caudal que é o processo de controle dos músculos que começa na cabeça e termina com os pés; e próximo-distal que é o controle desde o centro do corpo até as partes mais extremas. O conceito de diferenciação diz que uma pessoa passa do movimento rudimentar imaturo para o movimento específico e preciso. O processo de

desenvolvimento gradual do movimento é nomeado de princípio de integração (PAYNE, 1950)

Para isso é preciso, porém considerar a variabilidade desenvolvimentista que é justamente a variação de idade de aquisição de uma habilidade, que pode ser causada tanto pela hereditariedade quanto pelo meio em que vive a criança logo cada ser tem um tempo individual para adquirir essas capacidades e seguir arrisca essa média de aquisição de habilidade vai contra os princípios de individualidade e especificidade. (PAPALIA, 2013). Alguns fatores podem afetar essa aquisição de habilidades como a condição socioeconômicas onde na maioria das vezes as crianças passam sua infância em ambientes instáveis, inseguros e anti-higiênico; as crianças que moram na rua tem mais chance de desenvolver depressão, ansiedade e seu desempenho escolar é muito prejudicado. O hábito de fumar dos pais, a alimentação e o sono também afetam a saúde da criança e consequentemente seu desenvolvimento geral (PAPALIA, 2013)

O período sensível ou crítico de uma habilidade é uma janela do tempo em que as crianças estão mais abertas para aquisição, esse período e considerado a infância, pois as crianças não têm medo de experimentar e de buscar e até de se machucar; com relação a habilidade motora, a perda desse período pode fazer com que a criança tenha dificuldade de atingir o alto nível das habilidades. Conforme Lopes, (2000) diz:

> O conceito de período crítico assume, portanto, que as mudanças associadas ao crescimento, maturação e desenvolvimento ocorrem com maior rapidez e que o processo organizacional pode mais facilmente ser modificado durante esses períodos.

O domínio de habilidades motoras fundamentais é básico para o desenvolvimento motor da criança, uma vez que estas fornecem uma base de informações necessárias para a criança perceber a si mesma e ao ambiente que acerca. Por volta dos seis ou sete anos a criança começa a desempenhar ações mecanicamente mais eficazes, coordenados e controlados (PAPALIA, 2000). Esse padrão maduro de movimentos será combinado e refinado em habilidades motoras especializadas e em contextos específicos futuros (GALLAHUE, 2003).

É nesse período que a construção de um repertorio motor que servirá de suporte para um aprendizado posterior de ações adaptativas e habilidosas. As habilidades motoras fundamentais constituídas por movimentos como correr, saltar, arremessar, chutar, rolar, receber etc., são consideradas indispensáveis para a especialização de habilidades motoras especificas assim como para o desenvolvimento de uma vida ativa e saudável (VALENTINI, 2002; HAYWOOD, 2004).

Assim, considerando a importância de conhecer o desempenho motor infantil, particularmente focalizando as formas básicas de movimento, o presente estudo objetiva analisar o desempenho motor de escolares de acordo com os critérios qualitativos de habilidades locomotoras e de controle de objetos, especificamente buscando identificar as dificuldades nessas habilidades e verificar se existem diferenças nas dificuldades apresentadas pelas crianças que tem aula de educação física com um profissional da área com as crianças que tem aula com um professor polivalente.

2. METODOLOGIA

Este estudo se caracterizara de modo descritivo e experimental que segundo Gil (2017) têm como objetivo a descrição de características de determinada população e consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis capazes de influenciá-los e definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

A população foi constituída por 48 estudantes (MD= 10,71 anos) da turma do 5° ano do Ensino Fundamental I, de ambos os sexos. Participaram da pesquisa duas escolas; a Escola Municipal João Paulo II no bairro Lagoa Azul na zona norte de Natal, onde as aulas são ministradas por uma professora formada em Educação Física; e a Escola Municipal Duque de Caxias localizada no bairro Centro da cidade de Maxaranguape, onde as aulas são ministradas por um professor formado em Letras.

3.1 Instrumentos de Coleta de Dados

Foi realizado um teste com as crianças para medir o grau de desenvolvimento motor delas, o Test off Gross Motor Development Second Edition (TGMD 2) (ANEXO II) que traduzindo é “Teste de Desenvolvimento Motor Grosso Segunda Edição”.

OTGMD-2 é um instrumento valido e confiável para crianças brasileiras (Valentini, 2012) que avalia o desempenho motor grosso em habilidades de locomoção e controle de objetos em crianças com idade entre 3 e 10 anos. Entre as habilidades de locomoção são avaliados o correr, o galopar, o saltitar, o saltar sobre obstáculo, o saltar horizontalmente e o deslocar-se lateralmente. As habilidades de controle de objeto se valiam o rebater, o quicar, o receber, o chutar, o arremessar sobre o ombro e o rolar.

O protocolo de aplicação do teste prevê que o avaliador ofereça instrução e demonstre o movimento uma vez, e o sujeito realize uma tentativa-ensaio. Posteriormente, o sujeito deve realizar duas tentativas formais de cada uma das 12 habilidades propostas pelo teste. Todas as habilidades foram filmadas e analisadas independentemente por dois avaliadores. Os vídeos foram analisados em velocidade lenta no programa Movie Maker (free download), e pontuados de acordo com os critérios da lista de checagem do TGMD-2. Nessa avaliação era atribuído 1 (um) ponto quando o movimento atendia ao critério da lista de checagem e 0 (zero) ponto quando não atendia ao critério.

Para tabulação e análise de dados foi utilizado o *software* Excel 2013, calculando a média das variáveis e posteriormente formulação dos gráficos ou tabelas. Foram realizadas comparações das médias por critério e Desvio padrão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo teve como objetivo comparar o desempenho motor de alunos do 5º ano, quando as aulas de Educação Física são ministradas por um profissional de Educação Física e por um professor Polivalente.

Análise do desempenho Geral

Ao analisar a média geral de forma descritiva, vemos que tanto nas habilidades locomotoras quanto nas habilidades de controle de objeto os valores brutos foram maiores que a média de cada habilidade(TABELA 1), por exemplo o correr a média da habilidade é 4 pontos e os avaliados obtiveram média geral de 3,60. Esse resultado pode ser justificado pela idade dos indivíduos, ou seja, por se tratar de crianças mais velas.

Tabela 1. Média Geral de desempenho das habilidades do TGMD2.

Teste/critérios	Pontuação*	Média
Locomotoras		
Correr	4	3,60
Galopar	4	3,13
Saltar e um pé	5	4,60
Saltar sobre obstáculo	3	2,75
Saltar horizontal	4	3,44
Deslocamento lateral	4	3,42
Controle de objeto		
Rebater	5	4,42
Quicar	4	3,75
Receber	3	2,79
Chutar	4	3,71
Arremessar	4	3,49
Rolar Bola	4	3,58

*Pontuação máxima por habilidade.

Esse resultado está de acordo com alguns estudos (VALENTINI, 2002; PAIM, 2003; SILVEIRA et al., 2005; AFONSO et al., 2009), que no geral as crianças apresentaram um crescente aumento no escore dos testes com o avançar da idade.

No entanto, apesar de evidências teóricas de que as próprias questões maturacionais do indivíduo adicionadas às experiências e oportunidades de prática possam acarretar num melhor desempenho das crianças mais velhas comparadas a crianças mais novas como por exemplo na educação infantil, algumas investigações discordam dos achados do presente estudo, apontando não haver melhora no desempenho de habilidades motoras em função da idade cronológica (HARDY; HOWLET, 2009; FERRAZ, 1992; HAYWOOD; KATHLEEN, 2010), especificamente em habilidades de controle de objetos, o estudo de Castro (2008) relata que crianças mais novas apresentaram desempenho superior às mais velhas, e o de Valentini (2002)

afirma não existir diferenças nessas habilidades nos diferentes grupos etários. Os autores justificam esses achados, a superioridade das crianças mais velhas pode ser justificada por um conceito básico de progressividade, em que o período da infância é marcado por alterações estáveis e progressivas das áreas cognitiva, afetiva e motora (GALLAHUE; OZMUN, 2005), ou seja, crianças mais velhas parecem ter vantagens em termos maturacionais e de quantidade de experiência prática na aquisição de diversas habilidades.

Segundo Piaget (1964) as crianças pequenas estão focadas na melhoria de suas habilidades e seus primeiros anos de vida são cruciais para o seu desenvolvimento, porém, quando novas, as crianças não são capazes de raciocinar de qualquer outro ponto de vista que não seja o seu. Isso interfere diretamente na obtenção das instruções (verbal e demonstrativa) dadas nos testes. As crianças mais velhas, por sua vez, tendem a entender melhor as instruções e executam a habilidade de forma mais parecida às demonstrações do instrutor. Portanto, para essa amostra as evidências apontaram que quanto mais velha a criança, melhor foi seu desempenho.

Análise do desempenho de acordo com o tipo do professor

Ao analisar a média geral de forma descritiva, vemos que tanto nas habilidades locomotoras quanto nas habilidades de controle de objeto os valores brutos foram maiores quando as aulas de Educação Física eram praticadas com os próprios Professor de Educação Física do que quando praticadas com Professor Polivalente (TABELA 2).Quando se discutia questão “educação física escolar”, abordar-se o quão importante ela é para o desenvolvimento motor humano, que está relacionado também aos aspectos afetivos, sociais, cognitivos e culturais na vida do aluno.

Tabela 2. Média de desempenho das habilidades locomotoras e de controle de objeto.

Teste/critérios	Média (Desvio Padrão)	
	POLIV.	EDF
Locomotoras		
Correr	3,25 (±0,73)	3,75 (±0,44)
Galopar	1,25 (±0,89)	3,16 (±0,86)
Saltar e um pé	3,87 (±1,07)	4,75 (±0,53)
Saltar sobre obstáculo	1,37 (±0,76)	2,87 (±0,33)
Saltar horizontal	3,12 (±0,89)	3,45 (±0,83)
Deslocamento lateral	3,00 (±1,25)	3,50 (±0,51)
Controle de objeto		
Rebater	2,70(±1,26)	4,54(±0,50)
Quicar	1,91(±1,10)	3,87(±0,33)
Receber	1,87(±0,79)	2,91(±0,28)
Chutar	2,91(±0,92)	3,83(±0,38)
Arremessar	2,29(±1,26)	3,62(±0,57)
Rolar Bola	1,95(±1,04)	3,66(±0,48)

*POLIV. = Professor Polivalente.
**EDF= Professor de Educação Física.

Partindo desta linha de pensamento, as ações realizadas por essas crianças, sem a interferência da educação física escolar, são decisivas para o nível de desenvolvimento que essa criança trará no futuro, isso porque a educação física escolar é firmemente aperfeiçoada, para que tenha alicerce necessário para reverter este quadro para melhor. Porém, ainda há dúvidas que cercam a educação física escolar e seu método, que de certa forma intervêm em seu aproveitamento pelos profissionais da área, que devem fundamentar-se em teorias para desenvolver um plano de aula, com ênfase no desenvolvimento do aluno, em todos seus aspectos (NOBRE, COSTA, OLIVEIRA, CABRAL, CAÇOLA, 2009).

Porém nossos achados apontam que em relação ao desempenho motor para esse grupo analisado os resultados foram melhores quando praticadas com os próprios Professor de Educação Física, isso pode ser justificado pelo fato de que os professores utilizam da fisiologia, biomecânica, estudos sobre o desenvolvimento motor e do corpo humano, com a finalidade de melhorar e aumentar o acervo motor, a consciência corporal e a qualidade de vida do aluno, que valoriza o conteúdo da educação física e o desenvolvimento do aluno em geral (ROSA NETO; SANTOS, 2010).

Enfim, através do Professor de Educação Física as crianças podem vivenciar práticas diversas, ou seja, variar as combinações de influências a partir das danças, dos jogos que compõem um vasto patrimônio cultural que deve ser valorizado. Além disso podem desenvolver a consciência da importância do movimento humano, suas causas e objetivos, e criar situações para que o aluno possa praticar movimentos de formas variadas (ETCHEPARE, 2000).

5 CONCLUSÕES

Nesse contexto, o professor de Educação Física é o elemento responsável por interferir/intervir no processo da aprendizagem, impulsionando os avanços no desenvolvimento da criança. O professor de Educação Física apresenta pelos nossos resultados ser um melhor intermédio para alcançar a zona de desenvolvimento potencial, tornando-a real, dando sequência ao aspecto espirado do processo.

Em que pese o fato que a maturação tem um papel muito importante no controle motor das crianças de primeira infância, as propostas de programas de atividades motoras infantis poderiam enfatizar na realização do desenvolvimento motor de forma gradual. Assim poder-se-ia recomendar que as intervenções dos professores combinassem essa habilidade que parecem ser as de menor dificuldade, com as outras que parecem ser mais desafiantes. As crianças precisam sentir-se competentes durante as atividades, de modo a envolverem-se prazerosamente com atividades motoras.

REFERÊNCIAS

A história da Educação Física. Disponível em: <http://educacaofsicaparavida.blogspot.com.br/2008/07/histria-da-educao-fsica-os-objetivos-e.html>Acesso em: maio 2018.

Associação Brasileira de Psicomotricidade. Disponível em: <https://psicomotricidade.com.br/sobre/o-que-e-psicomotricidade/.> Acesso em: maio 2018.

AFONSO, G. H.; FREITAS, D. L.; CARMO, J. M.; 1 LEFEVRE, J. A.; ALMEIDA, M. J.; LOPES, V. P.; NEVES, A. C.; RODRIGUES, A. J.; ANTUNES, A. M.; ESTEVES, C. M.; CONCEIÇÃO, L. P.; GOUVEIA, E. R.; FERNANDES, F. J.; MAIA, J. A. **Desempenho motor.** Um estudo normativo e criterial em crianças da Região Autónoma da Madeira, Portugal. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, Portugal, v.9, p.160-174, 2009.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: out.2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** v. 7. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, **Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar**, Ministério da Educação, 2016.

CASTRO, M. B. **A influência do contexto nas habilidades motoras fundamentais de pré-escolares e escolares**. 2008. Dissertação (mestrado) - Unpublished, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CONDESSA, I. **O desenvolvimento do estagiário através do ensino da. Educação física.** Florianópolis: Tribo da Ilha, 2014.

COSTA, A. C. **Psicopedagogia E Psicomotricidade: Pontos De Intersecção Nas Dificuldades De Aprendizagem**: Petrópolis: Vozes, 2002.

DARIDO, S. C. **Educação física da escola: implicações para a prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

DARIDO, S. C. **Educação Física de 1ª a 4ª série: quadro atual e as implicações para a formação profissional em Educação Física**. São Paulo: Revista Paulista de Educação Física, 2001.

DEVIDE, F. P. **Educação Física escolar no primeiro segmento do Ensino Fundamental: contribuições para um debate.** Florianópolis: Motrivivência, 2002.

ETCHEPARE, Luciane Sanchotene. **A avaliação escolar da Educação Física na rede municipal, estadual, particular e federal de ensino de Santa Maria**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano). Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

FINCK, S. C. M. **A Educação Física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação**. – 2. Ed. Ver. – Curitiba: lbpex, 2011.

FREIRE, J. B**. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física.** São Paulo: Scipione, 1997.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 3 ed. São Paulo: Editora Phorte, 2005.

GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GARCIA, C.; GARCIA, L.; FLOYD, J.; LAWSON, J. **Improving public health through early childhood movement programs**. JOPERD, v.73, n.1, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

HARDY, L. L. et al. Fundamental movement skills among Australian preschool children. Journal of Science and Medicine in Sport, Australia, v. 13, n. 5, p. 503-508, 2010.

HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. **Desenvolvimento motor ao longo da vida**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. **Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida.** Porto Alegre, Artmed, 2004.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KING-THOMAS L. A. **Therapist' s guide to Pediatric Assessment**. Boston: Little Brown; 1987.

KOLYNIAC, C. **Motricidade e aprendizagem: algumas implicações para a educação escolar.** São Paulo: Constr. Psicopedagogia, 2010.

LE BOULCH, Jean. **A educação pelo movimento: a psicocinética na idade escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

LIMA, A. A. **A dança na educação infantil**. – Campinas, SP: [s.n], 2011.

LIMA, V. M. M. **Formação do Professor Polivalente e Saberes Docentes na Escola Pública.**Disponívelem:<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139806/ISSN2175-7054-2009-7533-7543.pdf?sequence=1>. Acesso em: maio 2018.

LOPES, V. P. **Períodos críticos ou sensíveis: revisitar um tema polêmico a luz da investigação empírica.** São Paulo: Revista Paulista de Educação Física, 2000.

MARQUES, A.R. **O Jogo de Atividade nos Recreios Escolares**. **Atividade Física, Saúde e Lazer: Educar e Formar**. Braga: CIEC, IE, UM, 2012.

MELHEM A.**A prática da Educação Física na Escola.** Rio de janeiro. Sprint, 2009.

MELLO, G. N de. **Formação inicial de professores para a educação básica.** São Paulo Perspec, 2000.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil: psicomotricidade: alternativas pedagógicas**. Porto alegre: Prodil, 1995.

NOBREL F. S. S; COSTA C. L. A; OLIVEIRA D. L; CABRALL D. A; NOBREL G. C; CAÇOLA P. **Análise das oportunidades para o desenvolvimento motor em ambientes domésticos no Ceará** – Brasil – Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano, 2009.

PAIM, M. C. C. (2003). **Desenvolvimento motor de crianças pré-escolares entre 5 e 6 anos.** Revista Digital, Buenos Aires, v.8, n.58, 2003. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd58/5anos.htm>.

PAPALIA, D. E. **Desenvolvimento Humano.** Porto Alegre: AMGH, 2013.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.

PAYNE, L. D. I. **Desenvolvimento Motor Humano: Uma Abordagem Vitalícia.** Rio de Janeiro: Guanabara, 2007.

PEREIRA, R. S. **A Educação Física nas séries da fase inicial do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais de Santo André: o olhar dos professores polivalentes.** 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Educação Física, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2007.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. 3. ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 1964.

Psicomotricidade não é só motricidade. Disponível em: <http://educacaosemsegredos.com.br/psicomotricidade-nao-e-so-motricidade.html#.WwH3Lu4vwdU.> Acesso em: 10 maio 2018.

REVISTA EF. **Sistema CONFEF/CREFs Conselho Federal e Regional de educação Física.** *Educação Física do 1º ao 5º ano;* pp. 28; Ano XII; nº 46; dez 2012.

ROSA NETO F; SANTOS A. P. M; XAVIER R. F. C; AMARO K. N. **A Importância da avaliação motora em escolares: análise da confiabilidade da Escala de Desenvolvimento Motor**. Rev. Bras. Cineantropom Desempenho Humano, 2010. 12(6):422-427.

SÃO CAETANO DO SUL. **Orientações curriculares para o Ensino Fundamental.** Secretaria da Educação do Município de São Caetano do Sul. São Paulo: CECAPE, 2013.

SÉRGIO. M.V.C. Motricidade humana: um paradigma emergente. Blumenau. Ed. Da FURB, 1995.

SIGAA. **Sistema Integrado De Gestão De Atividades Acadêmicas**. Disponível em:<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/18164941>. Acesso em: nov.2018.

SILVEIRA, C.R.A.; GOBBI, L.T.B.; CAETANO, M.J.D.; ROSSI, A.C.S.; CANDIDO, R.P. **Avaliação motora de pré-escolares: relações entre idade motora e idade**

cronológica. Revista Digital - Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd83/avalia.htm>. Acesso em: 22 de ago. 2010.

SOUZA T. S. Y.**Estudo Comparativo Entre As Aulas De Educação Física E O Professor Polivalente No Ensino Fundamental I Na Rede Municipal De Pindamonhangaba-Sp.** Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.funvicpinda.org.br:8080/jspui/bitstream/123456789/541/1/ThawaneSOUZA.pdf.> Acesso em: maio de 2018.

TANI, G.; MANOEL, E.J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J.E. **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo, EPU/EDUSP, 1988.

TRIGO, E.; PINERA, S. **Manifestaciones de la motricidad**. Barcelona: Ind Publicaciones, 2000.

VALENTINI, N. C. **A influência de uma intervenção motora no desempenho motor e na percepção de competência de crianças com atrasos motores**. São Paulo: Revista Paulista de Educação Física, 2002.

VALENTINI N. C. **Teste de Desenvolvimento Motor Grosso: Validade e Consistência Interna para uma População Gaúcha.** Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87055/000717233.pdf?sequence=1.> Acesso em abril 2018.

INCIDÊNCIA DE IDOSOS HIPERTENSOS NAS ACADEMIAS DA ZONA NORTE DE NATAL

INCIDENCE OF HYPERTENSIVE ELDERLY IN THE GYMS OF THE NORTH ZONE OF NATAL

INCIDENCIA DE PERSONAS MAYORES HIPERTENSIVAS EN LAS ACADEMIAS DE NAVIDAD DEL NORTE

Ekner Avelino da Silva FILHO[13]
Juliana de Almeida DANTAS[14]
Jeferson Tafarel Pereira do RÊGO[15]
Eloyse Emmanuelle Rocha BRAZ[16]

RESUMO

Ao envelhecer o ser humano tem significante perda das suas funções fisiológicas, diminuindo suas valências físicas, sendo acometidos por doenças cardiovasculares advindas do processo natural do envelhecimento como a hipertensão arterial (HA). O objetivo do estudo foi verificar a incidência de idosos hipertensos praticantes de exercícios físicos em academias. Estudo foi realizado através de uma pesquisa de campo onde coletamos dados quantitativos e descritivos de idosos hipertensos nas academias da zona norte de Natal. Participaram do estudo 80 idosos, sendo 62 hipertensos (36 mulheres e 26 homens), praticantes de exercícios físicos nas academias da Zona Norte de Natal. Para realização dessa pesquisa foi utilizado um questionário. Como resultados encontramos que da nossa amostra de 80 idosos 54% são mulheres, 46% homens, 78% hipertensos e 22% normotensos. Dos hipertensos, 58% são mulheres e 42% homens. O percentual de idosos hipertensos encontrado na nossa amostra é mais alto que o reportado na literatura. Este dado nos alerta para que se tenha mais atenção ao trabalhar com

[13] Discente de Educação Física do UNICEUNA.
[14] Discente de Educação Física do UNICEUNA.
[15] Mestrado em Educação Física - UFRN/2014, Graduado em Educação Física - UFRN/2010, Professor Universitário do Curso de Educação do UNICEUNA, (E-Mail: jtafarel@yahoo.com.br).
[16] Mestrado em Educação Física - UFRN/2018, Graduada em Educação Física - UFRN/2004, Professora de Educação Física da Secretaria Municipal de Educação, e do Governo do Estado do RN, (E-mail: eloysebraz@gmail.com).

idosos, pois além do processo natural de envelhecimento, podem estar associados outros problemas, como a hipertensão.

Palavras-chave: Idosos; Hipertensão; Exercício físico.

ABSTRACT

When aging the human being has significant loss of its physiological functions, decreasing its physical valences, being affected by cardiovascular diseases coming from the natural aging process such as arterial hypertension (HA). The objective of the study was to verify the incidence of hypertensive elderly people practicing physical exercises in academies. This study was carried out through a field survey where we collected quantitative and descriptive data of hypertensive elderly people in the academies of the northern zone of Natal. 80 elderly people participated in the study, 62 hypertensives (36 women and 26 men), practicing physical exercises in the academies of the Northern Zone of Natal. To carry out this research, a questionnaire was used. As results we found that of our sample of 80 elderly 54% are women, 46% men, 78% hypertensive and 22% normotensive. Of the hypertensive, 58% are women and 42% are men. The percentage of elderly hypertensives found in our sample is higher than that reported in the literature. This fact warns us to pay more attention to working with the elderly, because besides the natural aging process, other problems, such as hypertension, may be associated.

Keywords: Elderly; Hypertension; Exercise.

RESUMEN

Al envejecer, el ser humano tiene una pérdida significativa de sus funciones fisiológicas, disminuyendo sus valencias físicas, siendo afectado por enfermedades cardiovasculares derivadas del proceso natural de envejecimiento como la hipertensión arterial (HA). El objetivo del estudio fue verificar la incidencia de ancianos hipertensos que practican ejercicios físicos en gimnasios. Se realizó un estudio a través de una investigación de campo donde se recolectaron datos cuantitativos y descriptivos sobre ancianos hipertensos en los gimnasios de la zona norte de Natal. En el estudio participaron 80 personas mayores, de las cuales 62 eran hipertensos (36 mujeres y 26 hombres), quienes practican ejercicios físicos en gimnasios de la Zona Norte de Natal. Para realizar esta investigación se utilizó un cuestionario. Como resultado, encontramos

que, de nuestra muestra de 80 ancianos, 54% son mujeres, 46% hombres, 78% hipertensos y 22% normotensos. De los pacientes hipertensos, el 58% son mujeres y el 42% hombres. El porcentaje de ancianos hipertensos encontrado en nuestra muestra es superior al reportado en la literatura. Este dato nos advierte de prestar más atención al trabajo con personas mayores, porque además del proceso natural de envejecimiento, pueden estar asociados otros problemas, como la hipertensión.

Palabras clave: Ancianos; Hipertensión; Ejercicio físico.

1 INTRODUÇÃO

Envelhecer é uma fase inevitável na vida de todo ser humano. A população idosa mundial vem crescendo em números expressivos. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a população idosa mundial em 2015 era em média de 900 milhões, e em 2050 chegará a mais de 2 bilhões. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007 a população idosa era de 17,4 milhões, em 2017 passou para 26 milhões e até 2027 estima-se um número superior a 37 milhões de idosos somente no Brasil. Ainda, de acordo com o instituto Brasileiro de geografia e estatística (IBGE) a população idosa no estado do Rio Grande do Norte, entre 2004 e 2014 cresceu 38,57%, passando de 289 mil para 406 mil idosos. Juntamente com esse crescimento expressivo, surge também a preocupação com essa faixa etária que necessita e merece uma atenção especial.

Com o processo de envelhecimento, o ser humano tem significante perda de suas funções fisiológicas, diminuindo assim também suas valências físicas. Além das incapacidades físicas e fisiológicas, os idosos também são acometidos por doenças em seu sistema cardiovascular advindas ao processo natural do envelhecimento. De modo geral, o sistema cardiovascular do idoso sofre várias alterações dentre elas, podemos destacar o aumento da pressão arterial sistêmica (Hipertensão) que é uma doença crônica com maior incidência na vida dos idosos, fruto do declínio funcional do sistema cardiovascular (MAZINI FILHO; FERREIRA; CÉSAR, 2006).

Com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos idosos, é recomendado a prática de exercícios físicos pois sabemos que se introduzidos em sua rotina trarão inúmeros benefícios como manutenção de massa, força, resistência muscular, coordenação motora, diminuição de adiposidade corporal, redução da pressão arterial pós exercícios e controle da mesma (MCARDLE; KATCH; KATCH, 2008, p885).

Assim, conhecer o perfil dos idosos praticantes de exercício que são hipertensos é fundamental para traçar estratégias que visem aumentar a prática de exercício físico nesse público. Desta forma, tomando como base o envelhecimento humano e todas as condições negativas que acometem essa faixa etária, resolvemos verificar a incidência de idosos hipertensos nas academias da zona norte de Natal. As informações contidas no presente estudo mostram-se de alta relevância para a população em geral, com foco nos idosos, pois contribuirá para que os mesmos possam agregar tais informações, para si, contribuindo assim para sua saúde e uma melhor qualidade de vida.

METODOLOGIA

População Amostra

Foram realizadas visitas a sete academias de ginástica a fim de realizar um levantamento da quantidade de idosos. Participaram deste estudo 80 idosos, destes 62 são hipertensos, sendo 26 homens (46%) e 36 mulheres (54%) com faixa etária de 60 a 82 anos (63,4±3,9). Todos os participantes são praticantes de exercício físico, matriculados em academias da Zona Norte de Natal, com tempo de prática de 1 mês a 2 anos de exercício físico.

Instrumentos de Coleta de Dados

Para realização dessa pesquisa foi utilizado um questionário que foi desenvolvido pelos pesquisadores desse estudo de modo a levantar os dados necessários para essa pesquisa com as seguintes perguntas: faixa etária, tempo de prática de exercício, se é hipertenso ou não é sexo.

Procedimentos de Coleta de Dados

Para coleta dos referentes dados, foi realizada uma pesquisa nas academias da zona norte de Natal, dos dias 02/05/2018 a 18/05/2018 onde as repostas foram obtidas através dos responsáveis técnicos de cada estabelecimento visitado acerca da quantidade de idosos hipertensos matriculados e praticantes regulares de exercício físico naquele local.

Termo de Consentimento

O Termo de Consentimento foi assinado pelos responsáveis pelas academias, após serem informados dos objetivos da pesquisa e esclarecerem as dúvidas com os pesquisadores.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Para os critérios de inclusão foram selecionados os dados dos indivíduos idosos a partir de 60 anos, hipertensos e não hipertensos, praticantes de exercícios físicos de ambos os sexos. Foram excluídos da pesquisa idosos que não estavam praticando exercício regularmente ou que tivessem abandonado a prática.

Procedimentos estatísticos

Foi utilizado o software Microsoft Excel 2010 para a representação gráfica dos resultados. Foram utilizadas medidas de tendência central e dispersão para melhor compreensão dos dados (média e desvio padrão).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com resultados coletados na amostra de 80 idosos descritos na Figura 1, foi feito uma comparação do quantitativo total de idosos com relação ao sexo. O dado apresenta um percentual maior de idosos do sexo feminino em relação ao sexo masculino, onde do quantitativo total, 54% são mulheres e 46% homens. O presente resultado corrobora com o resultado encontrado no estudo de Leite Filho e Cruz (2016),

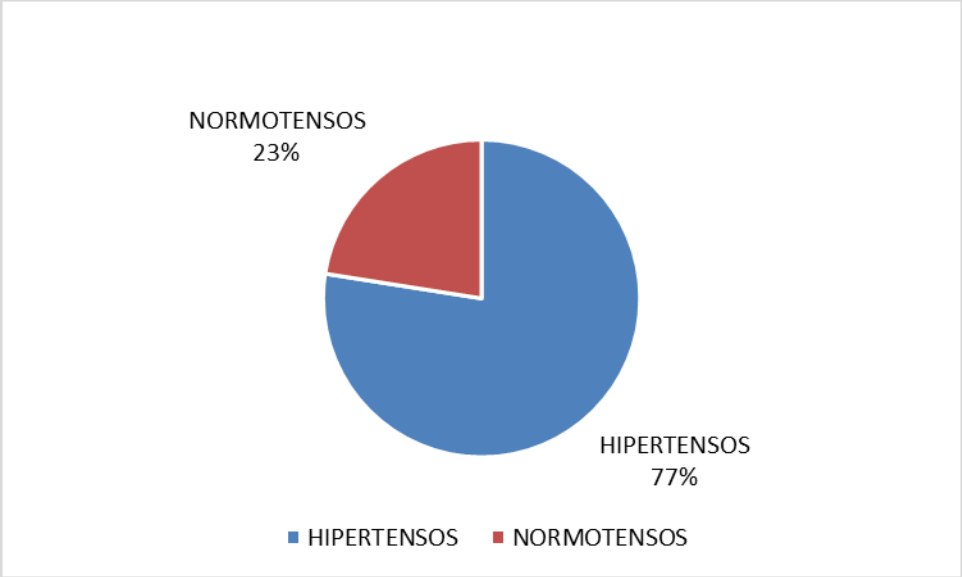
onde foi visto que o público prevalente em academias era do sexo feminino, com 56% do público total.

Figura 1. Composição da amostra por sexo.

Na pesquisa de Rocha, Carneiro e Costa Júnior (2011) com 42 idosos hipertensos também predominou o público feminino com percentual de 86% contra 14% para homens. Sendo assim, os resultados aqui descritos estão de acordo com os resultados encontrados em estudos de outros autores.

A Figura 2 apresenta um resultado baseado na quantidade total de indivíduos idosos que foram relacionados na pesquisa e diz que do total 23% são normotensos e 77% hipertensos. De acordo com a 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial (MALACHIAS et al, 2016), a prevalência de hipertensão aumenta conforme aumenta a idade de forma que entre os idosos os percentuais relacionados a hipertensão são os mais altos variando entre 44,4% e 55% a partir dos 60 anos. Os resultados encontrados no presente estudo corroboram com a literatura no sentido de que se encontra uma predominância maior de idosos hipertensos. Entretanto, um ponto que chama atenção é o percentual de idosos hipertensos, bem maior do que aqueles reportados pela 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial (MALACHIAS et al., 2016).

Figura 2. Caracterização da amostra em relação à pressão arterial.



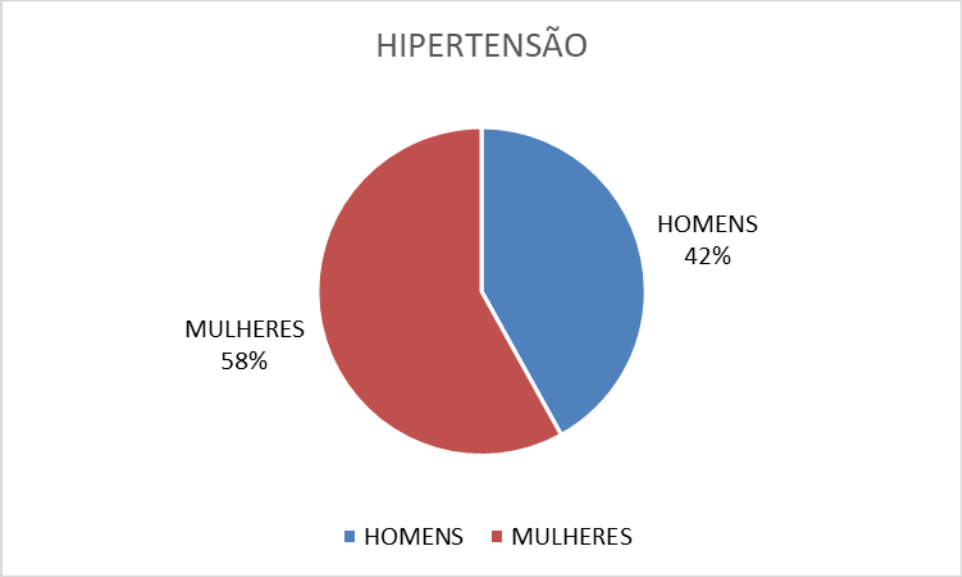
Na Figura 3 são apresentados percentuais com relação ao sexo no que diz respeito a predominância de hipertensão arterial. Os resultados mostram que, ao quantitativo total de idosos hipertensos inclusos na presente pesquisa, as mulheres aparecem com um número superior aos homens, sendo 58% para elas e 42% para eles. Segundo Silva, Oliveira e Pierin (2016), em estudo de revisão sistemática, com publicações de 35 países mostrou-se uma prevalência global de hipertensão de 37,8% para o sexo masculino e 32,1% para o feminino.

No ano de 2013 o VIGITEL mostrou diagnostico prévio de hipertensão arterial de 24% no conjunto de populações adultas sendo 23,6% para mulheres e 21,5% para homens. A VI Diretriz de Hipertensão Arterial (2010) diz que a prevalência global é maior entre homens até a 5ª década, em que esse resultado é invertido a partir da 5ª década prevalecendo um percentual maior em mulheres. Isso estaria relacionado ao fato de que a partir dos 50 anos a mulher tem alterações hormonais advindas do climatério e menopausa, tornando-as mais frágeis no contexto cardiovascular.

De acordo com o VIGITEL 2016 as mulheres têm mais diagnostico de hipertensão comparado aos homens, com percentual de 26,9% contra 21,4%. Com isso, diante do resultado aqui apresentado, vimos que a concordância com os dados

apresentados de outros estudos, onde dizem que a prevalência de hipertensão é maior nas mulheres comparado aos homens, a partir de 60 anos.

Figura 3. Sujeitos hipertensos em relação ao sexo.

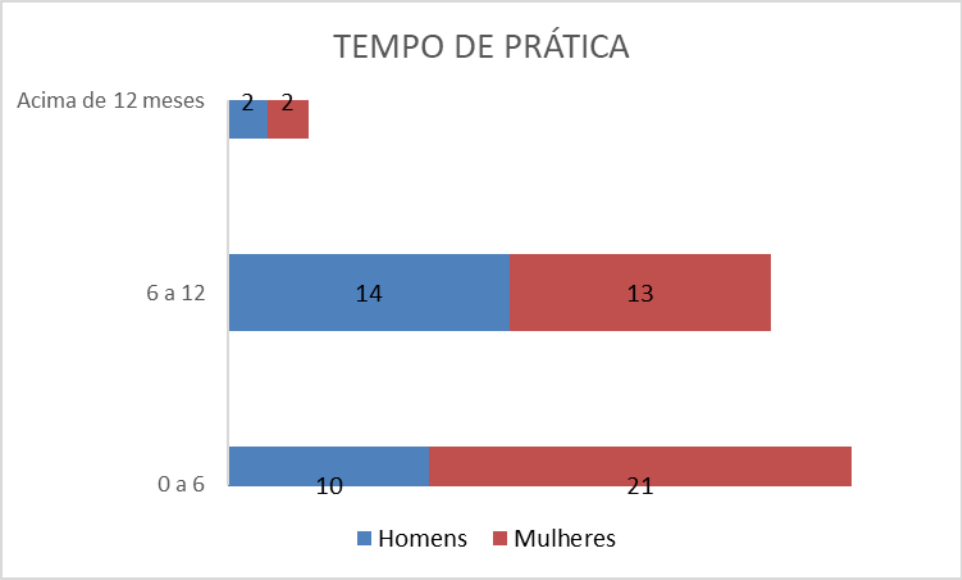


Ao analisar a amostra com relação ao tempo de prática vemos que as mulheres têm o menor tempo de prática médio em meses (Tabela 1). Entretanto, ao analisar o tempo de prática por períodos (zero a seis meses, seis a doze meses e acima de doze meses) podemos compreender melhor. As mulheres têm igual distribuição no período acima de 12 meses, semelhante no período de seis a 12 meses e maior no período de até seis meses. Isto faz com que a média baixe.

Tabela 1. Tempo de prática em meses.

	Total	Hipertensos	Homens hipertensos	Mulheres hipertensas
Média	8,25	7,55	8,92	6,56
Desvio padrão	5,23	4,55	5,46	3,51

Figura 4. Tempo de prática por períodos.



Ao analisar vários estudos que mostram as mulheres com maior prevalência de hipertensão e os nossos resultados, podemos fazer inferências com relação à busca por cuidados de saúde ser maior entre as mulheres (Figuras 1, 3 e 4), o que explica, em parte, o maior número de diagnósticos de hipertensão em mulheres. Esta inferência é corroborada com o estudo de Travassos et al. (2002), que investigou o perfil de utilização de serviços de saúde por homens e mulheres no Brasil e concluiu que as mulheres são as que mais utilizam os serviços de saúde.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo verificar a incidência de idosos hipertensos nas academias de zona norte de Natal. Com relação a amostra por sexo encontramos um número superior em percentual para as mulheres. Verificou-se entre os idosos participantes da amostra que mais de 2/3 são hipertensos

Concluímos com esses dados que as mulheres têm maior prevalência de hipertensão. Partindo do que falam alguns estudos onde dizem que devido às mulheres se cuidarem mais, irem mais ao médico, elas são sabedoras de tal diagnostico comparado aos homens que muitas vezes são hipertensos, mas que por se cuidarem menos não tem tal diagnóstico.

É largamente conhecido que o exercício físico traz diversos benefícios para o idoso e serve como terapia não-medicamentosa no tratamento da hipertensão. Para isso é preciso que todos aqueles que são envolvidos no âmbito da educação física possam ofertar uma atenção especial para esse público. É preciso que os profissionais da área se qualifiquem mais e melhor para poder oferecer um serviço de melhor qualidade possibilitando assim uma melhor qualidade de vida para os idosos.

Ressaltamos que nosso estudo compreendeu apenas uma das Zonas de Natal. Para que possamos ter uma visão melhor da prevalência de idosos hipertensos seria interessante que estudos futuros abrangessem outras zonas ou até mesmo todas. Entretanto, os resultados chamam a atenção para que profissionais de Educação Física possam traçar melhores estratégias para trazer benefícios para esse público, que é crescente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.F.O.; SIQUEIRA, R. Níveis de atividade e aptidão física relacionados à saúde em indivíduos da terceira idade da cidade de Laranjeiras/SE, 2009. Disponível em: http://www.cdof.com.br/ARTIGOS/Luis%20Fernandes%20e%20Renalva%20-%20Artigo%20_17-09-2009%20atualizado%20em%2021-05-2011_.pdf.

AMÂNCIO, A. **Geriatria Clínica**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1975

CARVALHO, Fernanda; TELAROLLI JUNIOR, Rodolfho; MACHADO, José Candido Monteiro da silva. Uma investigação antropológica na terceira idade: concepções sobre a hipertensão arterial. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro. Jul./set 1998.

FORCIEA, M.A.; LAVIZZO-MOUREY, R.: **Segredos em Geriatria**. Porto Alegre: Artes
Médicas, 1998.

GASPAR, JP. **Efeitos do sedentarismo a nível cardiovascular: a importância da atividade física na manutenção da saúde**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Educação em Ciência) – Universidade de Aveiro. 2004.

GRAVINA, Cláudia F; GRESPAN Stela Maris; BORGES, Jairo L. Tratamento não medicamentoso da hipertensão em idoso. **Revista Brasileira Hipertensão**, vol.14(1): 33-36, 2007.

GUEDES, O. C. Idoso, Esporte e Competição. Idoso, Esporte e Atividade Física. Onacir Carneiro Guedes (Org). João Pessoa; Ideia, p. 11-25, 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica: perfil dos idosos responsáveis pelo domicílio no Brasil 2000. Rio de Janeiro; 2002.

LEITE FILHO, M. A. A; CRUZ, R.W.S. Perfil dos idosos praticantes de academias de musculação da cidade de João Pessoa – PB. **Rev. Campo do Saber,** vol. 2, n. 1, 2016.

LOTUFO PA, LOLIO CA. Tendências da evolução da mortalidade por doenças cardiovasculares: o caso do estado de São Paulo. In: Monteiro CA. **Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

MALACHIAS, MVB et al. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial: Capítulo 1 - Conceituação, Epidemiologia e Prevenção Primária. **Arq. Brasileira Cardiologia**., v. 107, n. 3, supl. 3, p. 1-6, set. 2016.

MAZINI FILHO, M. L; FERREIRA, R. W; CÉSAR, E. P. Os benefícios do treinamento de força na autonomia funcional do indivíduo idoso. Revista de Educação Física. N 134; p. 57-68; 2006.

MCARDLE, William D; KATCH, Frank I; KATCH, Victor L: Fisiologia do exercício: Nutrição, Energia e Desempenho Motor. 6ª ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro 2008.

QUEIROZ, Andréia Cristiane Carrenho; KANEGUSUKU, Hélcio; FORJAZ, Cláudia Lúcia de Moraes. Efeitos do treinamento resistido sobre a pressão arterial de idosos. **Arq. Brasileira Cardiologia**, São Paulo, v. 95, n. 1, p. 135-140, July

ROCHA S. V; CARNEIRO L. R. V; JÚNIOR L. O. S. C. Motivos para a Prática de Atividade Física entre Idosos no Município de Itabuna – BA. Satisfação dos usuários em dois modelos de atenção em uma unidade básica de saúde. **Rev APS**. 2011 jul/set; 14(3): 276- 282.

SILVA, SSBE; OLIVEIRA, SFSB; PIERIN, AMG. The control of hypertension in men and women: a comparative analysis. Revista Escola Enfermagem USP. 2016;50(1):50-8.

Sociedade Brasileira de Cardiologia; Sociedade Brasileira de Hipertensão; Sociedade Brasileira de Nefrologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial. São Paulo; 2010.

TRAVASSOS, C; VIACAVA, F; PINHEIRO, R; BRITO, A. Utilização dos serviços de saúde no Brasil: gênero, características familiares e condição social. Rev. Panam Salud Publica, 2002; 11(5-6):365-373.

V Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial. **Arq. Brasileira Cardiologia**, São Paulo, v. 89, n. 3, p. e24-e79, Sep. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2007001500012&lng=en&nrm=iso>. Access on 03 July 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0066-782X2007001500012.

FATORES MOTIVACIONAIS DE PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO

MOTIVATIONAL FACTORS FOR FITNESS ENTHUSIASTS

FACTORES MOTIVACIONALES DE LOS PRACTICANTES DE MUSCULACIÓN

Alessandra Batista da COSTA[17]

Ana Camila Campelo de ALBUQUERQUE[18]

Natália Maria Conceição FIGUEIRÔA[19]

RESUMO

Motivação é descrita como um processo dinâmico, intencional e direcionado a uma finalidade, desejo ou objetivo. Manter-se motivado se torna indispensável para efetividade da aderência do praticante de musculação ao treinamento de força. Existem diversos motivos, de origem intrínseca e extrínseca que encorajam o indivíduo a iniciar e permanecer na prática de atividade física. Dentre os mais frequentes estão podemos citar à busca pela melhoria na saúde, anseio pela estética, diminuição do nível de estresse, a socialização, o lazer e a competitividade Este estudo tem como objetivo principal investigar os fatores motivacionais que influenciam na aderência a prática da musculação dos praticantes da zona oeste de Natal/RN e verificar se existe diferença nos agentes motivadores entre os gêneros. Trata-se uma pesquisa de campo, descritiva, qualitativa e quantitativa, onde aplicamos o questionário IMPRAF-54 em 200 praticantes de musculação, com faixa etária entre 18 e 56 (28.1 ± 6.36) anos, ambos os sexos, 54% feminino. Os participantes foram entrevistados nas academias de musculação da zona oeste de Natal/RN. Os resultados demonstraram que para todos os praticantes, em geral a saúde (21,5%), prazer (20,9%) e estética (19,7%) são os fatores mais motivadores. Contudo as mulheres relatam a saúde e estética enquanto que os homens o prazer e a estética (24,3 e 23%; 26,4 e 21,6%) respectivamente, como fatores mais importantes para a prática desta modalidade.

[17] Discente de Educação Física do UNICEUNA, (E-Mail: alessandrarodriguesbc@hotmail.com).

[18] Mestrado em Educação Física - UFRN/2016, Graduada em Educação Física Licenciatura - UFPE/2012, Professora Universitária do Curso de Educação do UNICEUNA, (E-Mail: ccampelo32@gmail.com).

[19] Mestrado em Saúde Coletiva - UFRN/2015, Graduada em Educação – UNI-RN/2012, Professora Universitária do Curso de Educação Física do UNICEUNA, (E-Mail: profnataliafigueiroa@gmail.com).

Em relação as faixas etárias, os resultados demonstraram que os praticantes entre 18 e 24 anos tem prioritariamente a estética (38,7%) como mais motivador e entre 25 e 34 e acima de 35 anos, o aspecto saúde foi o mais importante (25%; 36%). Já para ambos os sexos e todas as faixas etárias o que menos motivou a prática foi a competitividade (9,2%). Concluiu-se que os fatores mais citados para esta pesquisa como motivadores as práticas de musculação foram a saúde, prazer e a estética, respectivamente. Entretanto, o menos motivador foi o aspecto relacionado à competitividade.

Palavras-chave: Exercício físico; Incentivo; IMPRAF-54. Aderência.

ABSTRACT

Motivation is described as a process dynamic, intentional and addressed to a purpose, desire or objective. Staying motivated becomes indispensable for the effectiveness of adherence from the fitness enthusiast to strength trainers. There are several reasons, of intrinsic and extrinsic origin that encourage the individual to initiate and remain in the practice of physical activity. Among the most frequent there are the search for improvement in health, craving for aesthetics, reduction of stress level, socialization, leisure and competitiveness. The main objective of this study is to investigate the motivational factors that influence the adherence to the fitness practice in the western zone in Natal/RN and to verify if there is a difference in motivational agents between genders. It is a descriptive, qualitative and quantitative field research, where we applied the IMPRAF-54 questionnaire in 200 fitness enthusiasts, with ages ranging from 18 to 56 (28.1 ± 6.36) years old, both genders, 54% female. Participants were interviewed in gyms from the western zone of Natal/RN. The results showed that for all practitioners, health (21.5%), pleasure (20.9%) and esthetics (19.7%) were the most motivating factors. However, women have health and aesthetics whereas men enjoy pleasure and aesthetics (24.3 and 23%, 26.4 and 21.6%), respectively, as the most important factors for the practice of this modality. Regarding the age groups, the results were that the practitioners between 18 and 24 years of age value more aesthetics (38.7%), between 25 and 34 years and above 35 years of age, the health aspect was the most important (25%, 36%). And the least motivating factor for both sexes and all age groups were competitiveness (9.2%). It was concluded that the factors most cited for this research were health, pleasure and aesthetics, respectively. However, the least motivating aspect was competitiveness.

Keywords: Physical exercise. Incentive. IMPRAF-54. Adherence.

RESUME

La motivación es descrita como un proceso dinámico, intencional y dirigida a un fin, deseo o meta. Mantenerse motivado es indispensable para la eficacia de la adhesión del practicante de musculación para el entrenamiento de la fuerza. Hay varias razones, factores intrínsecos y extrínsecos de origen que animar a las personas a iniciar y permanecer en la práctica de la actividad física. Entre las más frecuentes son las que podemos citar la búsqueda de mejoras en la salud, el anhelo de la estética, disminuir el nivel de estrés, la socialización, el esparcimiento y la competitividad, este estudio tiene como principal objetivo investigar los factores motivacionales que influyen en la adherencia a la práctica de la musculación de los profesionales en el área oeste de Natal/RN y verificar si existe una diferencia en la motivación de los agentes entre los géneros. Es una investigación de campo, descriptiva, cuantitativos y cualitativos, donde se les aplicó el cuestionario IMPRAF-54 en 200 practicantes de culturismo, de edades comprendidas entre los 18 y 56 (28,1 ± 6,36) años de edad, de ambos sexos, el 54% mujeres. Los participantes fueron entrevistados en el culturismo gimnasios en la zona oeste de Natal/RN. Los resultados mostraron que para todos los profesionales de salud en general (21,5%), el placer (20,9%) y la estética (19,7%) son los factores más motivadores. Sin embargo, la mujer informa que la salud y la belleza, mientras que los hombres el placer y la estética (24.3 y 23%; 26,4 y 21,6%, respectivamente), como los factores más importantes para la práctica de este deporte. En relación a los rangos, los resultados mostraron que los practicantes de entre 18 y 24 años tiene principalmente la estética (38,7%) como más motivador y entre 25 a 34 años y por encima de los 35 años, el aspecto de la salud fue la más importante (25%; 36%). Para las personas de ambos sexos y de todos los grupos de edad menos motivado la práctica fue la competitividad (9,2%). Se concluyó que los factores más frecuentemente citados para esta investigación como motivadores de la práctica de musculación son: salud, placer y estética, respectivamente. No obstante, los menos motivador fue el aspecto relacionado con la competitividad.

Palabras-Chaves: El ejercicio físico. Incentivo. IMPRAF-54. Agarre.

INTRODUÇÃO

No final da Década de 80 e início da Década de 90, a musculação surgia em evidência assumindo o espaço que até então era do halterofilismo e do fisiculturismo. Como estas modalidades englobavam características de competição e de indivíduos

fortes com grande hipertrofia muscular; a musculação aparece na contrapartida com uma proposta diversificada e mais inclusiva, visando atrair um maior número de adeptos e em especial alcançar o público feminino. Posteriormente, ela passou a ser praticada por ambos os sexos, tendo um aumento significativo de mulheres em academias de ginástica e sem o fator competitivo envolvido, tornou-se uma prática mais atrativa, prazerosa e bastante difundida na época (FURTADO, 2009).

Segundo Samulski (2009), a motivação é descrita como um processo dinâmico, intencional e direcionado a uma finalidade, desejo ou objetivo; e esta é dependente de fatores intrínsecos (internos) e extrínsecos (externos). Quando essas causas estão ligadas ao aspecto intrínseco, às razões e o interesse surge da própria pessoa, transformando o exercício em algo prazeroso e satisfatório para a mesma. Porém quando a motivação é extrínseca ela deriva de outros propósitos e circunstâncias como, por exemplo, praticar o exercício por recomendação médica, por culpa, medo de consequências negativas derivadas do comportamento sedentário, ou na busca se enquadrar no padrão estético imposto pela sociedade, ou seja, realiza o exercício como uma obrigação, imposição de terceiros ou influenciado pela mídia (LIZ; ANDRADE, 2016).

Uma teoria partilha que desta mesma linha de raciocínio é a teoria da autodeterminação (TAD), que foi desenvolvida em 1981 por Richard M. Ryan, e Edward L. Deci (SILVA et al., 2016). Os princípios da TAD são embasados nos fatores internos e externos, porém com o acréscimo do fator a motivação (ausência motivação) para explicar as causas da motivação. Este último estado ocorre quando o indivíduo não encontra uma razão boa e convincente para se exercitar ou não se sente capaz de realizar o exercício físico em si e desta forma ele não irá realizar tarefa alguma. E estas, são as três maneiras do ser humano estar motivado para realizar qualquer que seja a atividade física ou do cotidiano (BALBINOTTI e CAPOZZOLI, 2008).

Balbinotti et al. (2011), explica que dentre os vários motivos que incentivam o indivíduo a aderir a prática de atividade física, alguns fatores se sobrepõem, como a busca pela melhoria na saúde, pela diminuição do nível de estresse, anseio pela estética corporal, a socialização, o lazer e a competitividade. Devido à variedade de objetivos

necessita-se conhecer a ordem de importância para cada praticante da musculação propiciando um vínculo maior com a atividade praticada.

Para isto, o questionário IMPRAF-54 tem sido utilizado como instrumento em estudos para analisar e identificar quais fatores motivadores são mais relevantes para um determinado público, como nos artigos de PASSOS et al., (2016) BALBINOTTI et al., (2011).

A partir destas perspectivas incluímos a motivação como um fundamento importante para que o indivíduo permaneça ativo na prática de uma modalidade desportiva (AMORIM, 2010). Portanto, torna-se fundamental conhecer as razões que induzem o sujeito a se manter na prática da musculação e utilizar esses dados para combater a desmotivação e como consequência evitar o abandono desta modalidade.

Diante disso, a questão norteadora deste estudo foi investigar os fatores motivacionais que influenciam os praticantes de musculação da Zona Oeste de Natal/RN.

JUSTIFICATIVA

A motivação à prática de atividade física ocorre de duas maneiras: provenientes de fatores internos e externos. Tendo também o estado de a motivação onde o indivíduo não percebe a necessidade de se exercitar, ou não encontra bons motivos para isto, e/ou se sente incapaz de realizá-lo (BALBINOTTI et al., 2008).

Melo et al. (2017) relatam que no Brasil a taxa de abandono a prática de exercício físico em academia, ocorre em torno de 70%, sendo assim, podemos notar que a cada dez novos alunos que se matriculam em uma academia de musculação, sete deles retornarão ao antigo estilo de vida sedentário.

Esta pesquisa surgiu do desejo de investigar o porquê os inúmeros benefícios adquiridos pela prática regular de atividade física, em específico aqui o treino resistido, não são o suficiente para motivar e fazer com que o indivíduo permaneça nesta prática por um tempo necessário até que a mesma se torne um hábito de vida.

Assim sendo, o Profissional de Educação Física que se interesse pela temática e deseje prestar um serviço de qualidade voltado à necessidade dos seus alunos/clientes, poderão conhecer estes dados e utilizá-los de maneira estratégica para incentivar e obter êxito no processo aderência de seus alunos.

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa

A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo descritiva, qualitativa e quantitativa. A pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI e LAKATOS, 2003).

População e Amostra

Foi composta de 200 praticantes de musculação, matriculados em academias presente na Zona Oeste de Natal/RN, com faixa etária entre 18 e 56 anos de idade, de ambos os sexos, 54% feminino.

Os bairros da Zona Oeste e as academias visitadas foram às seguintes: Felipe Camarão (DN Fitness, Academia Gold, H Fitness, Power Life Fitness, IEL Fitness), Cidade nova (MSL Vitally), Cidade da Esperança (Energy Gym World, N2-Esperança, Top Fit academia), Dix sept rosado (Academia Physical Life), Nossa Senhora de Nazaré (N2-Nazaré), Quintas (Max Fit), Bom Pastor (Box Fit), Planalto (Sport life, Elyte Fitness, Core 3 fit) e Bairro Nordeste (Academia Millennium Fitness).

Instrumentos de Coleta de Dados

Para o presente estudo aplicou-se o questionário IMPRAF-54 (Inventário de Motivação a Prática Regular de Atividade Física), composto por 54 perguntas que abrangem os seis aspectos motivacionais: controle do estresse, saúde, sociabilidade, competitividade, estética e prazer. As respostas seguem a seguinte ordem motivacional: 1 (Isto me motiva pouquíssimo); 2 (Isto me motiva pouco); 3 (Mais ou menos – não sei dizer – tenho dúvida); 4 (Isto me motiva muito); 5 (Isto me motiva muitíssimo), respectivamente.

Os materiais utilizados foram o questionário IMPRAF-54, 1 prancheta acrílica, 3 canetas, 1 pasta.

Procedimentos de Coleta de Dados:

Após ter autorização dos proprietários (as), professores (as) e/ou responsável (eis) para permanecer no espaço da academia e realizar as coletas, os participantes desta pesquisa foram abordados aleatoriamente em academias localizadas na Zona Oeste de Natal/RN, durante o período de agosto a setembro de 2018.

Aos praticantes foi informado a razão da pesquisa e após aceitarem participar da mesma, precisaram assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo 1), um questionário sociodemográfico (Apêndice) e preencheram o questionário IMPRAF-54 (Anexo 2).

Todos os questionários foram respondidos na presença da pesquisadora para esclarecer eventuais dúvidas.

Critérios de Inclusão e Exclusão:

Os voluntários foram selecionados a partir de critérios previamente estabelecidos para a inclusão:

Critérios para inclusão:

- Está devidamente matriculada nas academias;

- Ser voluntário para participação na pesquisa;
- Ter o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE assinado pelos pais ou responsáveis;

Foram excluídos da amostra, as idosas que:

- Não comparecerem ao local nos dias da aplicação do questionário.
- Praticantes apenas de modalidades coletivas.
- Acadêmicos ou Profissionais de Educação Física.

Procedimentos estatísticos

Os dados foram tratados através do Software SPSS 20.0 para a realização da média e desvio padrão das variáveis quantitativas. Em contrapartida, também foi utilizado o programa Excel para realização de gráficos e porcentagens das variáveis quantitativas e qualitativas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A tabela 1 mostra as características da amostra do estudo para o IMPRAF-54. A idade de todos os praticantes de musculação foi em média de 28± 6.36 anos, em sua maioria pratica mais de 3 vezes por semana, com experiência em treinamento entre 12 e 60 meses e 56% encontram-se na faixa etária entre 25 a 34 anos. O percentual do sexo feminino que responderam ao questionário foi de 54%.

Tabela 1. Características dos participantes do estudo

Variáveis	
n	200
Idade (anos)	28.6 ± 6.36
Masculino, n	92 (27.9 ± 6.03)
Feminino, n	108 (29 ± 6.36)
Treino (meses)	
Até 12, n (%)	74 (37)
Entre 12 e 60, n (%)	94 (47)
Acima 60, n (%)	32 (16)

Faixas Etárias (anos)	
18 a 24, n (%)	44 (22)
25 a 34, n (%)	112 (56)
35 a 56, n (%)	44 (22)
Frequência semanal (dias)	
Até 3 vezes, n (%)	24 (12)
+ 3 vezes, n (%)	176 (88)

O Gráfico 1 abaixo mostra as respostas dos praticantes de musculação para o IMPRAF-54. Os resultados evidenciaram que os mais motivadores foram Saúde 21,5% (36,6±3,16), seguido do Prazer 20,9% (35,6±3,6), Estética 19,7% (32,9±4,4), Estresse 16,1% (28,1±6,8), Sociabilidade 12,5% (20,9±8,7) e o fator que menos motiva é a Competitividade 9,2% (15,5±7,3).

Em concordância com estes resultados, um estudo com 110 sujeitos de ambos os sexos, encontrou que o principal fator para aderência foi saúde 40,9% e em segundo lugar ficou o aspecto relacionado ao prazer 28,2% (DE ANDRADE et al., 2014).

Ainda corroborando com o presente estudo, Liz (2011) em sua pesquisa com questionário estruturado, com amostra de 278 indivíduos (252 aderentes e 26 desistentes) com faixa etária entre 18 a 65 anos, de ambos os sexos, ficou evidenciado que o fator citado em primeiro lugar pelos praticantes aderentes estava o aspecto relacionado a saúde.

Gráfico 1. Demonstrativo do percentual das respostas do IMPRAF-54 dos praticantes musculação, Zona Oeste, Natal/RN.

No que se refere à estratificação por sexo, as praticantes de musculação relataram os fatores motivacionais relacionados com a Saúde 24,3%, seguido de Estética 23%, Prazer 21,6%, Sociabilidade 13% e Controle do estresse 10%. O fator que menos motivou foi a competitividade com 9% (Gráfico 2).

Em discordância com este resultado, a pesquisa de Junior; Planche (2016), que utilizou um questionário estruturado, foi composta por 44 mulheres praticantes de musculação, entre 18 a 50 anos, evidenciou que o fator mais motivador foi a estética com 45,5%.

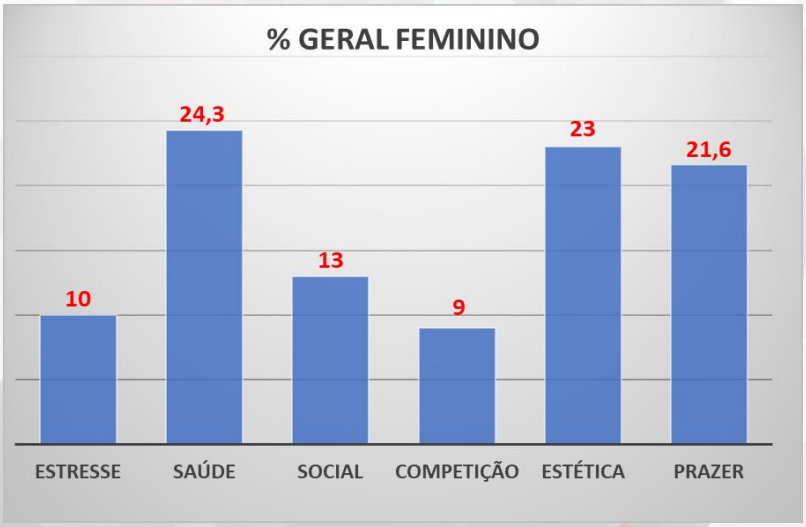


Gráfico 2. Demonstrativo do sexo feminino das respostas do IMPRAF-54 dos praticantes musculação, Zona Oeste, Natal/RN

Em relação ao sexo masculino, os resultados demonstraram que a prática de musculação traz motivação nas dimensões relacionadas com ao Prazer 26,4%, Estética 21,5% e Saúde 21,6%, respectivamente. Os fatores menos motivadores foram competitividade 10% e Controle do estresse com 8,6% como demonstrado no Gráfico 3.

Em discordância com o presente estudo, a pesquisa de Balbinotti e Capozolli (2008), com 300 praticantes de ambos os sexos, idade entre 18 e 65 anos, ao avaliar o sexo masculino encontrou como resultado que o fator saúde gerou maior motivação. E o que gerou menos motivação foi o fator competitividade.

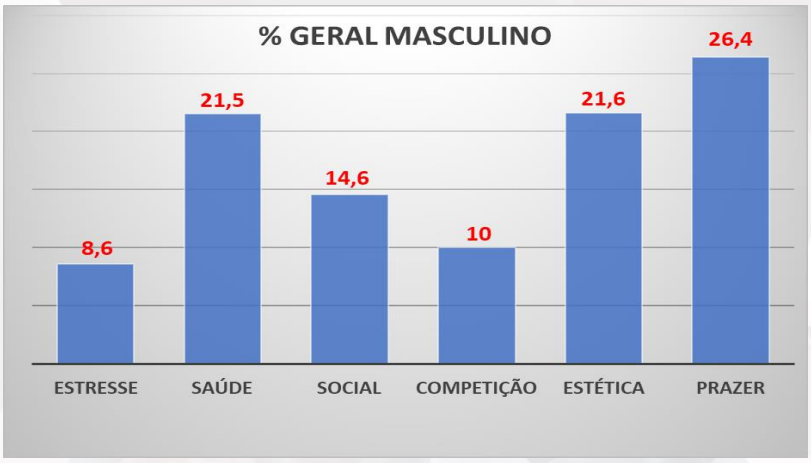


Gráfico 3. Demonstrativo do sexo masculino das respostas do IMPRAF-54 dos praticantes musculação, Zona Oeste, Natal/RN.

No que se refere às faixas etárias, conforme está representado abaixo no Gráfico 4, encontramos que para os praticantes de musculação com idade entre 18 e 24 anos os fatores motivadores mais relatados foram estéticos 38,7%, saúde 16%, e competitividade 15,3%. Já o menos motivador foi o aspecto controle do estresse com apenas 5%.

No entanto, a faixa etária entre 25 e 34 anos responderam que a saúde é a razão mais motivadora (25%), posteriormente a estética 22%, prazer 16%, sociabilidade 15%, controle de estresse e o fator competitivo empatados com 11% sendo considerados os menos motivadores.

Corroborando com o presente estudo, um artigo com amostra de 22 sujeitos de ambos os sexos, com faixas etárias entre 18 e 25 anos. Concluiu que os principais fatores de aderência para prática da musculação foram estéticos e saúde (RODRIGUES e SANTOS, 2016).

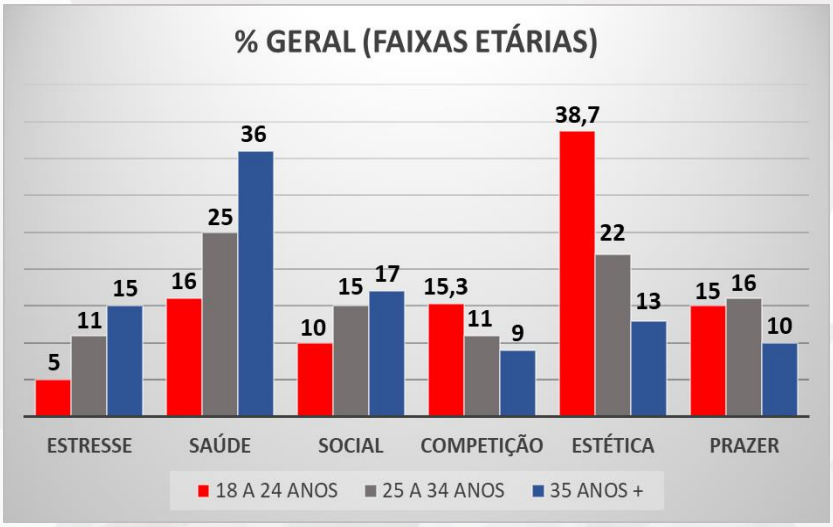


Gráfico 4. Demonstrativo estratificado por faixa etária referente as respostas do IMPRAF-54 dos praticantes musculação, Zona Oeste, Natal/RN.

Para os praticantes com idade acima de 35 anos (Gráfico 4) mencionaram o fator saúde (36%) como o mais importante, seguido de sociabilidade 17% e o aspecto menos motivador foi o competitivo 9%. A partir disto, entendemos quanto maior a idade maior também com o cuidado e a preocupação com a saúde.

No estudo realizado por Balbinotti e Capozolli (2008), com 300 praticantes de ambos os sexos, idade entre 18 e 65 anos, com faixa etária distribuída da seguinte maneira: de 18 a 20 anos (14%); de 21 a 40 anos (jovem adulto; 63,66%); e, de 41 a 65 anos (meia-idade; 22,33%), onde utilizaram o questionário IMPRAF-126. Quando analisado os resultados encontraram que a maior causa de aderência foi pelo aspecto saúde, corroborando com os dados obtidos no presente estudo.

CONCLUSÕES

Identificamos que os fatores mais relatados para esta pesquisa foram Saúde 21,5%, Prazer 20,9% e Estética 19,7%, respectivamente. Entretanto, o menos motivante foi o aspecto relacionado à Competitividade 9,2%.

Em relação à análise entre os gêneros, destacamos que o sexo feminino teve como principal agente motivador a Saúde 24,3% e como menos motivante a

Competitividade 9%. Contudo, para o sexo masculino o principal fator foi o Prazer 26,4% e o menos significativo foi o Controle de Estresse 8,6%.

Já na divisão por faixa etária, tivemos como resultados que para os indivíduos entre 18 e 24 anos o elemento primordial foi a Estética 38,7% e o menos motivador foi Controle de Estresse 5%. Para os entre 25 e 34 o mais representativo foi Saúde com 25% e o menos foi competitividade e Controle de Estresse ambos com 11%; já para os sujeitos com 35 anos ou mais, o fator mais mencionado foi Saúde 36% e o menos motivador foi a Competitividade 9%.

A partir dos resultados obtidos neste estudo, os Profissionais de Educação Física poderão utilizar destas informações para potencializar o processo de aderência, ao oferecer uma prestação de serviço mais qualificada, personalizada e que atenda às necessidades, expectativas e desejos dos seus alunos/clientes.

Este estudo apresentou limitações tais como: 1) ser restrito apenas a zona oeste de Natal/RN; 2) não realizar a comparação das faixas etárias por gênero. Novos estudos podem/devem ser realizados abrangendo as quatro zonas da capital para confirmas estes achados.

RFERÊNCIAS

AMORIM, D. P. **Motivação a prática de musculação por adultos jovens do sexo masculino na faixa etária de 18 a 30 anos**. 2010. (Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Porto Alegre, 2010.

BALBINOTTI, M. **Inventário de motivação aplicado a atividade física**. Porto Alegre: Laboratório de Psicologia do Esporte/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

BALBINOTTI, M. A. A.; BARBOSA, M. L. L. **Inventário de Motivação à Prática Regular de Atividades Físicas e Esportivas (IMPRAFE-54).** Laboratório de Psicologia do Esporte – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2006.

BALBINOTTI, M. A. A.; CAPOZZOLI, C. J. **Motivação à prática regular de atividade física: um estudo exploratório com praticantes em academias de ginástica.** Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.22, n.1, p.63-80, jan. /Mar. 2008 • 63.

BALBINOTTI, M. A. A.; ZAMBONATO, F.; BARBOSA M. L. L.; SALDANHA, R. P.; BALBINOTTI, C. A. A. **Motivação à prática regular de atividades físicas e esportivas: um estudo comparativo entre estudantes com sobrepeso, obesos e eutróficos.** Motriz, Rio Claro, v.17 n.3, p.384-394, jul. /Set. 2011.

BITTENCOURT, N. Musculação: uma abordagem metodológica. Rio de Janeiro: Sprint, 1984.

BITTENCOURT, N. Musculação: uma abordagem metodológica. 2º ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1986, p, 06.

CORRÊA, S. A. M.; FERREIRA, A. A. **Estratégia competitiva das academias de ginástica da cidade de São Paulo.** FACEF Pesquisa, v.12 - n.1 – 2009.

DE ANDRADE, M. B.; BRASILINO, F. F.; MORALES, P. J. C. **Fatores influenciadores na aderência em praticantes de musculação.** UNIVILLE, Joinville, Santa Catarina, Brasil. FIEP BULLETIN - Volume 84- Special Edition - ARTICLE I - 2014 (http://www.fiepbulletin.net)

DONADEL, C. M. **Planejamento Estratégico de marketing da Academia Natatorium.** Florianópolis, 2002. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração – Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. 2002.

ESCARTÍ, A.; CERVELLÓ, E. **La motivación en el deporte**. In: Balaguer I, editor. Entrenamiento psicológico en el deporte: principios y aplicaciones. Valencia: Albatros Educación; 1994. p. 61-87.

FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do treino de força muscular, 3. ed. Artmed Porto Alegre, 2006.

FURTADO, R. P. **Do fitness ao wellness: os três estágios de desenvolvimento das academias de ginástica**. Pensar a prática 12/1:1-11, jan. /abr. 2009.

GOUVÊA, F.C. **A motivação e o esporte: uma análise inicial**. In: Buriti, MA, organizadora. Psicologia no esporte. Campinas: Alínea; 1997. p. 149-73.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J.E.R.P. Manual Prático para avaliação em Educação Física**.** Manole, Barueri, 2006.

GUIMARAES, S. É. R.; BORUCHOVITCH, E. **O estilo motivacional do professor e a motivação intrínseca dos estudantes: Uma perspectiva da Teoria da Autodeterminação.** Psicologia Reflexão e Crítica, Rio Grande do Sul, V. 17, n.2 p. 143-150, 2004.

JUNIOR, A. C. T.; PLANCHE, T. C. **Motivos de Adesão de Mulheres a Prática de Exercícios Físicos em Academias.** Rev. Equilíbrio Corporal Saúde 2016;8(1):28-32.

LEIGHTON, J. R. Musculação. Rio de Janeiro RJ: Editora Sprint Ltda, 1986.

LIMA, R. S. **Análise de fatores motivacionais em iniciantes a prática de musculação em academias. Florianópolis, 2012.** Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física - Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.

LIMOLI, C. C. Musculação como manifestação de atividade física e produto. 2005. 56f. Monografia de Tcc-unicamp, Campinas, 2005.

LIZ, C. M. **Motivação para a prática de musculação de aderentes e desistentes de academias.** 2011. 245 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano – Área: Atividade Física e Saúde) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Educação Física, Florianópolis, 2011.

LIZ, C. M.; ANDRADE, A. **Análise qualitativa dos motivos de adesão e desistência da musculação em academias.** Rev Bras Ciênc Esporte. 2016; 38(3):267--274.

MARCELLINO, N. C. **As academias de ginástica como opção de lazer**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Brasília, v.11, n.2, p.49-54, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M**. Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MELO, C. C.; BOLETINI, T. L.; MARES, D. P.; NOCE, F. **Fatores que influenciam a evasão de clientes em uma academia: Estudo de caso.** Revista Brasileira de Psicologia do Esporte, Brasília, v.7, n° 2, outubro 2017.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo.** Londrina: Midiograf, 2001, p,15.

PASSOS, J. R.; PASSOS, J. R.; CHAVES, G. F.T.; PORTES, L. A.; OLIVEIRA, N. C. **Motivação para a prática de atividades físicas em academias.** LifeStyle Journal, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 60-69, 2º semestre de 2016. ISSN: 2237-3756.

PELLETIER, L.G.; DION, S.; TUSON, K.M.; GREEN-DEMERS, I. **Why do people fail to adopt environmental behaviors? Towards a taxonomy of environmental amotivation.** Journal of Applied Social Psychology, Washington, v.29, p. 2481-504, 1999.

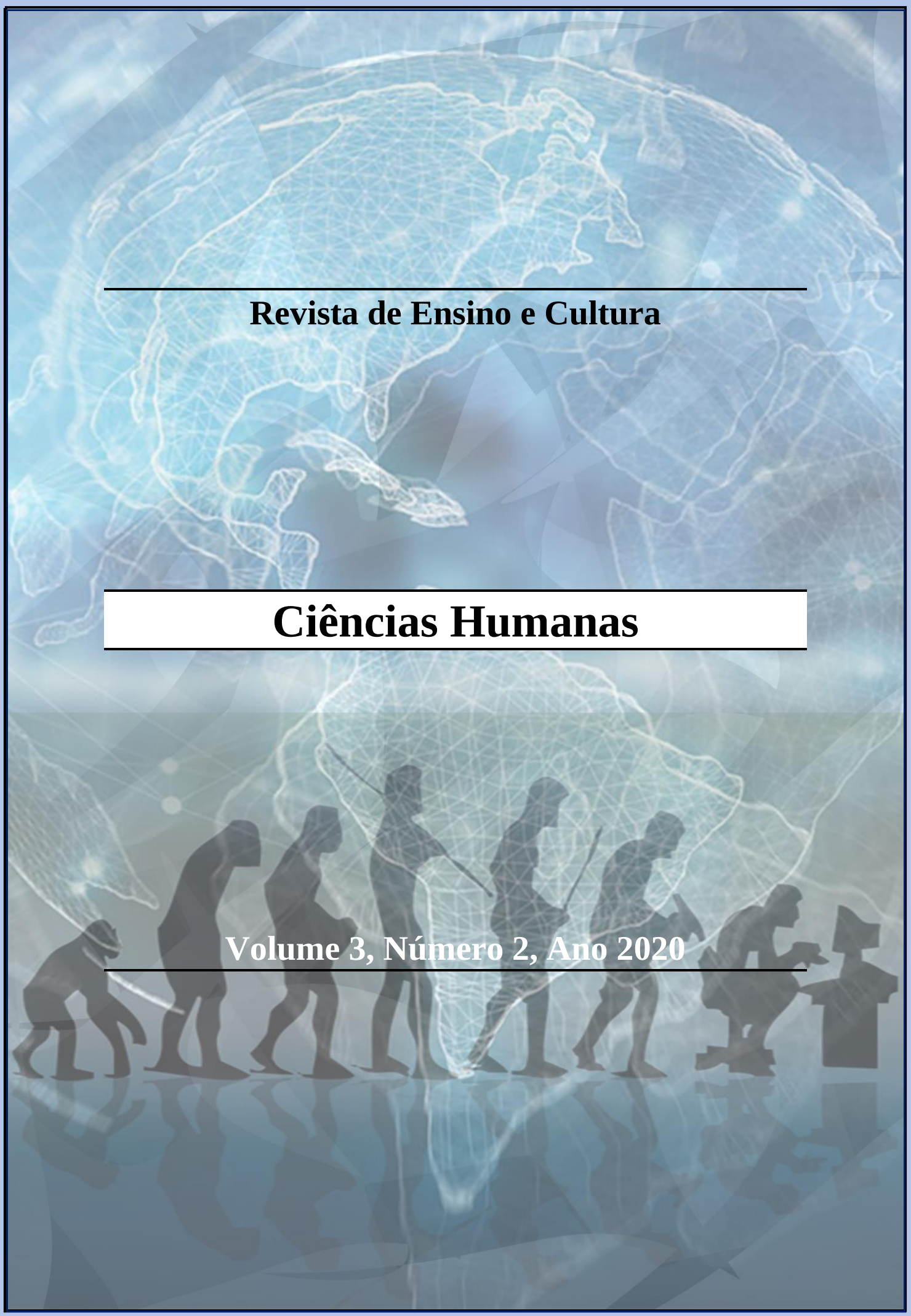
RODRIGUES, A. L. de P.; SANTOS, R. V. S. **Aspectos motivacionais para a prática de musculação entre jovens de 18 a 25 anos do município de Fortaleza-CE.** Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, São Paulo. v.10. n.58. p.308-313. Mar./Abril. 2016. ISSN 1981-9900.

RYAN, R. M.; DECI, E. L.; **the "what" and "why" of goal pursuits: human needs and the self-determination of behavior**. Psychological Inquiry, Philadelphia, n.4, p.227-268, 2000.

SAMULSKI, D. **Psicologia do Esporte.** In: Samulski D. Motivação. Edição Revisada e Ampliada. São Paulo: Manole. v.2; p.167-192; 2009.

SILVA, C. A. A.; TOLENTINO, G. P.; VIDAL, S. E.; SIQUEIRA, G. D.J.; SILVA, I. O.; PEREIRA, L. C. G.; VENÃNCIO, P. E. M. **Motivação à prática de musculação em adultos jovens de 18 a 25 anos.** Coleção Pesquisa em Educação Física - Vol. 15, n. 1, 2016 - ISSN: 1981-4313.

TAHARA, A. K.; SCHWARTZ, G. M.; SILVA, K. A. **Aderência e manutenção da prática de exercícios em academias. R. bras. Ci e Mov**. 2003; 11(4): 7-12.



Revista de Ensino e Cultura

Ciências Humanas

Volume 3, Número 2, Ano 2020

MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

MOTIVATION IN THE ORGANIZATIONAL ENVIRONMENT

MOTIVACIÓN EN EL ENTORNO ORGANIZACIONAL

Ana Luiza da Silva FONSECA[20]
Joana Filha de ALBUQUERQUE[21]
Mara Karla de Barros RODRIGUES[22]
Rafaele Raiane Mendes da Silva SOUZA[23]
Paulo Ricardo Cosme BEZERRA[24]

RESUMO

Objetivo deste artigo é identificar os principais pontos sobre a motivação no ambiente organizacional. De acordo com o artigo o trabalhador precisa estar motivado para contribuir melhor para o seu desenvolvimento tanto profissional quanto pessoal. Os funcionários motivados são mais produtivos do que os não motivados sendo importante adotar ações nas empresas que buscam melhorar a motivação. Diante das pesquisas foi identificado que o índice de funcionários motivados de 62% isso mostra que a motivação no ambiente é fundamental para gerar lucros dentro da organização.

Palavras-chaves: trabalho, motivação, ambiente de trabalho.

ABSTRACT

The purpose of this article is to identify the main points about motivation in the organizational environment. According to the article, the worker needs to be motivated to better contribute to his professional and personal development. Motivated employees are more productive than unmotivated ones and it is important to take actions in companies that seek to improve

[20] Discente de Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário Natalense, Brasil.
[21] Discente de Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário Natalense, Brasil.
[22] Discente de Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário Natalense, Brasil.
[23] Discente de Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário Natalense, Brasil.
[24] Doutor em Ciências e Engenharia do Petróleo – UFRN/2017; Graduado em Administração – UNP/2016; Professor Universitário da UNP e Estácio, Membro do Projeto de Pesquisa da UFRN, Estudos e Pesquisas Sobre e Para os Pequenos Negócios do RN e Professor Universitário do Centro Universitário Natalense, E-mail (paulorcbezerra@gmail.com).

motivation. In view of the surveys, it was identified that the 62% motivated employees index shows that motivation in the environment is fundamental to generate profits within the organization.

Keywords: work, motivation, work environment.

RESUMEN

El propósito de este artículo es identificar los puntos principales sobre la motivación en el entorno organizacional. Según el artículo, el trabajador necesita estar motivado para contribuir mejor a su desarrollo profesional y personal. Los empleados motivados son más productivos que los desmotivados y es importante tomar acciones en las empresas que buscan mejorar la motivación. A la vista de las encuestas, se identificó que el índice de empleados motivados del 62% muestra que la motivación en el entorno es fundamental para generar utilidades dentro de la organización.

Palabras clave: trabajo, motivación, ambiente laboral

1. INTRODUÇÃO

No mundo atual as organizações estão voltadas para a alta tecnologia, planejamento elaborado, técnicas de produção avançadas, estudo meticuloso da concorrência, mas a principal peça da engrenagem chamada empresa é o capital humano, tudo passa pelas pessoas onde nela trabalham, empregam suas expectativas, seu crescimento, satisfação, orgulho e devem gerar lucros, para que a organização cresça e movimente nosso cenário que se altera rapidamente de várias formas.

Diante da realidade atual no mundo dos negócios as empresas necessitam de pessoas para desenvolver as atividades do dia a dia empresarial, e consequentemente, para que conquistem o sucesso almejado, precisam que os colaboradores exerçam suas atividades de maneira satisfatória e a contribuição no trabalho de cada colaborador depende da sua motivação.

O trabalho é entendido como uma atividade central na vida do homem, pois é dele que provem a sua sobrevivência. Nesse processo, o ser humano entende que o

reconhecimento de seu trabalho é uma maneira de tornar suas atividades mais prazerosas e produtivas, logo se sente motivado a contribuir para o crescimento da organização em que está inserido.

A motivação é uma variável que interfere no desempenho e no alcance dos resultados da empresa. Nos estudos de Robbins (2010) é verificado que os funcionários motivados são mais produtivos do que os não motivados, sendo importante adotar ações nas empresas que buscam melhorar a motivação dos funcionários.

As mudanças políticas e econômicas do país são os fatores que ocasionam mudanças na gestão das empresas nos últimos anos com a finalidade de atingir nível de qualidade na prestação de serviços e competitividade no mercado de trabalho e podem interferir na motivação do trabalhador.

Buscando entender como as pessoas se sentem motivadas no trabalho, este artigo, parte do seguinte problema de pesquisa: Quais os fatores que influenciam na motivação para o trabalho dos funcionários da cidade de Natal?

O presente artigo tem como objetivo avaliar a motivação do trabalhador em suas atividades diárias na empresa que trabalha. E como objetivos específicos: identificar o tempo de atividade na empresa, conhecer o processo de contratação de pessoal, analisar os benefícios oferecidos pelas empresas, caracterizar o perfil dos trabalhadores, conhecer o percentual de motivação e mapear quais as variáveis que interferem para a motivação no trabalho.

2. MOTIVAÇÃO

Motivação (do latim movere, mover) é o impulso interno que leva a ação. Assim a principal questão da psicologia da motivação é “o porquê do indivíduo se comportar de determinada maneira”. Se refere ao direcionamento, da atenção, da ação a um objetivo visto pelo indivíduo como positivo.

A motivação engloba conceitos diversos que ativa desejo, anseio, sonho, esperanças, fé, a vontade e entre outros. Para o Stephen Robbins, a motivação é resultante da interação de indivíduo para indivíduo, em diferentes situações. Sua definição foi dada como o processo em que determina a intensidade de direção e a persistência dos esforços de uma pessoa para alcançar sua meta, em permanecer na realização de suas tarefas e objetivos a serem atingidos.

Observando que os primeiros estudos oficiais sobre a motivação ocorreram por volta de 1927, foram realizados por Elton Mayo; mostravam que os indivíduos inseridos na estrutura formal se organizavam em subgrupos informais a fim de se tornarem mais aptos na busca de respostas para seus problemas. (AQUINO,1979, p,239).

Em 1943 foi publicado o trabalho de Maslow, com o título “Uma teoria de motivação humana”. Neste trabalho Maslow apresenta proposições fundamentais para a teoria da motivação, o que é ampliada na publicação de 1954.

Na teoria de motivação de Maslow, há muitos outros determinantes do comportamento humano, com a ideia de controlar o comportamento de trabalhadores, determinando biologicamente, culturalmente e situacionalmente em que seu comportamento é motivado.

A motivação tem seu significado principal de desperta o interesse por algo que pode levar a uma ação de mover, pode levar alguém a agir em direção a um objetivo com a finalidade de atender a uma necessidade, que impulsiona o indivíduo a alcançar uma meta ou a realizar uma ação podendo ter caráter positivo ou negativo. [Ferreira 1993]. Para Minicucci [1995] O autor propõe uma ligação profunda entre motivação e necessidade, sendo está a fonte propulsora que leva a motivação.

Podemos ainda diferenciar as motivações como extrínsecas e intrínsecas. A Extrínseca quando a motivação ou meta é atingida ou a motivação acaba. Já no estado de motivação intrínseco (verdadeiro) a pessoa continua a ação mesmo com a ausência

do estímulo externo, agindo por si mesma e no tempo que for preciso para que a sua necessidade seja satisfeita.

Podemos também dizer que a motivação é o desejo consciente de se obter algo que impulsa a uma pessoa a pensar e realizar uma ação que representa em uma determinada situação. A pessoa é um todo, em que convivem razão e emoção, vida pessoal e profissional.

Na concepção de Maximiano (2011), as motivações internas são as necessidades pessoais, aptidões, valores, culturas etc. faz parte de cada indivíduo realizar determinadas tarefas, através de impulsos motivacionais internos de natureza fisiológica e psicológica. Com a motivação externa está ligada ao ambiente em que vive, com incentivos que seus trabalhos propõem, constante interação com o ambiente em sua volta e seus processos que desenvolvem deve ser compatível.

A Motivação nas organizações é um dos temas mais utilizados nos dias atuais, como em toda sociedade de uma forma geral. Costuma-se associar a motivação com ação ou a falta dela, busca para motivar e agir, para que seja uma forma de sair da zona de conforto.

Motivação, motivo, mover, movimentar e motor são todas as palavras modernas com a mesma origem e estão associadas a mesma ideia (MAXIMIANO,2000).

De acordo com Chiavenato (2003) defende a motivação explicando sobre o comportamento das pessoas baseado na concepção do homo economicus, segundo o comportamento do homem é motivado exclusivamente pela busca do dinheiro e pelas suas recompensas salarias e materiais de trabalho. Para Morin e Aubé (2009) a motivação é um processo psicofisiológico que depende das atividades da motivação que é variável responsável pelo nível de ativação. O estudo da motivação e do comportamento humanos supõe o conhecimento das suas necessidades.

A motivação é de grande importância e desafiador para um gestor de recursos humanos dentro de uma organização, se faz necessário conhecer seus anseios e necessidades para o aumento de sua autoestima, e entende que motivar seus colaboradores é um recurso valioso para conquista dos objetivos e metas estabelecidas na organização.

As teorias da motivação abordam conceitos básicos, na década de 1950 a formulação dessas quatro teorias, são relevantes pois são base para a formação teorias atuais. Na base das teorias de Maslow as necessidades elaboradas pelo psicólogo Abraham Maslow é uma das mais importantes e divulgadas teorias de motivação, defende para manter-se motivadas as pessoas precisam satisfazer suas necessidades hierarquicamente, em níveis diferentes conforme a sua importância e influência, instituindo uma pirâmide. Suas necessidades mais baixas (necessidades fisiológicas) no topo, as mais elevadas (necessidades autorrealização). Níveis das necessidades humanas; fisiológicas, segurança, sociais, estima e autorrealização (GIL,2011; CHIAVENATO,2014). Conforme a figura 1 que apresenta a pirâmide da hierarquia de Maslow.

Figura 1 - Pirâmide da hierarquia das necessidades de Maslow

Fonte: Chiavenato, (2002).

De acordo com Lacombe (2011) cita que uma organização bem-sucedida é aquela que sempre estará atenta para proporcionar una clima de trabalho propício para atingir seus resultados. A importância entre os colaboradores e a empresa seja agradável e propício, é indispensável buscar equilíbrio de interesses, para evitar discordâncias e desentendimentos, mas de preferência trazer maturidade que seja capaz de solucionar os conflitos, mas de preferência trazer maturidade que seja capaz de solucionar os conflitos e divergência.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O público-alvo da pesquisa são os trabalhadores da cidade de Natal, compreendendo uma amostra de 38 entrevistas em que se coletou: número de empresas que já trabalhou, tempo de atividade no emprego atual, situação trabalhista, salário, benefícios, cargo, os principais fatores que motiva a trabalhar, satisfação com o trabalho atual e por fim o perfil do trabalhador.

Os dados foram coletados por meio de entrevista, por meio de questionários utilizando o software Survey Monkey durante o período de 01 a 14 de novembro de 2019 e o mesmo software originou os gráficos e tabelas apresentadas nos resultados a seguir.

4. RESULTADOS

Q1: Em quantas empresas você trabalhou?

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
1	23.68%	9
2	13.16%	5
3	18.42%	7
4	21.05%	8
5	7.89%	3
6	5.26%	2
7	5.26%	2
8	0.00%	0
9	2.63%	1
Acima de 9	2.63%	1
TOTAL		38

Q2: Há quanto tempo (em anos) você trabalha no seu atual emprego?

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
1	34.21%	13
2	13.16%	5
3	23.68%	9
4	2.63%	1
5	10.53%	4
6	0.00%	0
7	0.00%	0
8	2.63%	1
9	5.26%	2
Acima de 9	7.89%	3
TOTAL		38

Q3: Como ocorreu o processo de seleção para sua contratação no seu emprego atual?

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
Entrevista pessoal	52.63%	20
Indicação	28.95%	11
Análise de currículo	34.21%	13
Carta de recomendação	0.00%	0
Testes técnicos e práticos	18.42%	7
Prova de conhecimento específico	23.68%	9
Prova de conhecimento técnico	21.05%	8
Avaliação psicológica	13.16%	5
Outro (especifique)	2.63%	1
Total Respondents: 38		

Q4: Você possui carteira de trabalho assinada?

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
Sim, possuo	68.42%	26
Não possuo	31.58%	12
Total Respondents: 38		

Q5: Qual o seu salário atual?

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
Até R$ 1.000,00	34.21%	13
De R$ 1.000,01 até R$ 2.000,00	44.74%	17
De R$ 2.000,01 até R$ 3.000,00	2.63%	1
De R$ 3.000,01 até R$ 4.000,00	7.89%	3
De R$ 4.000,01 até R$ 5.000,00	5.26%	2
Acima de R$ 5.000,01	5.26%	2
TOTAL		38

Q6: Quais os benefícios oferecidos na empresa que você trabalha?

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
Plano de saúde	40.54%	15
Vale alimentação	51.35%	19
Vale transporte	81.08%	30
Plano de previdência	13.51%	5
Plano odontológico	37.84%	14
Auxílio creche	10.81%	4
Outro (especifique)	13.51%	5
Total Respondents: 37		

Q7: Você se sente motivado em seu emprego atual?

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
Sim	62.16%	23
Não	37.84%	14
TOTAL		37

Q8: Sua empresa atua em qual segmento?

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
Comércio	28.95%	11
Serviço	63.16%	24
Indústria	5.26%	2
Agricultura	2.63%	1
TOTAL		38

Q10: Dos itens abaixo relacionados, marque até 4 (quatro) opções que você considera atualmente como os principais fatores de motivação em trabalhar na sua empresa. Marque somente as questões que retratam o seu real sentimento hoje, não aquilo que você gostaria que ocorresse.

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
Instalações físicas	13.16%	5
Qualidade no treinamento que recebe	7.89%	3
Integração da equipe de trabalho	34.21%	13
Autonomia	26.32%	10
Gostar do que faz	57.89%	22
Benefícios recebidos	21.05%	8
Desafios existentes no trabalho	26.32%	10
Participação nas decisões	13.16%	5
Ser ouvido	23.68%	9
Quantidade de treinamento que recebe	5.26%	2
Integração da equipe de trabalho	7.89%	3
Oportunidade de crescimento	21.05%	8
Estabilidade no emprego	5.26%	2
Salário	28.95%	11
Imagem da empresa	26.32%	10
Relação com o cliente	23.68%	9
Relação com a liderança da equipe	10.53%	4
Ser reconhecido pelo trabalho que executa	23.68%	9
Outro (especifique)	5.26%	2
Total Respondents: 38		

Q12: Sexo:

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
Masculino	31.58%	12
Feminino	68.42%	26
TOTAL		38

Q13: Idade:

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
Até 20 anos	7.89%	3
De 21 a 30 anos	42.11%	16
De 31 a 40 anos	28.95%	11
De 41 a 50 anos	15.79%	6
De 51 a 60 anos	5.26%	2
Acima de 60 anos	0.00%	0
TOTAL		38

Q14: Estado civil:

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
Solteiro(a)	57.89%	22
Casado(a)/União estável	36.84%	14
Separado/divorciado	5.26%	2
Viúvo	0.00%	0
TOTAL		38

Q15: Escolaridade:

ANSWER CHOICES	RESPONSES	
Sem instrução	0.00%	0
Ensino fundamental incompleto	5.13%	2
Ensino fundamental	0.00%	0
Ensino médio incompleto	5.13%	2
Ensino médio completo	23.08%	9
Ensino superior incompleto	46.15%	18
Ensino superior completo	10.26%	4
Pós-graduação - especialização	2.56%	1
Pós-graduação - mestrado/doutorado	7.69%	3
TOTAL		39

CONCLUSÃO

De acordo com a pesquisa foi identificado que aproximadamente 24% dos funcionários tiveram 1 emprego e que 34% estão no seu emprego atual. Foi analisado também que 53% do processo de contratação feito através de entrevista pessoal e análise curricular 34%. Cerca de 69% possuem carteira assinada e que 32% não possui, a média de salarial varia de 44.74% recebendo até R$ 1.000 e que 44.74% recebem até R$ 2.000.

Aproximadamente 69% possuem carteira assinada e que 32% não possui, a média de salarial varia de 44.74% recebendo até R$ 1.000 e que 44.74% recebem até R$ 2.000. 81% recebem o vale transporte e 51,35% o vale alimentação e que 38% têm o plano odontológico. O índice de funcionários motivados é de 62,16% e os não motivados é de 39%. A pesquisa também mostra que 63,16% da empresa está no ramo de serviço e que 29% estão no seguimento de comércio.

A pesquisa mostra que 29% dos funcionários de estão no setor operacional, 58% dos funcionários gostam de trabalhar com o que faz e que 34,21 % interagem com a equipe. 29% estão satisfeitos com o seu salário que recebe.

Com relação ao perfil dos respondentes 69% dos funcionários são do sexo feminino e que 32% do sexo masculino. 29% são de idades de 21 a 30 anos. Cerca de 59% dos funcionários são solteiros e que 37% têm união estável ou casados. Nível de escolaridade é de 46,15% de ensino superior não concluído.

REFERÊNCIAS

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional**: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. Barueri, SP: Manole, 2014

MORIN, Estelle M.; AUBÉ, Caroline. **Psicologia e Gestão**. São Paulo: Atlas, 2009

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 132 p.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional**: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio*: o dicionário da língua portuguesa. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. *Introdução à administração*. 8 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

MASLOW, Abraham H. Metamotivation. In: MASLOW, A.H. The farther reaches of human nature. New York: Penguin Books, 1993.

AQUINO, Cleber Pinheiro (1979). Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Atlas

O GESTOR DE RECURSOS HUMANOS NO DEPARTAMENTO PESSOAL E A FUNÇÃO DA CONTABILIDADE EMPRESARIAL

THE HUMAN RESOURCE MANAGER IN THE PERSONAL DEPARTMENT AND THE FUNCTION OF BUSINESS ACCOUNTING

EL GERENTE DE RECURSOS HUMANOS EN EL DEPARTAMENTO DE PERSONAL Y LA FUNCIÓN DE CONTABILIDAD EMPRESARIAL

Ana Karoline Targino AZEVEDO[25]
Eduardo Silva do NASCIMENTO[26]
Laylla Angélica Justino da SILVA[27]
Tarso Rocha Lula PEREIRA[28]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mostrar a importância do profissional gestor de Recursos Humanos (RH) e do profissional de contabilidade gerencial para o funcionamento das empresas, sendo que para isso foram utilizadas comparações entre essas duas funções. Para a realização desse estudo utilizou-se como método um estudo comparativo entre as duas funções. Para embasar o estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, principalmente o estudo de Ulrich (1998). A conclusão que se chega com a realização desse trabalho é que apesar das duas funções trabalharem em diferentes frentes dentro da empresa, elas devem ter dentro do plano organizacional da empresa uma grande importância, no caso do setor de Recursos Humanos para trabalhar diretamente com a parte de pessoas e suas necessidades dentro da empresa e a contabilidade gerencial numa parte mais burocrática, dando todo o suporte para a realização do trabalho no setor de Recursos Humanos. Entende-se que as duas são fundamentais na elaboração do planejamento estratégico da empresa e devem ser levadas em consideração.

[25] Discente de Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário Natalense, Brasil.
[26] Discente de Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário Natalense, Brasil.
[27] Discente de Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário Natalense, Brasil.
[28] Mestre em Ciências Contábeis – UFRN/2015; Graduado em Ciências Contábeis – UFRN/1999; Professor Universitário pelo UNICEUNA, Brasil, E-mail (prof_tarso_rocha@yahoo.com.br).

Palavras-chave: Gestor, Recursos Humanos, Contabilidade Gerencial, Funções.

ABSTRACT

This article aims to show the importance of the professional manager of Human Resources and the managerial accounting professional for the operation of companies, and for this purpose comparisons between these two functions were used. For this study, a comparative study between the two functions was used. To support the study, was used principaly Ulrich (1998). The conclusion reached with the study is that although the two functions work on different fronts within the company, they must have a great importance within the organizational plan of the company, in the case of the Human Resources sector to work directly with the party. of people and their needs within the company and management accounting in a more bureaucratic part, giving all the support for the work in the Human Resources sector. It is understood that both are fundamental in the preparation of the company's strategic planning and should be taken into consideration.

Keywords: Manager, Human Resources, Management Accounting, Functions.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo mostrar la importancia del gerente profesional de Recursos Humanos (RR.HH.) y del profesional de la contabilidad de gestión para el funcionamiento de las empresas, y para ello se utilizaron comparaciones entre estas dos funciones. Para la realización de este estudio se utilizó como método un estudio comparativo entre las dos funciones. Para sustentar el estudio se utilizó la investigación bibliográfica, principalmente el estudio de Ulrich (1998). La conclusión a la que se llega con este trabajo es que, si bien las dos funciones trabajan en frentes diferentes dentro de la empresa, deben tener una gran importancia dentro del plan organizativo de la empresa, en el caso del sector de Recursos Humanos trabajar directamente con el de las personas y sus necesidades dentro de la empresa y la contabilidad de gestión en una parte más burocrática, dando todo el soporte para la realización de trabajos en el sector de Recursos Humanos. Se entiende que ambos son fundamentales en la elaboración de la planificación estratégica de la empresa y deben tomarse en consideración.

Palabras-clave: Gerente, Recursos Humanos, Contabilidad de Gestión, Funciones.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade gerencial funciona como uma ferramenta que auxilia a administração da empresa no processo de redução de custos, aumento de lucratividade, planejamento estratégico. Também fornece informações úteis a investidores, órgãos governamentais, credores, dentre outros. O contador que exerce a função gerencial, deve ser altamente qualificado, para que apresente informações claras e objetivas, pois este será a responsável por importantes tomada de decisões dentro da empresa. Nem sempre a contabilidade é vista como uma ferramenta gerencial, mas como uma obrigatoriedade exigida por lei. Por isso, cabe ao contador demonstrar ao administrador que a contabilidade financeira pode se transformar em uma ferramenta gerencial, cuja principal finalidade é auxiliar os gestores no processo decisório. Buscando um diferencial competitivo é crescente o número de empresas que vêm investindo em meios que ofereçam informações estratégicas a fim de possibilitar aos gestores tomadas de decisões mais seguras e de forma proativa. O desenvolvimento deste trabalho visa demonstrar a importância dos dados contábeis para gestão empresarial. Tanto a área de departamento pessoal quanto a contábil são extremamente importantes para a empresa, entretanto, o departamento pessoal tem um papel maior no desenvolvimento organizacional, já que trabalha não só para cumprir a legislação trabalhista, mas também em prol do aperfeiçoamento do principal ativo que as corporações possuem: as pessoas.

Para Ulrich (1998) destaca que o RH deve exercer múltiplos e novos papéis, desempenhando funções simultâneas (operacionais e estratégicas; pessoas e processos). A estrutura desses papéis é uma alternativa para conhecer as expectativas e estabelecer metas com valor agregado e definir objetivos elásticos para os profissionais da área de Recursos Humanos.

Desta forma, a questão que se apresenta é: qual a importância do gestor de recursos humanos na administração das empresas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Recursos humanos e departamento pessoal

As funções do Recursos Humanos e departamento pessoal são diferentes. A área de Recursos Humanos opera num conjunto que envolve empresa e pessoas. Chiavenato (2009) observa que esta área tem a função de administrar pessoas que fazem parte da organização. Ainda segundo o mesmo autor, "o Departamento de Recursos Humanos busca conquistar e manter pessoas na organização, trabalhando e dando o máximo de si, com uma atitude positiva e favorável" (CHIAVENATO, 2009, p. 126).

Por um lado, os profissionais de recursos humanos são responsáveis pela seleção de funcionários e pela gestão do clima e da cultura dentro do ambiente empresarial. O departamento pessoal, por sua vez, lida com a parte mais burocrática do processo de admissão e demissão de funcionários, como registro em carteiras de trabalho, elaboração de folha de pagamento e gestão de benefícios, entre outros. A obra "Departamento Pessoal Modelo" (BRONDI, BERMÚDEZ, 2009.).

Claramente as obrigações trabalhistas das empresas dentre as quais se destacam o Cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED), inscrição no Programa de integração social (PIS) caso o trabalhador não seja cadastrado, criação da Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA), depósito no Fundo de garanta por tempo de serviço (FGTS) e recolhimento da contribuição previdenciária para o Instituto nacional de seguridade social (INSS), além da Relação anual de informações sociais (RAIS).

"As organizações tradicionais veem o gestor de Recursos Humanos como um prestador de serviços. Um executor. Um profissional munido de ótimas condições para assumir a responsabilidade de inúmeros subsistemas, tanto de interesse da empresa, quanto do empregado" (MARRAS, 2011, p. 247).

A primeira fase do processo de evolução foi a de gestão de pessoas, como o departamento pessoal, por sua vez, lida com a parte mais burocrática do processo de

admissão e demissão de funcionários, como registro em carteiras de trabalho, elaboração de folha de pagamento e gestão de benefícios, entre outros. A segunda fase foi a da gestão de pessoas como gestão do comportamento humano, por volta 1930, quando surgiram as primeiras leis trabalhistas no Brasil. A partir daí, passou a existir em algumas empresas o "Chefe de Pessoal", figura responsável por conhecer a legislação trabalhista e manter atualizados os registros e obrigações exigidas por lei, para poupar a empresa de processos. Durante este período acreditava-se que o profissional ideal para ocupar o posto seria o bacharel em Direito.

Entre as décadas de 70 e 80, o departamento de Recursos Humanos passou a atuar com foco estratégico, sendo que da gestão desse setor passaram-se a derivar estratégias corporativas, como também a responsabilidade principal de agregar valor à organização para que através da equipe seja possível gerar competitividade, conquistando mais clientes.

Segundo Porter (1989), a gerência de Recursos Humanos é relacionada a vantagem competitiva em qualquer organização, sendo em algumas empresas chave para a vantagem competitiva.

2.2 relações entre o departamento pessoal e a contabilidade

Geralmente, empresas de médio e grande porte - por possuírem grande número de empregados - tem um Departamento Pessoal próprio, que atua no interior da empresa. Já as empresas menores terceirizam esse serviço, contratando escritórios de contabilidade para cumprirem tal função. Contudo, é preciso que os empregadores se conscientizem da relevância de possuírem seu próprio departamento pessoal na empresa, pois, escritórios de contabilidade cuidam apenas da parte burocrática - atendendo a legislação trabalhista - enquanto o setor de departamento pessoal, além de cuidar da burocracia também atua estrategicamente com ações de melhor aproveitamento da mão de obra, valorização e motivação dos empregados e consequentemente melhoria dos resultados organizacionais, Como inicialmente o departamento pessoal cuidava apenas da documentação pessoal dos empregados, era

visto como um setor burocrático e operacional, composto por armários de arquivo cinza, lotado de documentos confidenciais e profissionais de funções que poucos empregados sabiam exatamente o que faziam, até aparecer algum problema com plano de saúde ou ser demitido.

Ulrich (1998) afirma que é fundamental para um Parceiro Estratégico exigir disciplina na execução das tarefas do dia a dia para não fugirem da estratégia principal, equilibrar o foco com o pessoal e demais stakeholders, alinhar os projetos do RH aos projetos organizacionais, buscar sempre melhorias e favorecer a aplicação das estratégias da organização.

A partir dessa concepção vem a dificuldade que algumas empresas têm de enxergar valor no setor de recursos humanos, devido ao fato ainda a encararem como área de suporte e não como setor estratégico.

2.3 Funções básicas da contabilidade em uma empresa

Dentre as várias atribuições adotadas pelo profissional de contabilidade, as principais são:

- Escrituração dos fatos contábeis;
- Armazenamento e acompanhamento das documentações;
- Abertura e fechamento de empresas;
- Geração de demonstrações contábeis;
- Apresentação e esclarecimentos dos balancetes contábeis e balanços patrimoniais;
- Controle dos pagamentos de impostos;
- Entrega das obrigações acessórias.

“Empregado é toda pessoa física que presta serviços habitualmente ao empregador, sob dependência deste e mediante salário” (GONÇALVES, 2005, p. 69).

O contador é, portanto, indispensável para o bom funcionamento de qualquer pessoa jurídica (empresa).

3. O IMPACTO DO CONTADOR NA GESTÃO FINANCEIRA DAS EMPRESAS

Atualmente, o aprimoramento da gestão financeira das empresas depende de uma parceria consolidada com bons contadores. Uma das principais consequências dessa parceria é o aumento do grau de competitividade da organização perante as concorrentes do setor de atuação. O mínimo que se espera dos gestores de uma empresa é que eles façam as melhores escolhas. Porém, para que o processo de tomada de decisão seja à prova de falhas, ele necessita de uma base de dados extremamente confiável. Sem essa base informacional sólida, a organização corre o risco de arcar com os resultados de deliberações infelizes. Como resultado, a empresa pode comprometer o caixa ao ponto de ficar impossibilitada de reservar recursos para os próximos investimentos. Nunca é demais reforçar que investir regularmente no negócio é essencial para sustentá-lo no mercado, além de expandi-lo, por exemplo. Ao ser exercida por profissionais especializados e experientes, a contabilidade é uma das engrenagens que mantêm o negócio em movimento.

Tamanho equilíbrio financeiro também está vinculado à organização do pagamento de tributos. Por sinal, devido ao nível de complexidade, a gestão tributária é um problema capaz de tirar o sono de muitos empreendedores. Como resolvê-lo? Com o suporte de contadores atualizados. De fato, esses profissionais são encarregados de programar o pagamento de cada tributo imputado à empresa. Mas em se tratando de gestão tributária, o trabalho deles não para por aí. Afinal, existe todo o planejamento tributário, algo que remonta à definição do modelo de tributação a ser usado pela empresa. Ao estudar bem as atividades exercidas pelo negócio, o contador pode indicar qual é o regime tributário mais adequado. Dessa maneira, ele proporciona uma grande economia aos cofres da empresa. De um modo geral, também há um ganho com relação à organização do dinheiro destinado aos tributos. Isso significa que tudo estará muito bem detalhado no cronograma de recolhimentos. Os atrasos, se houver, serão eliminados.

Em resumo, o trabalho do contador é vital para que a empresa deixe de pagar tributos indevidos, além de ajudá-la a quitar os impostos necessários nas datas corretas.

O resultado final de tudo isso é uma gestão financeira e tributária muito mais equilibrada. Naturalmente, todos esses benefícios são possíveis se o contador estiver alinhado com as mudanças impostas pelo Governo. Somente um contador bem atualizado quanto à legislação tributária pode garantir que a sua empresa ficará livre de multas indesejadas e inesperadas.

Vale lembrar que essas leis sofrem alterações constantes. Ter ao lado parceiros especialistas é a melhor forma de assegurar que todos os detalhes serão interpretados corretamente. Caso contrário, ocorre o de sempre: a empresa tende a ser penalizada com multas e outras autuações. Isso prejudica o trabalho dos gestores financeiros, que precisam encontrar soluções para os rombos que surgem no caixa da empresa. Já uma contabilidade bem executada evita que o negócio corra riscos desnecessários. Faz-se primordial que você saiba como o fisco está solicitando as informações e como a sua empresa anda se comportando mediante as novas exigências. Nesses momentos, as respostas não podem ser encontradas por meio de uma singela busca na internet. Em vez disso, a organização precisa contar com a perícia de profissionais gabaritados.

O contador, através da sua habilidade de mensuração e o domínio da legislação vigente, é capaz de provisionar com certa precisão a situação financeira de uma empresa para os anos seguintes. Mais uma vez, o contador evita, assim, que tomadas de decisões equivocadas comprometam a situação financeira da empresa. Como é possível notar, o impacto de uma contabilidade bem planejada e executada na gestão financeira é profundo. Isso explica por que o contador é indispensável no progresso do seu negócio.

3.1 Função da contabilidade interna

Não é à toa que essa contabilidade também é conhecida como contabilidade gerencial. Essa vertente reside em apresentar os dados contábeis a todos os colaboradores da empresa. O grande objetivo é fazer com que as informações contábeis alcancem cada funcionário que precise trabalhar com elas. Mas mais do que isso, a contabilidade interna também está incumbida de fornecer essas informações de uma forma direta e facilmente compreensível. Na prática, esse tipo de contabilidade realiza a

identificação e organização dos dados de entrada e saída. Assim, o gestor financeiro tem à disposição um conjunto de informações úteis e bem alinhadas. Com isso, fica muito mais fácil gerenciá-las e cruzá-las.

3.2 Contribuição da contabilidade externa

Enquanto isso, a contabilidade externa está mais diretamente ligada às finanças, em si, do negócio. Isso porque ela é a parte responsável por organizar todas as informações relacionadas aos demonstrativos financeiros. Portanto, trata-se daquela contabilidade que estabelece um elo comunicativo entre a empresa e todos os stakeholders vinculados a ela. É a contabilidade externa que apresenta a verdadeira situação contábil das organizações.

Para que isso aconteça da maneira esperada, é imprescindível que o setor contábil da empresa siga à risca as orientações da legislação vigente. Some-a isso, evidentemente, o cumprimento de todas as práticas contidas nos princípios fundamentais da contabilidade. Vale ainda frisar que também cabe à contabilidade externa realizar os cálculos contábeis atrelados aos custos das mercadorias. Para tanto, espera-se que o setor contábil: atenda a todas às normas tributárias; análise continuamente qual é o nível atual dos insumos estocados (usados na produção de mercadorias) pela empresa e dos lotes de produtos já fabricados; apresente os dados necessários para o cálculo dos custos inerentes à produção de cada mercadoria. É com base nessa apuração que a empresa consegue chegar a um preço final do produto ou serviço prestado. Como é possível perceber, existe uma contabilidade única. A divisão das funções entre a contabilidade interna e a externa visa tão somente facilitar a execução de tantos e complexos processos. Essa separação é muito bem-vinda para os gestores financeiros, pois eles conseguem selecionar a informações das quais precisam com muito mais agilidade. Contanto que o setor contábil da sua empresa desempenhe todas as funções elencadas com maestria, a gestão financeira do negócio será bem mais fluida. A quantidade de trabalho diminui, assim como o tempo normalmente gasto com determinadas decisões.

3.3 Importância da contabilidade no Recursos Humanos

Os processos internos das empresas em todo mundo estão passando por mudanças, inclusive nos setores de Recursos Humanos (RH) e contabilidade. Os avanços da tecnologia vêm integrando setores para oferecer uma nova perspectiva estratégica ao negócio. O departamento de Recursos Humanos e a contabilidade são essenciais para o desenvolvimento da empresa, mas que costumam trabalhar de forma independente, são setores que estão passando por mudanças na sua forma de organização de pessoas com a inserção tecnológica cada vez maior.

Ferramentas tecnológicas criadas para otimizar a gestão do Recursos Humanos integraram a contabilidade em diversas atividades, trazendo transformações em como ambos os departamentos trabalham, o foco de suas ações e o modo como os profissionais abordarão suas tarefas.

Para Barros *et al* (2019) a grande representatividade dos papéis relacionados ao foco estratégico mostra a preocupação dos gestores com o longo prazo.

As atividades trabalhistas e previdenciárias no âmbito de gestão de Recursos Humanos e de contabilidade são: Análise e pareceres de autos de infração para fins de defesa de litígios trabalhistas e previdenciários; Apuração de INSS(Instituto nacional de seguridade social) FGTS (Fundo de garanta por tempo de serviço) e Contribuições Sindicais; Cálculo e registro de 13º salários conforme os direitos trabalhistas; Elaboração das folhas de pagamentos e obrigações acessórias decorrentes; Preparação e acompanhamento de rescisões de contrato de trabalho; Programação, aviso e recibo de férias (previstos na Consolidação das Leis do Trabalho); Registro de empregados e reflexos daí decorrentes conforme direito do trabalho.

Alcântara (2014) obteve resultados que comprovaram equilíbrio entre os papéis, além da menor representatividade do papel de Defensor dos Funcionários (ao qual chama de Mediador). Funções estas do contador e gestor de RH.

4. METODOLOGIA

O presente artigo utilizou um estudo comparativo. O método comparativo foi usado para dar ênfase às principais características das duas atividades, comparando uma com a outra e mostrando assim consonâncias e diferenças entre elas.

Para a realização desse estudo comparativo, utilizou-se também uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa desenvolveu-se através de artigos periódicos, fontes de dados como a internet, no sentido de dar-se a mesma qualidade de importância na área contábil e de recursos humanos.

A metodologia adotada foi pesquisa bibliográfica. Segundo a Köche (2010), a pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. O seu principal objetivo bibliográfico, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa.

Para Silva (2010), a pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica, sendo as principais fontes: livros, dicionários, enciclopédias, publicações, jornais e revistas. Este suporte bibliográfico irá reunir um alicerce de conhecimento capaz de fundamentar os objetivos da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se analisar através desse trabalho de pesquisa a importância de uma gestão na contabilidade de uma empresa , que fornece dados facilitando e colaborando com o analista do departamento pessoal que recebe essas informações para a importância da empresa e seus colaboradores e que por meio do Recursos Humanos esses funcionários

são trabalhados e organizados em seus setores de acordo com seu perfil profissional naquela unidade empresarial , sendo assim consegue-se enxergar a contribuição e a importância de cada gestor em suas funções.

É importante ressaltar que é preciso ter gestores qualificados para exercerem o seu trabalho e trazendo bons resultados para a organização através de toda parte da contabilidade empresarial e com seu desempenho cumprindo com todas as obrigações e atividades juntamente com o departamento pessoal que também tem o dever de organizar os direitos dos colaboradores e o Recursos Humanos na responsabilidade de avaliar as pessoas mantendo uma boa equipe profissional em cada departamento, mostrando os avanços da empresa de contabilizar, organizar e manter o equilíbrio e alcançando resultados de lucro e produtividade através dessas metas.

Verificou-se que a falta de uma boa gestão empresarial pode trazer resultados negativos e por essa razão cada gestor tem que exercer suas atividades , cumprindo com o crescimento de cada departamento. Diante de tudo isso não se pode permitir que falte pessoas comprometidas com a organização empresarial, tendo um bom gestor de Recursos Humanos, sabendo atrair pessoas e cumprir com uma boa seleção e avaliação leva a empresa a conseguir resultados positivos e assim atraindo colaboradores com compromisso, seja na gestão da contabilidade ou na parte administrativa, ou com cada funcionário, havendo a necessidade de gestão equilibrada.

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, M. Os múltiplos papéis de RH: analisando a performance da área de gestão de pessoas em uma empresa do agronegócio. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração, 2014. (Dissertação – Mestrado Profissional em Administração).

BARROS, Francis Marcean. PENHA, Pedro Xavier. SILVA, Cleiton Martins. SILVA, Andressa Karolinne. GOMES, Ana Flavia de Paula. OS MÚLTIPLOS PAPÉIS DO RH EM EMPRESAS DA MICRORREGIÃO DO ALTO PARAOPEBA/MG. Revista de Carreiras e Pessoas. Vol. 9, No 2, ano 2019. Páginas 250-265.

BRONDI, Benjamin; BERMÚDEZ, René Raúl. Departamento Pessoal Modelo. 6. Ed. Sáo Paulo: IOB, 2009. 816p.

CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. Sentir, Pensar, Agir: Corporeidade e Educação. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2005.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da Ciência e iniciação.** 27. Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2010.

MARRAS, J. P. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PORTER, Michael. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. 15. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SILVA, Antônio Carlos. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade**. 3. Ed.- São Paulo. 2010.

ULRICH, D. Os campeões de recursos humanos: inovando para obter os melhores resultados. São Paulo: Futura, 1998.

Revista de Ensino e Cultura

Ciências Jurídicas

Volume 3, Número 2, Ano 2020

REFORMA TRABALHISTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AO TRABALHADOR E SUA (IN)CONSTITUCIONALIDADE

LABOR REFORM: COMPENSATION FOR MORAL DAMAGES TO THE WORKER AND HIS (UN)CONSTITUTIONALITY

REFORMA LABORAL: COMPENSACIÓN POR DAÑOS MORALES AL TRABAJADOR Y SU (IN)CONSTITUCIONALIDAD

Adriana de Medeiros Maia e MEDEIROS[29]
Andreza Soares de Menezes OLIVEIRA[30]
Diego Sidrim Gomes de MELO[31]
Geilza Gomes de LIMA[32]
Igo Eudes Gonçalves RODRIGUES[33]
Izabel Samanda da SILVA[34]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a indenização por danos morais decorrente da relação de trabalho, prevista na reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), bem como, seu conflito com as normas constitucionais. Estão em andamento algumas ações diretas de inconstitucionalidade a respeito do assunto, que tratam do tabelamento dos danos morais, e também da ofensa a vários princípios constitucionais, entre eles o da dignidade da pessoa humana que é fundamento da Constituição Brasileira e o da vedação do retrocesso que é um princípio implícito que tem grande relevância para proteção dos direitos sociais. Cabe ressaltar que no ordenamento jurídico brasileiro há uma hierarquização entre as normas, ou seja, as

[29] Discente de Direito pelo IESRN, Brasil, E-mail (adrianamaiaenf@gmail.com).
[30] Discente de Direito pelo IESRN, Brasil, E-mail (andreza_soares10@hotmail.com).
[31] Especialista em Direito Penal, Processual Penal e Criminologia - UNP/2007, Graduado em Direito - UNP/2005, Professor Universitário, Orientador/TCC e Coordenador e Supervisor de Estágio do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte - IESRN e do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA, (E-mail: diego-sidrim@hotmail.com).
[32] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, Brasil, E-mail (geilzaglima@gmail.com).
[33] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, Brasil, E-mail (igoeudes@gmail.com).
[34] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, Brasil, E-mail (izasamanda@homail.com).

normas constitucionais prevalecem em relação às infraconstitucionais ou as demais, qualquer norma que vier a ser contrária à Carta Magna deverá ser declarada inconstitucional. A metodologia consiste em pesquisa de natureza aplicada, com abordagem hipotético-dedutiva e qualitativa, com objetivo descritivo e de propor avaliação formativa. Chega-se à conclusão de que a sorte do parágrafo primeiro do artigo 223-G da CLT, inserido pela reforma trabalhista deverá ser considerado inconstitucional, assim como o STF entendeu não recepcionado o artigo 51 da Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/1967) quando do julgamento da ADPF nº 130, em 2009.

Palavras-chave: Indenização por danos morais. Reforma trabalhista. Inconstitucionalidade.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the indemnity for moral damages resulting from the employment relationship, provided for in the labor reform (Law 13.467 / 2017), as well as its conflict with constitutional norms. Some direct unconstitutionality actions on the subject are underway, which deal with the tabulation of moral damages, as well as the offense against various constitutional principles, including the dignity of the human person that is the foundation of the Brazilian Constitution and the prohibition of retrogression. which is an implicit principle that has great relevance for the protection of social rights. It is noteworthy that in the Brazilian legal system there is a hierarchy between the norms, that is, the constitutional norms prevail in relation to the infraconstitutional or the others, any norm that goes against the Magna Carta must be declared unconstitutional. The methodology consists of applied research, with hypothetical-deductive and qualitative approach, with descriptive objective and to propose formative evaluation. It is concluded that the fate of the first paragraph of article 223-G of the CLT, inserted by the labor reform should be considered unconstitutional, just as the Supreme Court has not accepted Article 51 of the Press Law (Law No. 5,250 / 1967). when ADPF judgment 130, in 2009.

Keywords: Indemnity for moral damages. Labor reform. Unconstitutionality.

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo analizar la indemnización por daños morales resultantes de la relación laboral, prevista en la reforma laboral (Ley 13.467 / 2017), así como su conflicto con las normas constitucionales. Se están llevando a cabo algunas acciones directas de inconstitucionalidad sobre el tema, que abordan la tabulación de los daños morales, así como el delito contra varios principios constitucionales, incluida la dignidad de la persona humana que

es la base de la Constitución brasileña y la prohibición del retroceso. que es un principio implícito que tiene gran relevancia para la protección de los derechos sociales. Es de destacar que en el sistema legal brasileño existe una jerarquía entre las normas, es decir, las normas constitucionales prevalecen en relación con la infra constitucional u otras, cualquier norma que vaya en contra de la Carta Magna debe declararse inconstitucional. La metodología consiste en investigación aplicada, con enfoque hipotético-deductivo y cualitativo, con objetivo descriptivo y para proponer evaluación formativa. Se concluye que el destino del primer párrafo del artículo 223-G del CLT, insertado por la reforma laboral, debe considerarse inconstitucional, así como la Corte Suprema no ha aceptado el artículo 51 de la Ley de Prensa (Ley N ° 5.250 / 1967). cuando ADPF sentencia 130, en 2009.

Palabras-clave: Indemnización por daños morales. Reforma laboral. Inconstitucionalidad.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho descreve um estudo acerca da indenização extrapatrimonial decorrente das relações de trabalho, bem como as mudanças ocasionadas em relação ao tema devido a reforma trabalhista.

Cabe salientar que a análise do caso concreto para indenizar alguém por dano moral em regra se dá de forma subjetiva, o juiz em sua análise verifica a extensão da dor sofrida pela vítima para poder aplicar o valor da indenização, não se atrela aos rendimentos da vítima, desta forma é feito de acordo com o Código Civil (CC) no qual não há nenhuma tabela de fixação de valores, pelo contrário, segue o princípio da reparabilidade plena (art. 944 do CC).

Ao contrário do que ocorre na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) após a reforma pela Lei Federal nº 13.467/2017, em que foi acrescentado um verdadeiro tabelamento que fixa valores de acordo com o salário da vítima, ou seja, não mais fixa o valor da compensação de forma subjetiva, mas sim de forma objetiva, violando o princípio da dignidade da pessoa humana, da igualdade e o princípio da vedação do

retrocesso, sendo os dois primeiros princípios explícitos constitucionais, e o ultimo implícito.

2. DANO EXTRAPATRIMONIAL EM DECORRENCIA DA RELAÇÃO DE TRABALHO

É necessário antes de conceituar dano moral, apontar que, quando se fala em indenização por qualquer tipo de dano, sendo ele, patrimonial, moral, estético ou até mesmo existencial, se não houver indícios que comprovem o prejuízo, inexiste o dever de indenizar.

O dano moral atinge a esfera subjetiva, suscetível de valoração pecuniária, como as emoções e o estado psicológico, ou seja, viola os direitos básicos da personalidade, cabe salientar que tais direitos são inerentes à dignidade da pessoa humana, que é fundamento constitucional, princípio de maior carga axiológica do ordenamento jurídico.

É comum na Justiça do Trabalho o surgimento de ações com pedido de indenização por danos morais, devido a uma relação abusiva entre o empregador e o seu empregado.

Dentro, dos instrumentos na relação do direito comparado foram surgindo teorias que buscavam definir os contornos dos danos extrapatrimoniais e que vem a viabilizar os critérios de modelo e alternativos.

Quanto a esse modelo foi muito importante, considerando-se as polêmicas que envolviam a aceitação de indenização nos casos em que o dano não atingia diretamente os bens materiais. Por este motivo as teorias tiveram critérios em duas grandes fases: que negavam e as que defendiam as indenizações.

Desta forma, aqueles que negavam em suas teorias de reparação do dano extrapatrimonial, tiveram expostos as argumentações levando sua opinião de caráter subjetivo, indeterminado e incerto da gravidade do dano, e da dificuldade de estipulação de um valor para a respectiva reparação.

Assim, observa-se que a teoria negativista foi superada pelo fato de que apesar das dificuldades e incertezas que envolvem a delimitação do alcance dos danos extrapatrimoniais, bem como do valor da indenização, não se pode negar a existência de um dano efetivo nessas situações. Pois, muito embora uma agressão verbal, *v.g*. não deixe vestígios materiais, por vezes pode trazer prejuízos severos que se perpetuam no tempo, para além de danos materiais, principalmente nas relações de subordinação existentes no vínculo de emprego, em que quase sempre o empregado necessita do emprego para poder manter a si e a sobrevivência de sua família, submetendo-se a agressões de ordem moral muitas vezes.

3. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL ANTES E APÓS A REFORMA TRABALHISTA

Antes da reforma trabalhista aplicava-se o disciplinado no Código Civil (CC) os artigos 927, 186 e 187 quanto aos danos morais. Era calculado baseado no quanto a vítima foi lesionada, levava-se em consideração a dor da vítima, o potencial econômico da empregadora, o grau da ofensa entre outros critérios. Não se via na sua remuneração o parâmetro da fixação da indenização, mas sim, a proporção do seu sofrimento.

Segundo Pablo Stolze Gagliano:

> O dano moral consiste na lesão de direitos cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível a dinheiro. Em outras palavras, podemos afirmar que o dano moral é aquele que lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos da personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente (GAGLIANO, 2018, p. 113).

Venosa ensina que “do ponto de vista estrito, o dano imaterial, isto é, não patrimonial, é irreparável, insusceptível de avaliação pecuniária porque é incomensurável”. (VENOSA, 2002, p. 32)

Porém, com a reforma trabalhista, esse tipo de indenização sofreu modificações, uma das principais mudanças são os parâmetros para sua fixação, que estão descritos no parágrafo 1º do art. 223-G, *in verbis:*

> § 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação: I – Ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido; II – Ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido; III – ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido; IV - Ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

De acordo com o art. 5º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

A partir do momento que se aplica o tabelamento para a indenização, o princípio da igualdade é mitigado. Se um empregado sofre o mesmo dano que outro e o salário de um deles for inferior, sendo que a compensação de dará de forma objetiva de acordo com o salário de quem sofreu o dano, poderá um dos empregados receber compensação diversa (maior ou menor), mesmo tendo sofrido o mesmo dano. O que acaba despertando uma sensação de inferioridade em um dos trabalhadores, desta forma compreende-se que também além de ofender o princípio da igualdade, fere também o princípio da dignidade da pessoa humana e da reparação integral.

4. DECISÃO DO STF QUANTO AO TABELAMENTO DO DANO MORAL NA LEI Nº 5.250/1967

O Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 130 que tinha como objeto a Lei Federal nº

5.250/1967 (Lei de Imprensa), em 30 de abril de 2009, concluiu pela não recepção daquela lei pela CF/88, em bloco, principalmente no tocante ao artigo 51 daquela lei que tabelava o dano moral, o que, segundo entendeu o STF, feria o artigo 5º, incisos V e X.

O mesmo ocorre na Lei nº 13.467/2017, que inseriu na CLT o parágrafo 1º do artigo 223-G. Caso o STF mantenha o entendimento, deverá considerar inconstitucional este tabelamento do dano moral, que fere os princípios magnos já mencionados anteriormente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fixação do valor da indenização por danos morais após a reforma trabalhista no processo do trabalho vem sendo um calvário para os juristas. Sendo que há muitas controvérsias em relação à sua constitucionalidade. Da forma insculpida na lei, a dor do trabalhador está sendo tarifada de acordo com seu ganho salarial. Assim, na mesma situação, no mesmo grau de dano, dois empregados que recebam salários diferentes não terão a mesma indenização pelos danos morais sofridos. Na análise feita da lei trabalhista pós sua reforma constata-se que esta não está conforme o princípio da igualdade, nem da reparação integral, nem da dignidade da pessoa humana.

Salutar e necessária a discussão, pois chega-se à conclusão de que o tabelamento não só fere princípios constitucionais, mas também deve ser considerado inconstitucional, considerando que o STF ao julgar a ADPF nº 130 sobre a Lei nº 5.250/1967 (Lei de Imprensa) em abril de 2009, não a considerou recepcionada pela CF/88, inclusive seu artigo 51 que também tabelava danos morais. Pelo precedente, esta deverá ser a mesma sorte do § 1º do artigo 223-G da CLT, inserido pela reforma trabalhista.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS JUDICIÁRIOS DA UNIÃO. **Princípio Constitucional da Igualdade**. Disponível em: https://anajus.jusbrasil.com.br/noticias/2803750/principio-constitucional-da-igualdade. Acesso em 23 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 nov. 2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze *et al*. **Novo Curso de Direito Civil**. V. 3: responsabilidade civil. 16ª edição. São Paulo. Saraiva. 2018.

MACHADO, Leandro Campos. **O dano moral na relação de trabalho: uma abordagem** jurisprudencial. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-87/o-dano-moral-na-relacao-de-trabalho-uma-abordagem-jurisprudencial/. Acesso em 23 nov. 2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: responsabilidade civil**. V. 4. 2ª ed. São Paulo. Atlas. 2002.

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS SOFRIDOS PELA CIDADE DE ALTAMIRA/PA: ANÁLISE CRÍTICA DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

THE SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS SUFFERED BY THE CITY OF ALTAMIRA / PA: CRITICAL ANALYSIS OF THE CONSTRUCTION OF THE HYDROELECTRIC POWER PLANT OF BELO MONTE

LOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES SUFRIDOS POR LA CIUDAD DE ALTAMIRA / PA: ANÁLISIS CRÍTICA DE LA CONSTRUCCIÓN DE LA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Eduarda Karoline de Lima BEZERRA[35]
Kaliane Keilly Brito Ramos da SILVA[36]
Thays Cruz CARNEIRO[37]
Itamara Diniz de FIGUEIREDO[38]
Daniel de Oliveira ARAÚJO[39]

RESUMO

Este trabalho tem como tema central os problemas que podem decorrer com a falta de aplicação de projetos de proteção ao meio ambiente no tocante a construção de grandes obras. Ele visou demonstrar a importância de um plano suficiente de desenvolvimento com diretrizes enraizados no princípio do Desenvolvimento Sustentável. A metodologia utilizada baseou-se em uma pesquisa em sites. O objeto de estudo foi a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, e suas implicações a cidade de Altamira, sede da obra, onde constatou-se, ao

[35] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: bzerraduda@gmail.com).
[36] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: kalianekeilly@hotmail.com).
[37] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: thaysepfane11@gmail.com).
[38] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: itamaraf70@gmail.com).
[39] Mestre em Direito – UFRN/2014; Graduado em Direito – UFRN/2007; Professor Universitário, Orientador/TCC e Membro do NDE do Curso de Direito do IESRN e do UNICEUNA, Brasil, (E-mail: araujodaniel@hotmail.com).

longo da pesquisa, aumento significativo dos problemas ambientais e sociais, pós usina, como altíssimos índices de violência e, também, desaparecimento da fauna e flora locais.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Sustentável. Altamira/PA. Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

ABSTRACT

This work has as its central theme the problems that can occur with the lack of application of projects to protect the environment in the construction of large works. It aimed to demonstrate the importance of a sufficient development plan with guidelines rooted in the principle of Sustainable Development. The methodology used was based on a site search. The object of study was the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant, in the state of Pará, and its implications to the city of Altamira, site of the work, where it was verified, throughout the research, a significant increase of environmental and social problems, post such as high levels of violence and, also, the disappearance of local fauna and flora.

Keywords: Sustainable development. Altamira / PA. Belo Monte Hydroelectric Plant.

RESUMEN

Este trabajo tiene como tema central los problemas que pueden derivarse de la falta de aplicación de proyectos de protección al medio ambiente en lo que se refiere a la construcción de grandes obras. Se ha intentado demostrar la importancia de un plan suficiente de desarrollo con directrices enraizadas en el principio del Desarrollo Sostenible. La metodología utilizada se basó en una investigación en sitios. El objeto de estudio fue la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Belo Monte, en el estado de Pará, y sus implicaciones la ciudad de Altamira, sede de la obra, donde se constató, a lo largo de la investigación, un aumento significativo de los problemas ambientales y sociales, usina, como altísimos índices de violencia y, también, desaparición de la fauna y flora locales.

Palabras-Clave: Desenvolvimiento sustentable. Altamira / PA. Usina Hidroeléctrica de Belo Monte.

INTRODUÇÃO

O Direito Ambiental, dentre os vários ramos do direito, surge para abarcar questões referentes ao Meio Ambiente e tem como base de sustentação princípios de suma importância. Esta disciplina visa assegurar a todos o direito ao meio ambiente saudável, pois se trata de um Direito Fundamental de 3ª geração/dimensão ou coletivo, essencial a todo ser vivo, não sendo de titularidade deste ou daquele, mas sim pertencente a todos sem distinção de cor, tamanho, raça e etnia.

Na atualidade, imprescindível se faz o debate sobre o desenvolvimento sustentável, vez que cada dia que passa o ser humano busca novos métodos e técnicas de expansão, crescimento econômico e tecnológico, o que pode ser considerado como uma grande "qualidade" do ser humano, sendo o que o diferenciou das demais espécies na evolução histórica. De certo que esses avanços são importantíssimos para sociedade, pois simplificam atividades e reduzem barreiras, no entanto, surgem questionamentos sobre os limites do desenvolvimento, restando nos indagar até que ponto o desenvolvimento desenfreado deve ir.

Do desenvolvimento urbano, tecnológico, científico e industrial exacerbado, surgiu a incerteza e a preocupação com a degradação do meio ambiente, que gerou muitas reflexões, debates e conflitos de onde originaram-se as políticas de proteção ao meio ambiente, que hoje não se concentram exclusivamente no campo individual ou nacional, mas também no internacional, transformando a preocupação com a preservação do meio ambiente um dever de todos.

Em meio aos vários princípios norteadores desta matéria um deles é o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, considerado princípio basilar e será nosso objeto de estudo neste trabalho, onde buscaremos exibir as violações dessas diretrizes nos três campos; social, ambiental e econômico na cidade de Altamira/PA, em uma breve análise do antes e depois da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

2. METODOLOGIA

O estudo adotou como método de procedimento a pesquisa em sites. Após a coleta das informações, desenvolveu-se um entendimento acerca do Princípio do Desenvolvimento Sustentável. Ademais, como método de abordagem, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, partindo-se do problema do choque entre o Desenvolvimento Sustentável e as implicações que grandes obras podem causar as cidades no caso da não observância deste princípio basilar do Direito Ambiental, buscou-se uma solução pelo confronto de hipóteses.

Assim, os resultados do presente estudo poderão ser usados como instrumentos que possibilitem melhor compreensão e importância dos princípios básicos do direito ambiental.

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO AMBIENTAL

No ordenamento jurídico o princípio é considerado a base da norma jurídica, ele sustenta o embasamento teórico e filosófico dos dispositivos legais. Mais ainda, os princípios possuem um caráter genérico e ao mesmo tempo delimitativo frente às normas.

A priori é importante entendermos a definição de princípio, que nada mais do que uma das fontes imediata do direito dos quais surgem as mais variadas leis e suas interpretações e por isso é considerado a base da norma jurídica, ele sustenta o embasamento teórico e filosófico dos dispositivos legais. Além de possuírem, um caráter genérico e ao mesmo tempo delimitativo frente às normas. Diante, do exposto é importante analisarmos quais princípios relacionam-se com o direito ambiental e quais suas aplicações para o estudo em questão.

O direito ambiental é classificado como ramo do direito público que busca de maneira multidisciplinar, proteger o meio ambiente e por essa razão versa sobre

inúmeras materiais, conceitos, definições e legislações penais e civis, no tocante à proteção ambiental.

Essa ramificação do direito é uma área ampla com enraizamento em princípios tanto do plano nacional como internacional, quais são: prevenção, precaução, informação, publicidade, poluidor-pagador, usuário-pagador, ubiquidade, direito fundamental à vida e o princípio do desenvolvimento sustentável, ao qual daremos mais ênfase neste estudo.

Vale salientarmos, também, que o direito ambiental é definido como uma ciência autônoma, porque possui princípios, leis e jurisprudências próprios. Nessa linhagem pesada a importância dos estudos de campo no tocante a sua vertente de violação de princípios diretores do direito ambiental.

4. PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITO E FUNÇÕES

A humanidade sempre esteve em constante evolução, e na medida que o mundo foi se expandindo com a descoberta de novos horizontes surgiu a necessidade de criar novos mecanismos de adaptação e melhorias para vida humana. Durante muitos anos, com desconhecimento da estabilidade dos recursos ambientais a sociedade, explorou de forma inconsciente os mais variados bens ambientais, o que acarretou em inúmeras catástrofes e grandes tragédias, levando o homem a reflexão acerca da preservação do meio ambiente, afastando a visão totalmente antropocêntrica e observou-se também sobre a ótica ecocêntrica, o que para (ROMEU THOMÉ, 2018), é um grande pêndulo em constante movimento, pois ora defende ideias ao lado do homem e ora ao lado do meio ambiente, desse paradoxo surgiu o direito ambiental, que como já dito visa amparar e resguardar o meio ambiente, em suas múltiplas facetas intituladas em inúmeros princípios.

O princípio do Desenvolvimento Sustentável, é um dos maiores pilares do direito ambiental, surgiu da ideia de que precisava desenvolver-se de maneira consciente para que os bens ambientais não se esgotassem e para que se evitasse problemas oriundos do não planejamento de expansão e evolução.

Esse princípio foi criado em 1972 na Conferência Mundial de meio ambiente realizada em Estocolmo, que segundo (CELSO PACHECO, 2011) teve seus termos repetidos em outros onze princípios dos vinte e sete daquela conferência de lá pra cá, ganhou diversas citações e aplicações em muitos eventos de discussão internacionais, e em nosso ordenamento pátrio tornou-se um dos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente, em 1982 com edição da lei 6.938/82(PNMA) no seus artigos segundo e quarto, os quais dispõem sobre a primazia do desenvolvimento socioeconômico, uma vez que este princípio sustenta-se no trinômio: crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social.

Desse princípio a Constituição federal de 1988 reservou dois artigos a questão ambiental sendo o 225 e o 170, para elencar a responsabilidade nacional ao crescimento e desenvolvimento voltado também para as questões sociais e ambientais, ao definir a busca do Brasil por meios e técnicas que pudessem pesar numa balança os "prós e contras", a sociedade e ao ambiente.

No artigo quarto, da Política Nacional de meio Ambiente (PNMA), art. 4º: "A Política Nacional do Meio Ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico", e do transcrito acima podemos observar notoriamente a preocupação do legislador em amparar tanto a questão, ambiental como também a social, onde impõem a todos a necessidade desenvolver com os olhos voltados a questão social e ambiental, para que se possa evitar problemas futuros com a expansão negócios e dos centros urbanos, como a ocupação irregular de áreas, aumento da violência e da criminalidade, o aumento de doenças e epidemias, problemas no tráfego de veículos e outros, esse dispositivo é um alicerce importantíssimo as medidas de viabilização do desenvolvimento sustentável.

5. CIDADE DE ALTAMIRA

Fundada às margens do Igarapé das Panelas, a cidade de Altamira originou-se de missões Jesuítas em meados do século XVIII. Através destas excursões Jesuítas deu-se origem aos primeiros registros de colonização naquele território.

Localizada no estado do Pará, região Norte do país, a cidade de Altamira possui cerca de 159.533,328 km² de extensão territorial e conta com aproximadamente 113.195 mil habitantes.

A economia da população residente na expansão territorial compreendida pela cidade de Altamira decorre da pesca, do turismo, da agricultura, do artesanato, da pecuária e do comércio.

6. USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

A usina hidrelétrica de Belo Monte é uma grande obra, idealizada pelo poder público para suprimir a matriz elétrica nacional, é considerada a segunda maior usina do Brasil e a terceira maior do mundo, inicialmente o governo brasileiro planejou uma usina cem por cento brasileiro que fornecesse energia limpa, renovável, sustentável e eficiente para assegurar o seu desenvolvimento econômico e social.

Belo Monte está sendo construída na região amazônica, especificamente na cidade de Altamira no estado do Pará, e fornecerá a matriz energética nacional 11 mil megawatts o que corresponde a quarenta por cento da energia consumida no território nacional, essa obra é a mais estudada de toda história do sistema elétrico brasileiro e por ser uma obra grandiosa já foi palco de inúmeros debates e embates a nível nacional.

Inicialmente o projeto da usina, possuía grandes magnitudes que precisaram ser alteradas para que se evitasse maiores impactos ambientais. Ela, contaria com quatro barragens que seriam localizadas no rio Xingu, o projeto alagaria uma área de 516 mil

quilômetros quadrados para a localização do lago o que precisou ser alterado para 478 mil quilômetros de extensão para reduzir os impactos e diminuir as alterações no curso do rio que banha além de Altamira outros quatro municípios localizados na região, sendo: Anapú, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Brasil novo. Além disso, foi necessário um relevo de 90 metros de altura que foi instalado no fundo rio, feito através da deposição de sedimentos e terra no rio, o que notoriamente ocasionou a morte e o desaparecimento de diversas peixes da região.

A instalação conterá 28 turbinas e com a tecnologia a fio d'água o que em tese deixaria mais sustentável, no entanto mesmo com grande projetos e planos de manejo a área ainda sofreu e sofre inúmeros problemas oriundos da construção de Belo Monte.

O que mais intriga na construção de Belo Monte é a constante mudança nos planos de execução da obra, para atender as condições exigidas pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e a pressão de órgãos de proteção aos direitos humanos e meio ambiente, uma vez que o licenciamento dessa obra sempre foi cenário de muitas tensões.

A execução da obra ainda está em andamento e a usina hidrelétrica já foi leiloada por um valor muito inferior ao gasto em sua construção, a empresa vencedora foi a Norte Energia que hoje enfrenta diversas multas impostas pelo IBAMA.

7. A CIDADE DE ALTAMIRA PÓS USINA BELO MONTE

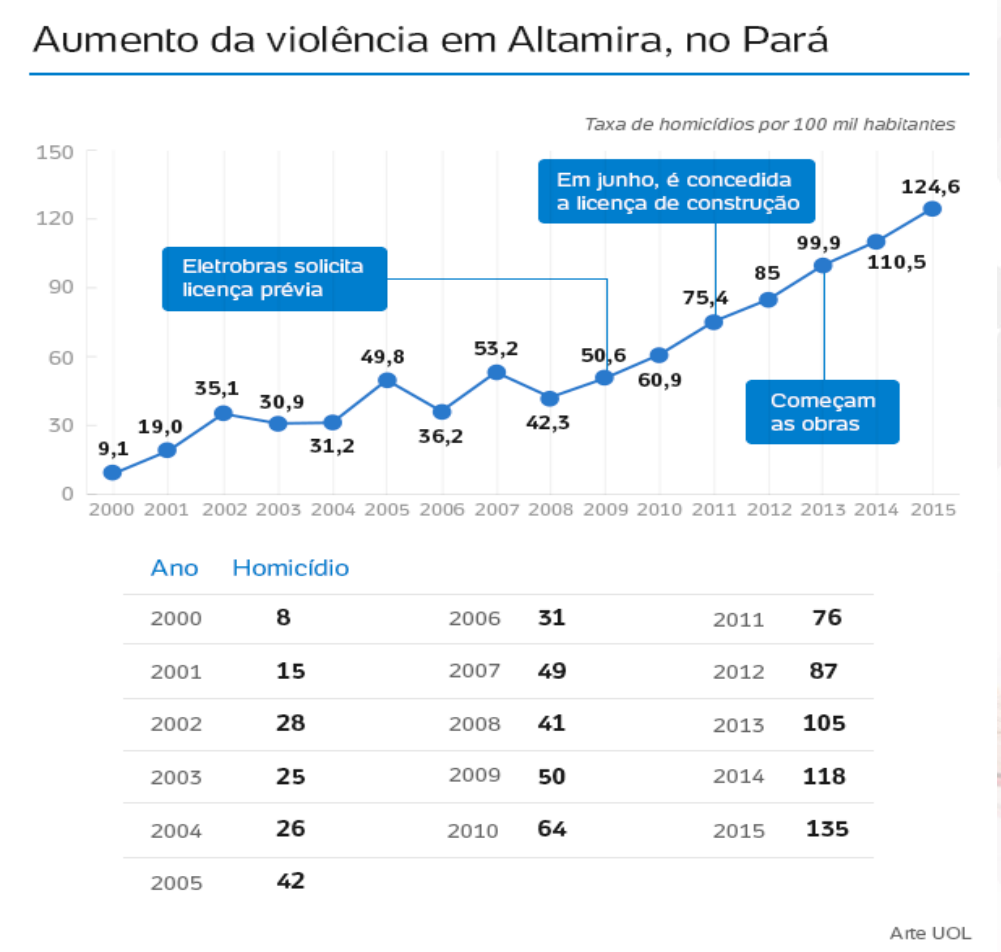
Uma grande polêmica visa a cidade de Altamira pelas mudanças ocorridas após a implantação da Usina de Belo Monte, pois, embora muita gente tenha sido contra este projeto, as manifestações contrárias não foram suficientes para mudar a decisão do atual governo à época.

Altamira foi transformada da noite para o dia, aumentando sua população de maneira bastante significativa em apenas dois anos, o que provocou grandes mudanças

para a cidade. Durante a construção da barragem, as comunidades indígenas foram indenizadas com um valor de cerca de 10 mil por mês, durante dois anos, causando uma explosão de dinheiro, o que acarretou estimulando o grande consumo e serviços modernos.

A transformação da cidade que, no início chamava a atenção pela demanda de trabalho para os profissionais competentes, veio a se tornar para os nativos um verdadeiro tormento pois após o término da construção 50 mil trabalhadores foram embora, os empregos desapareceram e a violência surgiu na cidade.

A seguir, o gráfico retrata o índice de violência na cidade de Altamira, compreendendo o período entre 2000 e 2015:



"Segundo dados do Datasus, em 2015, o município registrou 135 homicídios -- o que dá uma média de 124 mortes por 100 mil habitantes. Para efeito de comparação, a taxa é 37% maior que Honduras, país com maior taxa de homicídios do mundo, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas). No Brasil, essa média não chega a um quarto disso: 29 por 100 mil. "

Não apenas a violência social, mas também a violência sexual, violência contra mulher e o tráfico de drogas aumentaram. A falta de lazer para os nativos, em especial os jovens, ocorrido por não ter mais o rio como vizinho, por serem transferidos para os assentamentos, causou um grande índice de procura às drogas.

Altamira chegou a ser conhecida pela cidade mais violenta do mundo, com taxas de homicídio exorbitantes.

A falta de estratégias no setor de segurança pública no qual se une ao aumento da população em um curto tempo, a falta de preparação territorial, acarretou uma grande desigualdade socioeconômica, todos estes efeitos - não esperados - pela obra. Ademais, por se tratar de um projeto de grande dimensão deveria ter sido levado em conta e respeitar as diversidades regionais e culturais existentes em cada cidade atendendo interesses da população.

Outra implicação decorrente da Usina Belo Monte, de acordo com estudos ambientais, é a barragem do rio Xingu, no qual consta informações sobre que seu lençol freático vai subir, fazendo com que as fossas tenham contato com os poços artesanais das casas, causando a contaminação da água que as pessoas bebem.

Os pescadores da região também sofreram com os impactos da Usina, estes relatam a escassez de peixe na região da hidrelétrica. Em estudos entre especialistas em meio ambiente na cidade de Altamira em Belo Monte, a alteração do fluxo ao rio Xingu e o desmatamento podem ter acelerado efeitos regionais das mudanças climáticas prejudicando os meios de subsistência das comunidades ao longo do rio Xingu.

A verdade é que os danos a população foram gigantescos, não somente material como também emocional, principalmente aos índios e ribeirinhos que conviviam direto com a natureza, uma destruição a sua cultura, a perda da conexão com a cultura é muito difícil de suportar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte trouxe muitas implicações negativas para a cidade de Altamira, tendo em vista a inobservância ou não aplicação dos mecanismos, planos e projetos de contenção dos problemas ambientais resultantes da execução da obra.

Ademais, pode-se levantar a questão da falta de fiscalização efetiva por parte dos gestores públicos, bem como dos construtores quanto seguir as determinações dos princípios essenciais que visam assegurar o desenvolvimento sustentável, tendo em vista que, de acordo com os dados colhidos durante a pesquisa, o interesse de expansão ultrapassou os limites sociais e ambientais daquela região, acarretando um crescimento exponencial de problemas e marginalização naquela localidade.

REFERÊNCIAS

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/04/depois-de-belo-monte-altamira-pa-supera-taxa-de-homicidios-de-pais-mais-violento-do-mundo.htm?foto=3>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

Disponível em: <https://pt.mongabay.com/2018/06/legado-belo-monte-danos-causados-pela-usina-na-amazonia-nao-terminaram-apos-construcao-historia-fotografica/>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2016/07/usina-de-belo-monte-causa-impactos-ambientais-e-sociais-em-altamira-pa.html>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ricardo_Dagnino/publication/233381876_Grandes_projetos_de_desenvolvimento_e_implicacoes_sobre_as_populacoes_locais_o_caso_da_usina_de_Belo_Monte_e_a_populacao_de_Altamira_Para/links/09e41509eafecd3651000000/Grandes-projetos-de-desenvolvimento-e-implicacoes-sobre-as-populacoes-locais-o-caso-da-usina-de-Belo-Monte-e-a-populacao-de-Altamira-Para.pdf>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6973>. Acesso em: 30 de março de 2019.

Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

Disponível em:<https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/a-usina>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

Disponível em:<https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/historico>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

Disponível em:<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/altamira.html? >. Acesso em: 30 de mar. 2019.

Disponível em:<http://altamira.pa.gov.br/site/historia/>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

AÇÕES POSSESSÓRIAS, UM ENFOQUE NO PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

POSSESSORY ACTIONS, A FOCUS ON THE POSSESSION REITEGRATION ACTION PROCEDURE

ACCIONES POSESORIAS, UN ENFOQUE EN EL PROCEDIMIENTO DE ACCIÓN DE REINTEGRACIÓN DE POSESIÓN

Adriano Romualdo Fernandes de ARAÚJO[40]
Luiz André Câmara MEDEIROS[41]
Leonel Barbosa do NASCIMENTO[42]
Rose Mary Santana CONCEIÇÃO[43]
Sidney ALBUQUERQUE[44]
Viviane Santos de Sá e SOUZA[45]

RESUMO

Introdução: As Ações Possessórias são meios cabíveis para assegurar a posse do imóvel de quem está sendo ameaçado ou com direito lesado**. Objetivo**: O presente ensaio versa a respeito das Ações Possessórias, bem como o procedimento aplicado e de como se é dado o rito inicial até o final, dando maior ênfase à Ação de Reintegração de Posse, que tem por objetivo assegurar ao possuidor, proprietário ou não, a posse do bem, contra quem a tenha esbulhado. **Metodologia:** É utilizada nessa pesquisa um método dedutivo baseado na Constituição Federal de 1988, no Código Civil brasileiro e artigos científicos**. Resultado:** A Reintegração de Posse tem objetivo de assegurar a posse do bem do proprietário (possuidor) que, ao menos, atue de forma indireta como detentor, por este estar como possuidor do imóvel, porém, nem sempre, o possuidor é o proprietário desse bem e, por isso, não tem autonomia de reavê-lo. **Conclusão:** Portanto, a Reintegração de Posse está delineada contra o abuso do esbulho e turbação para que

[40] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: arfa297@yahoo.com.br**)**.
[41] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: luizandrecm@bol.com.br**)**.
[42] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: leonelcmt@outlook.com.br**)**.
[43] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: rosemary.s.c@hotmail.com**)**.
[44] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: sidney_albuquerque@live.com**)**.
[45] Mestre em Sociedade Democrática, Estado e Direito, UPV/2019, Espanha, Graduada em Direito - UFRN/2000, Docente e Membro do Colegiado do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte e do Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: vivianesantosdesa@globo.com**)**.

possa resguardar o direito de deter o bem do proprietário ou do possuidor legítimo, ou seja, restituir-se de quem almeja de forma violenta ou ilegalmente de um bem imóvel.

Palavras-chave: Ações Possessórias. Reintegração de Posse. Esbulho. Turbação. Possuidor.

ABSTRACT

Introduction: Possessory Actions are appropriate means to secure ownership of the property of the person being threatened or injured. **Objective:** The present essay deals with the Possessory Actions, as well as the procedure applied and how the initial rite is given until the end, giving greater emphasizing the Possession Reintegration Action which aims to assure the owner or not the possession of the good against whom it has been smashed. **Methodology:** A deductive method based on the 1988 Federal Constitution, the Brazilian Civil Code and scientific articles is used in this research. **Result:** The Reintegration of Possession aims to ensure the ownership of the property of the owner (owner) that, at least, indirectly acts as owner, because he is the owner of the property, but not always, the owner is the owner of the property. **Conclusion**: Therefore, the Reintegration of Possession is outlined against abuse of rubble and turbulence so that it can safeguard the right to detain the property of the rightful owner or possessor, that is, to return to who violently or illegally crave immovable property.

Keywords: Possessory Actions. Reinstatement of Possession. Ruble. Turbulence. Possessor.

RESUMEN

Introducción: Las acciones posesorias son medios apropiados para garantizar la propiedad de la propiedad de la persona amenazada o lesionada. **Objetivo:** El presente ensayo trata de las Acciones Posesionarias, así como el procedimiento aplicado y cómo se da el rito inicial hasta el final, enfatizando la Acción de Reintegración de Posesión, que tiene como objetivo asegurar al propietario, propietario o no, la posesión del bien contra quien ha sido aplastado. **Metodología:** en esta investigación se utiliza un método deductivo basado en la Constitución Federal de 1988, el Código Civil brasileño y artículos científicos. **Resultado:** la reintegración de la posesión tiene como objetivo garantizar la propiedad de la propiedad del propietario (propietario) que, al menos, actúa indirectamente como propietario, porque él es el propietario de la propiedad, pero no siempre, el propietario es el propietario de esta propiedad. bien y por lo tanto no tiene autonomía para recuperarlo. **Conclusión:** Por lo tanto, la reintegración de la posesión se describe contra el abuso de escombros y turbulencias para que pueda salvaguardar el derecho a detener la propiedad del propietario o poseedor legítimo, es decir, devolver a cualquier persona

que viole o ilegalmente muy quieto Acciones posesorias, reintegración de posesión, escoria, turbación, poseedor.

Palabras-clave: Acciones posesorias. Reintegración de Posesión. Escoria. Turbación. Propietario.

1 - INTRODUÇÃO

Ações Possessórias são meios cabíveis para assegurar a posse do imóvel de quem está sendo ameaçado ou com direito lesado. Tem por objetivo tutelar o possuidor de sua posse em caso de turbação e, restituído em caso de esbulho. No Código de Processo Civil estão previstas três espécies de ações para que o seu possuidor possa se resguardar dessas ameaças e são;

Manutenção de Posse, onde visa manter o indivíduo distante contra qualquer ato que o impeça de exercer o seu direito do imóvel em seu exercício pleno, ou seja, quando há uma turbação parcial desse imóvel essa manutenção tutela a utilização de seu exercício pleno.

A Reintegração de Posse é quando o possuidor do imóvel se vir despojado de utilizar do seu bem em sua totalidade de maneira injusta ou violenta, fazendo assim a utilização dessa ação para reavê-lo.

O Interdito Proibitório é movido para que o possuidor desse bem se resguarde acerca de futuras invasões, ou seja, caso haja esbulho ou turbação iminente a ocorrer a correta ação de tutela será o Interdito Proibitório.

Cada ação supracitada estabelece regras quanto ao seu procedimento podendo ser modificadas no decorrer do processo devido ao princípio da fungibilidade, ou seja, se o procedimento adotado na Ação Possessória diferir do fato em questão, poderá o Magistrado modificá-la para que o direito, a urgência de requerer o bem ou até mesmo a

celeridade e custas processuais não sejam prejudicadas com a propositura de uma nova ação por motivo do mérito ser diferente do solicitado.

O trabalho será abordado de forma dedutiva, com base na lesão que ocorre nas Ações Possessórias e como se dará a Reintegração de Posse para reaver o imóvel quando há um esbulho ou turbação, sendo observado o que rege o ordenamento e a própria decisão do magistrado na análise de caso prático.

Portanto, as Ações Possessórias são espécies de tutelas que objetivam assegurar e resguardar o possuidor de um imóvel delineado em três seguimentos onde cada uma delas tem um objetivo específico para gozar da posse legítima o detentor do imóvel que se vê na iminência ou até mesmo despojado de maneira injusta de seu bem.

2 – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE POSSE

Ao longo da história a posse assume vários conceitos e algumas devem ser consideradas, sendo de suma importância estabelecer que cada fato narrado é distinto e, bem justificado e que, há necessidade do homem se apropriar de coisas e dos bens. Partindo dessa premissa é analisada duas teorias, a objetiva e a subjetiva. “A credibilidade da sociedade que provém dos estados de aparência é fundamental para a concretude da convivência social harmônica, uma vez que esses denotam dia a dia o que vem a ser “certo” e “errado.”” (VENOSA, 2009, p. 25[46]).

Nesse sentido, segundo o autor, basta à aparência do empregado do banco em atividade, do professor em sala de aula, do motorista que dirige o taxi, entre outros, para tomarmos seus respectivos serviços como idôneos sem nos questionarmos se foram devidamente contratados ou se estão devidamente habilitados para tanto. “Assim o é com a posse. A posse consiste no estado de aparência da relação exterior intencional

[46] VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais** / Silvio de Salvo Venosa. – 15. Ed. – São Paulo Atlas, 2015. – (Coleção direito civil; v. 5).

presente entre a pessoa ou possuidor e a coisa possuída em face da função social, ou seja, é a visibilidade do domínio." (PEIXOTO, 2017, p. 27[47]).

Como já visto, anteriormente, posse não se confunde com a propriedade, muito embora contenham elementos comuns, como a "submissão da coisa à vontade da pessoa" (VENOSA, 2015, p. 34[1]) consistindo no próprio domínio. Propriedade é sinônimo de direito de usar, gozar, dispor e de reaver a coisa de quem quer que a detenha ou possua injustamente (Artigo, 1.228, CC[48]).

> "Assim sendo, a posse constitui-se enquanto objeto de proteção jurídica, como forma de adequação social e, portanto, um pressuposto essencial das ações possessórias, mesmo tendo essa iniciada sem o substrato jurídico, o caso da usucapião, por exemplo." (VENOSA, 2009, p. 25 e 26[1]).

Portanto, deve-se analisar a posse como objeto de fato ou de direito, pois uma primeira corrente a de *Savigny*, defende uma teoria subjetiva, sendo, portanto, o possuidor o detentor dos direitos sobre a coisa ligada ao direito real. Por outro lado, *Ihering*, analisa a teoria objetiva onde dá o direito a quem detém o imóvel e pode tirar-lhe proveito econômico tendo proteção jurídica quanto a este quando se trada da posse, com breves momentos em que utilizam a teoria subjetiva como exemplifica o artigo Art. 1.196[49]. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

Vale salientar que o ordenamento prevê três ações distintas quando tratamos de proteção quanto ao possuidor e sua posse, são elas: ação de reintegração de posse, ação de manutenção de posse e ação de interdito proibitório.

A ação de reintegração de posse é o remédio processual cabível quando o possuidor é despojado do bem possuído, ou seja, quando ele tem a sua posse retirada de forma integral. Neste caso temos o esbulho da posse

---

[47] PEIXOTO, Ulisses Vieira. **Direito imobiliário** / Ulisses Vieira Peixoto. – Leme (SP): JH Mizuno, 2017. p.704.

[48] BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em 29 nov. 2019.

[49] BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Livro III, Título I, Capítulo I. Acesso em 26 nov. 2019.

Já na ação de manutenção da posse, tenta-se proteger o possuidor que tem o seu exercício da posse dificultado por atos materiais do ofensor denominados de atos de turbação. Neste caso, o possuidor não perde a disposição física sobre o bem. Trata-se, portanto, chamamos de turbação da posse.

A terceira e última ação possessória é chamada de interdito proibitório, e é cabível quando o legítimo possuidor do bem sofrer uma ameaça de turbação ou de esbulho. Ou seja, embora tais atos – de turbação ou esbulho - não tenham sido praticados, o ofensor se encontra na iminência de levá-los a efeitos.

O novo Código de Processo Civil (CPC) não trouxe alterações profundas na sistemática das ações possessórias, no entanto, estabelece regras quando houver vários litigantes no polo passivo**,** possibilitando que o oficial de justiça procure os ocupantes por uma vez e faça a citação pessoal, caso não sejam encontrados, far-se-á citação por edital. Também serão intimados o Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência, a Defensoria Pública. Além disso, acrescenta que o juiz dará ampla publicidade sobre a existência da ação e dos respectivos prazos processuais, podendo se valer de anúncios em jornais ou rádios locais, publicação de cartazes na região dos conflitos e de outros meios.

Poderá o autor cumular ao pedido possessório a condenação em perdas e danos e indenização de frutos, podendo requerer, ainda, medida para evitar nova turbação e esbulho e para fiel cumprimento da tutela provisória ou final.

É mantido, no novo CPC, a natureza dúplice das ações possessórias, o que viabiliza que o réu, em sede de contestação, possa demandar proteção possessória e indenização pelos prejuízos de turbação ou esbulho cometido pelo autor.

Na pendência de ação possessória, não poderá, tanto autor quanto réu, demandar em busca de domínio da coisa, pois se discute a posse, exceto se ajuizada em face de terceira pessoa.

Ademais, rege-se pelo procedimento especial do título III, capítulo III as ações fundadas em posses novas (até 1 ano e dia) e as fundadas em posse velha (mais de 1 ano e dia) serão regidas pelo procedimento comum.

Preserva-se também a possibilidade de o autor prestar caução, caso o réu prove a qualquer tempo que ele carece de idoneidade financeira para, no caso de sucumbência, responder por perdas e danos, situação em que o juiz designar-lhe-á o prazo de cinco dias para requerer caução, real ou fidejussória, sob pena de ser depositada a coisa litigiosa, exceto para aqueles que sejam economicamente hipossuficientes.

O novo CPC deixa claro que, sendo concedido ou não o mandado liminar de reintegração ou manutenção de posse, o autor deve promover nos 5 dias subsequentes a citação do réu para oferecer contestação em 15 dias, diferente do procedimento comum que, geralmente, a citação é para a audiência.

Um relevante dispositivo trazido pelo CPC diz respeito às regras para os litígios coletivos sobre a posse do imóvel e também sobre a propriedade do imóvel. O CPC[50] prevê que nos litígios coletivos sobre posse do imóvel que fundar-se em turbação ou esbulho com mais de um ano e dia (posse velha), o juiz deve antes de apreciar pedido de liminar**,** designar audiência dentro de trinta dias.

Sendo expedida a liminar e se não for cumprida em um ano, o juiz deve designar uma audiência de mediação. Será também intimado Ministério Público e a Defensoria pública em caso de haver beneficiário da Justiça Gratuita.

O juiz poderá se fazer presente na área objeto do litígio se necessário para efetivação da tutela jurisdicional, além disso, os órgãos responsáveis pela política agrária e pela política urbana da União, de Estado ou do Distrito Federal e de Município onde se situe a área objeto do litígio poderá ser intimados para a audiência, a fim de se

[50] BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Título III, Capítulo III, Seção II. Acesso em 26 nov. 2019.

manifestarem sobre seu interesse no processo e sobre a existência de possibilidade de solução para o conflito possessório.

Cumpre salientar que o novo CPC praticamente não altera as regras hoje existentes acerca das ações possessórias, mas acrescenta alguns dispositivos regulamentando, em especial, a legitimidade coletiva e a possibilidade de mediação em conflitos derivados da posse de bens.

Umas das inovações encontra-se prevista artigo 554[51], § 1º do CPC, senão vejamos a redação:*

> "No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, será feita a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais; será ainda determinada a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública."

Neste caso, o oficial de justiça procurará os ocupantes no local por uma vez e os que não forem identificados serão citados por edital.

Ainda, o juiz dará ampla publicidade acerca da existência da ação e dos respectivos prazos processuais, podendo se valer de anúncios em jornais ou rádios locais, publicação de cartazes na região dos conflitos e de outros meios.

Ademais, de acordo com o art. 555[52], CPC (com modificações que serão destacadas):

> "Art. 555. É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de: I - Condenação em perdas e danos; II - Indenização dos frutos.
>
> Parágrafo único. Pode o autor requerer, ainda, imposição de medida necessária e adequada para: I - Evitar nova turbação ou esbulho; II - Cumprir-se a tutela provisória ou final."

[51] BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Título III, Capítulo III, Seção I. Acesso em 28 nov. 2019.
[52] Ibid. Título III, Capítulo III.

Todavia, conforme já informado, poucas foram às alterações sofridas pelas ações possessórias, sendo que alguns dos artigos apenas reproduzem o que hoje já é previsto. Exemplo disto é o art. 556[53], CPC, que manteve o disposto no atual art. 922[54], CPC traduzindo a natureza dúplice das ações possessórias. Segundo tal artigo, é lícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.

Portanto, desta feita, a posse como um direito, um interesse juridicamente protegido, é tutelada. A sua tutela deriva da garantia prevista no art. 5º[55], XXXV da Constituição Federal, cabendo à intervenção do Poder Judiciário sempre que houver lesão ou ameaça ao direito.

3 - REINTEGRAÇÃO DE POSSE

3. 1. Procedimento Especial da Reintegração de Posse.

No contexto esboçado estão delineadas as tutelas ou ações possessórias contra esbulho e turbação, como já demonstradas, que irão resguardar o direito à posse, seja para retomada da posse (ação de reintegração da posse) ou conservação da posse (ação de manutenção da posse), seja para afastar perigo iminente de embaraço ou moléstia ao exercício pleno da posse (interdito proibitório), para falar apenas das ações possessórias típicas, conforme prevê os artigos 554 a 568[56], do Código de Processo Civil.

Dentre estas, destacar-se-á neste tópico a reintegração de posse, que se configura por medida judicial que visa resguardar o proprietário ou possuidor legitimo de

[53] Ibid. Título III, Capítulo III.
[54] Ibid. Título IV, Capítulo I.
[55] BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Título II, Capítulo I. Acesso em 28 nov. 2019.
[56] Ibid. Capítulo III, Seção III.

determinado bem no direito de reintegrar-se na posse perdida ou esbulho. Ou seja, restituir-se daquilo de que, violenta ou ilegitimamente, lhe foi despojado.

O esbulho enseja a ação de reintegração de posse. Ocorre o esbulho quando o possuidor fica injustamente impedido da posse, mesmo que seja sem violência. Por exemplo, quando o comodatário ao finalizar o contrato não restitui o bem ao proprietário. Em contrapartida, "na locação, finda a relação contratual, também seria caso possessória, porém, a lei inquinaria (Lei 8.245/1991) exige que a ação seja sempre de despejo" (VENOZA, 2015, 159[57]). Ou seja, dever-se-á buscar a resolução do contrato de locação em ação própria.

Conforme Art. 560, do mesmo diploma, *o possuidor tem direito a ser mantido na posse, em caso de turbação, e, reintegrado, em caso de esbulho*. Uma vez que a posse pode ser perdida por estes dois ilícitos. No esbulho, o possuidor perde a posse na sua totalidade ou parte dela. Enquanto na turbação o que ocorre é a frustração do exercício pleno da posse (PEIXOTO, 2017, p. 71[58]).

A Ação de Reintegração de Posse dar-se-á por procedimento especial quando a mesma for proposta dentro de um ano e dia da turbação ou do esbulho expresso na petição inicial. Isto é, a ação deve estar dentro do prazo e demostrar as provas do art. 561[10] e incisos: a) da posse; b) do esbulho praticado pelo réu; c) da data da ocorrência do esbulho; d) da perda da posse. Em não contemplado esse requisito, o procedimento será comum (Art. 558 e Parágrafo Único, CPC[10]).

Veja-se, o lapso temporal não se tratar o requisito da tutela possessória em si, e sim de mera técnica processual ou procedimento. Importa essa distinção. "O direito à tutela possessória não perde seu conteúdo pelo fato de ter passado o prazo de ano e dia, o que varia é apenas o emprego da técnica antecipatória e da sentença executiva" (PEIXOTO, 2017, p. 69[12]).

[57] VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais** / Silvio de Salvo Venosa. – 15. Ed. – São Paulo Atlas, 2015. – (Coleção direito civil; v. 5).
[58] PEIXOTO, Ulisses Vieira. **Direito imobiliário** / Ulisses Vieira Peixoto. – Leme (SP): JH Mizuno, 2017.

Ainda, segundo Peixoto, em contrário, extrapolado o prazo de ano e dia, a concessão da tutela exige, além dos requisitos do art. 561, CPC[10], a demonstração do caráter urgente da demanda, não perdendo, todavia, a natureza possessória da lide. Nesse sentido, Carlos Roberto Gonçalves assevera:

> "Hodiernamente, todas as ações possessórias, tanto as de força nova, quanto as de força velha, seguem o procedimento comum, depois de oferecida a contestação, como estatui o art. 566 do estatuto processual de 2015. O único traço distintivo entre elas é que somente nas primeiras, nas ações de força nova, tem cabimento expedição de mandado liminar de manutenção ou reintegração de posse" (GONÇALVES, 2018, p. 155[59]).

Caso a petição inicial esteja devidamente instruída, segundo o procedimento especial, "o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição de mandado, caso contrário determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada" (Art. 562, CPC[10]). Ressalte-se que contra pessoas jurídicas de direito público não será deferida liminar sem prévia audiência (Parágrafo único do mesmo artigo).

> "Uma vez que a decisão que concede ou denega tutela liminar não põe fim ao processo, trata-se de decisão interlocutória, cabendo, portanto, agravo de instrumento como recurso; não havendo agravo, em regra, a matéria somente será apreciada em sentença final" (GONÇALVES, 2018, p. 164[60]).
>
> "Ainda, a execução da sentença difere da execução de título extrajudicial, que concede prazo de quinze dias para o cumprimento, no caso da possessória, o juiz ordena que o oficial de justiça expulse o esbulhador e reintegre o esbulhado na posse, tal como uma ação de despejo" (GONÇALVES, 2018, p. 167[14]).

Por fim, segundo o autor, com base no art. 555[61], CPC, as ações possessórias visam, além de repreender o ato ilícito (violação da posse), à indenização, um preceito cominatório e o desfazimento de obras e implementos realizados na duração do esbulho, bem como a prevenção contra reincidência do ato ilícito.

---

[59] GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro,** volume 5: direito das coisas / Carlos Roberto Gonçalves. 13 ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
[60] GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro,** volume 5: direito das coisas / Carlos Roberto Gonçalves. 13 ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
[61] BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Capítulo III, Seção I. Acesso em 28 nov. 2019.

3.2. Petição inicial na ação de reintegração de posse

A Petição na ação de reintegração de posse apresenta os mesmos pontos que uma petição inicial, tais como: qualificação das partes, os fatos, fundamentação jurídica e pedido.

Tratando-se de pedido de reintegração de posse, dever ser analisados os requisitos legais, estes devem ser firmemente seguidos conforme dispõe o art. 561[62] do CPC:

> ART. 561- Incumbe ao autor provar: A sua posse; A turbação ou o esbulho praticado pelo réu; e A data da turbação ou do esbulho.

Segundo o CPC, sem comprovar a posse, o esbulho, data do esbulho e a perda da posse não há que se falar em deferimento da reintegração e muito menos de uma liminar.

A posse deve ser comprovada pelo autor, ou seja, faz-se imprescindível que o autor prove a sua posse, pois caso não aconteça tal ação, será julgada improcedente. A posse que, por exemplo, pode ser provada por testemunhas, ou documentos.

A data do esbulho também é um dos requisitos essenciais, pois é através dessa informação que saberemos qual rito a ação de reintegração irá seguir: ordinário ou sumário. Desse modo, pode-se dizer que, quem ingressa com ação de reintegração de posse comprovando que o esbulho ocorreu dentro de um ano e dia (ação de força nova), a data do ajuizamento da ação, terá direito ao rito especial com pedido liminar. Já nas ações de força velha, aquelas que forem ajuizadas fora do prazo de um ano e dia, eis a importância do prazo do esbulho.

Portanto o artigo 562[63] do CPC traz em seu enunciado algo que é de grande importância para o autor de uma petição inicial, de uma ação de reintegração de posse,

[62] Ibid. Capítulo III, Seção II.

conforme seu enunciado, estando à petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá sem ouvir o réu a expedição de mandado de manutenção ou reintegração de posse; caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

4 - CONCLUSÃO

Ações Possessórias são espécies de tutelas que objetivam assegurar e resguardar o possuidor de um imóvel delineado em três seguimentos onde cada uma delas tem um objetivo específico para gozar da posse legítima o detentor do imóvel que se vê na iminência ou até mesmo despojado de maneira injusta de seu bem.

Ante ao que foi exposto, percebemos que as ações possessórias são meios cabíveis para assegurar a posse do imóvel de quem está sendo ameaçado ou com direito lesado. Tendo por objetivo tutelar o possuidor de sua posse em caso de turbação e, restituído em caso de esbulho. Objetivam essas tutelas assegurar e resguardar o possuidor de um imóvel, cujo, sofreu algumas das turbações narradas alhures.

Deve-se analisar a posse como objeto de fato ou de direito, pois uma primeira corrente a de *Savigny*, defende uma teoria subjetiva, sendo, portanto, o possuidor o detentor dos direitos sobre a coisa ligada ao direito real e a segunda defende uma analise a teoria objetiva onde dá o direito a quem detém o imóvel e pode tirar-lhe proveito econômico tendo proteção jurídica quanto a este.

Portanto, Ação de Reintegração de Posse, assim como as demais ações possessórias, tem como requisito para a sua admissibilidade, além dos previstos no artigo 319 do Código de processo Civil, a prova da posse pelo autor, conforme preceitua o artigo 561[10] do CPC. Não basta, portanto, a descrição da coisa possuída, ou a prova do

[63] BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Capítulo III, Seção II. Acesso em 28 nov. 2019.

domínio, faz-se necessário provar que sobre esta que o autor exercia a posse, sendo este fato, exemplificado como um poder inerente à propriedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em 29 nov. 2019.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Capítulo III, Seção II. Acesso em 28 nov 2019.

DINIZ, Maria Helena, Código Civil anotado. São Paulo: Saraiva. 2015. P. 104.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro,** volume 5: direito das coisas / Carlos Roberto Gonçalves. 13 ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto Direito Civil brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2011. p.151.

https://www.jus.com.br/artigos/57725/acoes-possessorias. Acesso em 26 out 2019.

PEIXOTO, Ulisses Vieira. **Direito imobiliário** / Ulisses Vieira Peixoto. – Leme (SP): JH Mizuno, 2017. p.704.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais** / Silvio de Salvo Venosa. – 15. Ed. – São Paulo Atlas, 2015. – (Coleção direito civil; v. 5).

ALIENAÇÃO PARENTAL COMO VIOLADOR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

PARENTAL ALIENATION AS A VIOLATOR OF THE FUNDAMENTAL RIGHTS OF CHILDREN AND ADOLESCENTS AND THEIR HISTORICAL EVOLUTION

LA ALIENACIÓN DE LOS PADRES COMO VIOLADOR DE LOS DERECHOS FUNDAMENTALES DE NIÑOS Y ADOLESCENTES Y SU EVOLUCIÓN HISTÓRICA

Adson Gabriel da Silva PEREIRA[64]
Daniele Dias COSMO[65]
Hélio Marques da Silva SANTOS[66]
Iandra Elen Dantas Oliveira VENTURA[67]
Jucicleide Lira do NASCIMENTO[68]
Alan Dias BARROS[69]

RESUMO

Trata da alienação parental como violadora dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, e sua evolução histórica. O surgimento do divórcio e sua ascensão contribuíram de forma significativa para o surgimento de novos tipos de família, promovendo conflitos familiares motivados por sentimentos diversos, tais como: frustração, insegurança e desamparo. Em meio a essa realidade, a mágoa oriunda do processo de término do relacionamento amoroso, faz com que a criança se torne um meio de vingança, movido por uma das partes, no intuito de atingir o ex-cônjuge. O objetivo dessa pesquisa é analisar o posicionamento e a visão jurídica sobre o tema, bem como averiguar o processo referente ao posicionamento jurídico perante a criança e ao adolescente na forma punitiva. Foram utilizadas, como base metodológica,

[64] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: gabrieladson99@gmail.com).
[65] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: danidias710@gmail.com).
[66] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: heliomarques1995@hotmail.com).
[67] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: iandra123elen@gmail.com).
[68] Discente de Direito pelo Centro Universitário Natalense, (E-mail: jucylira21@hotmail.com).
[69] Mestre em Direito Constitucional - UFRN/2013, Graduado em Direito - UFRN/1998, Docente da UNINASSAU, Professor Universitário, Orientador/TCC e Membro do NDE do Curso de Direito do IESRN e do UNICEUNA, (E-mail: alandbarros@yahoo.com.br).

pesquisas bibliográficas e doutrinárias. Dessa forma, é possível concluir que a alienação parental pode acarretar diversos fatores prejudiciais à prole. Diante do ordenamento jurídico, é imprescindível a participação ativa do Ministério Público no enfrentamento à alienação parental e que o Estado proteja os direitos fundamentais das crianças e adolescentes de qualquer violação desses direitos, para que não estejam inseridos em contexto social e familiar hostil, mas cresçam em um ambiente saudável e harmonioso.

Palavras-chaves: Direitos fundamentais, Dignidade da pessoa humana, Crianças e adolescentes, Constituição.

ABSTRACT

It deals with parental alienation as a violation of the fundamental rights of children and adolescents, and its historical evolution. The emergence of divorce and its ascension contributed significantly to the emergence of new types of family, promoting family conflicts motivated by various feelings, such as: frustration, insecurity and helplessness. In the midst of this reality, the grief arising from the process of ending the love relationship, makes the child become a means of revenge, moved by one of the parties, in order to reach the former spouse. The objective of this research is to analyze the position and the legal view on the subject, as well as to investigate the process regarding the legal position before the child and adolescent in the punitive form. Bibliographic and doctrinal research were used as a methodological basis. Thus, it is possible to conclude that parental alienation can cause several factors harmful to the offspring. Faced with the legal system, it is essential that the Public Prosecutor's Office actively participates in the fight against parental alienation and that the State protects the fundamental rights of children and adolescents from any violation of these rights, so that they are not inserted in a hostile social and family context but grow up in a healthy and harmonious environment.

Keywords: Fundamental rights, Dignity of the human person, Children and adolescents, Constitution.

RESUMEN

Trata la alienación parental como una violación de los derechos fundamentales de los niños, niñas y adolescentes, y su evolución histórica. El surgimiento del divorcio y su ascensión contribuyó significativamente al surgimiento de nuevos tipos de familia, promoviendo conflictos familiares motivados por diversos sentimientos, tales como: frustración, inseguridad e impotencia. En medio de esta realidad, el dolor que surge del proceso de terminar la relación

amorosa hace que el niño se convierta en un medio de venganza, movido por una de las partes, para llegar al excónyuge. El objetivo de esta investigación es analizar la posición y la visión jurídica sobre el tema, así como investigar el proceso relativo a la posición jurídica ante el niño, niña y adolescente en forma punitiva. Como base metodológica se utilizaron investigaciones bibliográficas y doctrinales. Por lo tanto, es posible concluir que la alienación de los padres puede causar varios factores perjudiciales para la descendencia. Frente al sistema jurídico, es fundamental que el Ministerio Público participe activamente en la lucha contra la alienación parental y que el Estado proteja los derechos fundamentales de los niños, niñas y adolescentes frente a cualquier violación de estos derechos, para que no se inserten en un contexto social y familiar hostil, sino que crezcan en un ambiente sano y armónico.

Palabras-clave: Derechos fundamentales, Dignidad de la persona humana, Infancia y adolescencia, Constitución.

1.0 INTRODUÇÃO

No âmbito internacional os direitos da criança e do adolescente vêm sendo analisados desde a Convenção de Genebra de 1924, perpassando a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Declaração dos Direitos da Criança de 1959, e com a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, que foi de suma importância para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, no Brasil. será analisado a importância da Constituição Federal de 1988 quanto ao respaldo dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, reconhecendo os menores enquanto sujeitos de direitos fundamentais, antes mesmo da aprovação, pela Assembleia Geral da ONU, da inovadora Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989.

O presente trabalho trata da alienação parental como violadora dos direitos fundamentais da criança e do adolescente e dos princípios que respaldam esses titulares de direitos, abordando as consequências psicológicas e emocionais oriundas desse processo de divórcio, que pode promover conflitos diversos. Apontando de forma sucinta o posicionamento dos tribunais diante dessa conjuntura.

Esses direitos fundamentais evoluíram ao longo do tempo, diante das transformações históricas e sociais, tendo em vista que são direitos básicos característicos da pessoa. Dessa forma, com o advento da constituição Federal de 1988 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando direitos fundamentais necessários e interligados entre si que devem ser implementados pelo Estado, pela sociedade e pela família, garantindo assim, um desenvolvimento sadio e harmonioso para as crianças e adolescentes.

A alienação parental traz relação entre a psicologia e o direito, devido a causar danos psicológicos e a violar direitos fundamentais relacionados a dignidade da pessoa humana, principalmente os direitos à convivência familiar, à sua saúde (psíquica), assim como o direito ao respeito. Assim, na violação desses direitos o estado deve apresentar prevenções e aplicar medidas punitivas, em casos de violações desses direitos fundamentais, consagrados as crianças e adolescentes respaldados nos artigos 226 e 227, bem como no ECA e na Lei nº 12.318 de 2010, que trata da Alienação Parental.

Foram utilizadas, como base metodológica, pesquisas bibliográficas e doutrinárias, trazendo a que mais se adequa à problemática em questão. Mostrando artigos e citações que fundamentem o embasamento jurídico e posicionamentos em relação ao tema.

O objetivo dessa pesquisa é analisar o posicionamento e a visão jurídica diante da alienação parental, bem como averiguar o processo referente ao posicionamento jurídico perante a criança e ao adolescente na forma punitiva.

2.0 Breve análise: Lei da alienação parental

No que diz respeito a alienação parental pode-se mencionar a LEI Nº 12.318, art.2 inserida na constituição de 1988:

> "Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este."

Os motivos que levam o genitor ou outro parente da vítima da alienação parental a praticarem tal ato são diferentes, até porque é um ato que decorre de um sentimento pessoal, e, portanto, subjetivo, de cada pessoa que se encontra na situação de separação.

Por mais que a alienação parental esteja descrita no parágrafo único da lei acima citada, essa lista é apenas exemplificativa, pois tal prática pode ocorrer de diversas formas, são elas:

> **Parágrafo único.** São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:
>
> I - Realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade; II - Dificultar o exercício da autoridade parental; III - Dificultar contato de criança ou adolescente com genitor; IV - Dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar; V - Omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço; VI - Apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente; VII - Mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Ante o parágrafo descrito, verifica-se que existem inúmeras condutas passíveis de serem tipificadas como alienação parental, pois, o Norte para se verificar a ocorrência da alienação é identificar a intenção do alienador, sendo assim, basta que uma das partes esteja com intenção de fazer o menor rejeitar seu genitor, ou causar qualquer prejuízo na sua interação familiar, de forma que impacte negativamente na formação psíquica social da criança.

Conforme publicação do ministério público do Paraná (MPPR) é irrealizável estimar o número de filhos (menores de idade) vítimas de alienação parental. Pois, os processos judiciais correm em segredo de Justiça e os conselhos tutelares são pouco procurados - quando são procurados não preenche o sistema de informações nacional para a criança e adolescente (SIPIA) sobre com o problema.

Segundo o IBGE, existem no Brasil cerca de 45 milhões de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. Só de crianças, que é o público vulnerável, temos cerca de 39 milhões (faixa etária de 0 a 12 anos). A maior parte delas vive em famílias cujos pais

não são separados. As estatísticas existentes de filhos de pais separados compreendem o período 2003 a 2010. Ademais, no Brasil existem 618.363 crianças e adolescentes (menores de 18 anos) cujos pais são separados. De acordo com os dados apresentados nesses períodos, a taxa de divórcio no Brasil é de 1,8 para cada 1 mil pessoas. E a de separações é de 0,5 para cada 1 mil. Além disso, 40,3% são de casais sem filhos e 22% só têm filhos maiores de idade. Entre 2000 e 2010 foi de 3,7 milhões - só que a maioria (70%) é consensual.

3.0 CONSEQUÊNCIAS DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Uma das comuns consequências desta alienação é a chamada Síndrome de Alienação Parental, na qual, segundo Paulo Nader, em sua Obra Curso de Direito Civil (2016,p.361), relata que a criança sofre distúrbios psíquicos que surge desde, falsas memórias, características não condizentes com a do alienado, fazendo com que o menor absorva de forma negativa uma visão totalmente destorcida perante um dos seus genitores, até realmente acreditar que o genitor alienado é mau e, consequentemente, o genitor alienante é bom.

Segundo o site SAP – Síndrome da Alienação Parental, as crianças e adolescentes apresentam os seguintes sintomas:

[...] Apresenta um sentimento constante de raiva e ódio contra o genitor alienado e sua família.

Se recusa a dar atenção, visitar, ou se comunicar com o outro genitor.

Guarda sentimentos e crenças negativas sobre o outro genitor, que são inconsequentes, exageradas ou inverossímeis com a realidade. [...] (Segundo o site SAP – Síndrome da Alienação Parental. Online).

- ✓ Ainda no mesmo site, o autor narra que as vítimas são mais propensas a:
- ✓ [...] Apresentar distúrbios psicológicos como depressão, ansiedade e pânico.
- ✓ Utilizar drogas e álcool como forma de aliviar a dor e culpa da alienação.
- ✓ Cometer suicídio.

- ✓ Apresentar baixa autoestima.
- ✓ Não conseguir uma relação estável, quando adultas.
- ✓ Possuir problemas de gênero, em função da desqualificação do genitor atacado. [...] (Segundo o site SAP – Síndrome da Alienação Parental. Online).

Percebe-se, portanto, que os efeitos da alienação parental na vítima são bastante prejudiciais a sua saúde, tanto física quanto mental, podendo resultar em danos mais "leves", tais como acreditar que aquele genitor alienado é uma pessoa má, quanto em danos mais graves, como depressão ou propensão ao suicídio.

4.0 PROTEÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Para Fachinetto, a partir do momento em que houve a inclusão da doutrina da proteção integral no ordenamento jurídico brasileiro através do artigo 227, substituindo a então, Doutrina da Situação Irregular, a criança e ao adolescente passam a ser reconhecidos como sujeitos de direito, sendo estes, reconhecidos pelas constituições de cada país, convenções e estatutos como (ECA) Estatuto da Criança e Adolescente, devendo ser apreciados pela condição de pessoas em desenvolvimento.

Vale salientar que, em âmbito internacional, a preocupação com a proteção dos menores já vem de longa data.

Consoante com os marcos históricos podemos citar fatos que impulsionaram e serviram de base para proteção da criança e adolescente, dentre eles: A Convenção de Genebra de 1924, onde viu uma necessidade de proteção especial destinada à infância, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que analisa "a maternidade e a infância como direito a ajuda e a assistência especiais", além de garantir que "todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, usufruem da mesma proteção social".

No ano de 1959 a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração dos Direitos da Criança, que tratou dos dez princípios gerais de proteção à infância. Vale mencionar que a Declaração sobre os Direitos da Criança de 1989 foi incorporada pelo

ordenamento jurídico brasileiro, através do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.

No que diz respeito aos documentos internacionais de proteção aos menores, “não há como deixar de ressaltar a postura de vanguarda do Brasil, ao assumir, em 1988, o compromisso com a Doutrina da Proteção Integral”, antecipando-se à aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança, que foi de suma importância para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.[26] Sendo assim, a Doutrina da Proteção Integral está descrita no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o qual assegura, enquanto dever da família, da sociedade e do Estado, a prioridade absoluta aos interesses da criança e do adolescente.

No que se refere aos direitos fundamentais destinados à criança, adolescente e ao jovem, especialmente no caput do artigo 227 da constituição federal de 88, de acordo com a lei estes indivíduos têm direitos a convivência familiar, à saúde (aqui analisada em sua dimensão psíquica) e ao respeito, por se entender que estes são os direitos fundamentais com maior potencial de violação perante a alienação parental.

A convivência familiar é, portanto, um direito fundamental, com absoluta prioridade à criança e ao adolescente, por se compreender que a família é o berço da sociedade e nele o indivíduo aprende a desenvolver suas primeiras experiências interpessoais.

O direito fundamental à saúde (psíquica) está relacionado ao direito fundamental à convivência familiar, pois a partir do momento em que a família proporciona um ambiente familiar harmonioso, impacta positivamente no desenvolvimento do menor, garantindo assim a sua desenvoltura no comportamento pessoal futuro perante a sociedade.

Sarlet afirma que:

> “não restam dúvidas de que a dignidade da pessoa humana engloba necessariamente respeito e proteção da integridade física e emocional (psíquica) em geral da pessoa”. Para Pereira, “a estruturação psíquica dos

> sujeitos se faz e se determina a partir da relação que ele tem com seus pais". E conclui o autor que os direitos da criança e do adolescente não podem ser considerados apenas como um "conjunto de competências atribuídas aos pais, convertendo-se em um conjunto de deveres para atender o melhor interesse do filho, principalmente no que tange à convivência familiar".

5.0 NORMAS APLICADAS À ALIENAÇÃO PARENTAL

O responsável pela guarda do menor que, de forma abusiva imponha barreiras parental na relação com o filho, prejudicará o ato de exercer os direitos e garantias constitucionais quanto a sua formação, sendo assim, impondo aos juízes de direito uma conduta coercitiva perante os diversos efeitos causados por essa síndrome.

No sentido de garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, bem assim em um contexto no qual os relatos sobre o sofrimento de infantes vítimas de alienação parental se tornaram espantosamente corriqueiros, foi sancionada pelo Presidente da República, em agosto de 2010, a Lei nº 12.318/10, que dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ainda, como norma especial, veja-se o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente:

> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

No que diz respeito às consequências jurídicas imputadas ao agente causador da alienação parental, o Art. 6° da Lei n° 12.318/2010 esclarece que o Juiz poderá, ao

constatar a ocorrência da alienação parental, efetuar uma das medidas descritas nos incisos do mencionado artigo, quais sejam:

> I - Declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador; II - Ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado; III - Estipular multa ao alienador; IV - Determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial; V - Determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão; VI - Determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente; VII - declarar a suspensão da autoridade parental.
>
> Parágrafo único. Caracterizada mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para a residência ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar

Por fim, os artigos 7° e 8° versam sobre a guarda compartilhada e alteração de domicílio do menor, e, conforme já mencionado, os art. 9° e 10° foram vetados, veja:

> Art. 7° A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.
>
> Art. 8° A alteração de domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar, salvo se decorrente de consenso entre os genitores ou de decisão judicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Assim, conclui-se, portanto, que a alienação parental ainda é um dos grandes desafios do direito brasileiro, pois apesar desses direitos fundamentais estarem respaldados na constituição ainda são violados na prática, mesmo com o avanço e a melhoria no âmbito jurídico que busca sanar a prática da alienação parental, ainda está presente na nossa realidade e cresce de forma significativa.

É preciso que o Estado, como garantidor dos direitos fundamentais, torne real esse âmbito saudável e harmonioso para o crescimento saudável do menor, garantindo que essa prática não ocorra, no entanto, se porventura ocorrer, que sejam aplicadas penas cabíveis garantindo que novas práticas não venham a ocorrer. E que, desta forma,

as crianças tenham seus direitos, como sujeitos de direito, respeitados e consagrados pelos seus genitores, pelo Estado e pela justiça.

REFERÊNCIAS:

GONÇALO.M, Janete . **Efeitos jurídicos da alienação parental com base na Lei 12.318/2010. conteúdo jurídico,2017. Disponível em:** http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51056/efeitos-juridicos-da-alienacao-parental-com-base-na-lei-n-12-318-2010>**. Acesso em: 05, de outubro de 2019.**

ALMEIDA, Joyce. Crianças e adolescentes como sujeitos de direito**. jus.com.br ,2017. Disponível em:** <jus.com.br/artigos/59368/criancas-e-adolescentes-como-sujeitos-de-direito>**. Acesso em: 20, de outubro de 2019.**

Direito de Família — Alienação parental. MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ. Disponível em: <http://www.mppr.mp.br/pagina-6665.html>. **Acesso em: 22, de outubro de 2019.**

CARDOSO, Ane. C. Alienação Parental e Síndrome da Alienação Parental**.jus.com.br,2017. Disponível em:** <https://jus.com.br/artigos/62851/alienacao-parental-e-sindrome-da-alienacao-parental>**. Acesso em: 28, de outubro de 2019.**

HUGHES, Hildegardes. A síndrome da alienação parental (SAP) e suas consequências na ruptura da convivência familiar**.jus.com.br,2014. Disponível em:** <https://jus.com.br/artigos/62851/alienacao-parental-e-sindrome-da-alienacao-parental>**. Acesso em: 02, de novembro de 2019.**

Estatísticas: Alienação Parental. MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ. Disponível em: <http://www.mppr.mp.br/pagina-6665.html>. **Acesso em: 25, de outubro de 2019.**

CARVALHO, Tatiana. Sobre o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente- Família e poder familiar**. jus.com.br, 2016. Disponível em:**<https://tatianamcarvalho.jusbrasil.com.br/artigos/451489330/sobre-o-eca-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>**. Acesso em: 20, de novembro de 2019.**

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DECORRENTE DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS DO APENADO: UMA ANÁLISE À LUZ DO MASSACRE OCORRIDO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE ALCAÇUZ NO RIO GRANDE DO NORTE

CIVIL RESPONSABILITY OF THE STATE ARISING FROM THE INFRINGEMENT OF RIGHTS OF THE JUDGMENT: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF MASSACRE HAPPENED IN THE ALCACUZ STATE PENITENTIARY IN RIO GRANDE DO NORTE

RESPONSABILIDAD CIVIL DEL ESTADO DERIVADO DE LA INFRACCIÓN DE LOS DERECHOS DEL JUICIO: UN ANÁLISIS A LA LUZ DE LA MASACRE SUCEDIÓ EN EL PENITENCIAL DEL ESTADO DE ALCACUZ EN RIO GRANDE DO NORTE

Ludielly Klece Siqueira NASCIMENTO[70]

Diego Sidrim Gomes de MELO[71]

RESUMO

O presente trabalho estudar o instituto da responsabilidade civil estatal, mais precisamente a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Norte frente às mortes ocorridas na Penitenciária Estadual de Alcaçuz em 14 de janeiro de 2017. Analisará a responsabilidade estatal decorrente da violação de direitos no sistema carcerário. Exporá o aspecto deste sistema. Abordará o sistema prisional do Rio Grande do Norte, enfatizando no massacre de Alcaçuz. A metodologia aplicada para a realização do presente trabalho consistiu em pesquisa de natureza aplicada, com abordagem hipotético-dedutiva e qualitativa, com objetivo descritivo e de propor avaliação formativa, pesquisas bibliográficas e documentais, tanto no meio impresso quanto no meio

[70] Especialista em Direito Penal, Processual Penal e Criminologia - UNP/2007, Graduado em Direito - UNP/2005, Professor Universitário, Orientador/TCC e Coordenador e Supervisor de Estágio do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte - IESRN e do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA, (E-mail: diego-sidrim@hotmail.com).

[71] Especialista em Direito Penal, Processual Penal e Criminologia - UNP/2007, Graduado em Direito - UNP/2005, Professor Universitário, Orientador/TCC e Coordenador e Supervisor de Estágio do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte - IESRN e do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA, (E-mail: diego-sidrim@hotmail.com).

eletrônico, além de estudos de caso. Chegou-se à conclusão de que tem o Estado responsabilidade civil pela custódia dos apenados, de forma objetiva, estando inserida na teoria do risco.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Responsabilidade do Estado. Massacre de Alcaçuz.

ABSTRACT

This paper studies the institute of state civil liability, more precisely the responsibility of the State of Rio Grande does Norte in relation to the deaths that occurred in the State Licorice Penitentiary on January 14, 2017. It will analyze the state responsibility arising from the violation of rights in the prison system. It will expose the look of this system. It will approach the prison system of Rio Grande do Norte, emphasizing the massacre of Licorice. The methodology applied to the present work consisted of applied research, with hypothetical-deductive and qualitative approach, with descriptive objective and to propose formative evaluation, bibliographic and documentary research, both in print and electronic, besides studies of case. It was concluded that the State has civil liability for the custody of the inmates, objectively, being inserted in the theory of risk.

Keywords: Civil Liability. State Responsibility. Licorice Massacre de Alcaçuz.

RESUMEN

Este documento estudia el instituto de responsabilidad civil estatal, más precisamente la responsabilidad del Estado de Rio Grande do Norte en relación con las muertes ocurridas en la Penitenciaría estatal de regaliz el 14 de enero de 2017. Analizará la responsabilidad estatal derivada de la violación de los derechos en el sistema penitenciario. Expondrá el aspecto de este sistema. Se acercará al sistema penitenciario de Rio Grande do Norte, haciendo hincapié en la masacre de regaliz. La metodología aplicada al presente trabajo consistió en investigación aplicada, con enfoque hipotético-deductivo y cualitativo, con objetivo descriptivo y para proponer evaluación formativa, investigación bibliográfica y documental, tanto impresa como electrónica, además de estudios de caso. Se concluyó que el Estado tiene la responsabilidad civil por la custodia de los reclusos, objetivamente, que se inserta en la teoría del riesgo.

Palabras-clave: Responsabilidad civil. Responsabilidad del Estado. Massacre de Alcaçuz.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como problemática saber se a teoria do risco se aplica ao Estado quanto à administração de seus apenados. Justifica-se no fato dos massacres ocorridos com aqueles que são custodiados pelo sistema penitenciário em face do princípio da dignidade da pessoa humana. O presente trabalho estudar o instituto da responsabilidade civil estatal, mais precisamente a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Norte frente às mortes ocorridas na Penitenciária Estadual de Alcaçuz em 14 de janeiro de 2017, mais precisamente conhecido como Massacre de Alcaçuz, em que 26 vidas foram ceifadas no confronto entre facções rivais – PCC x Sindicato do Crime do RN –, número que talvez não retrate a realidade, já que várias famílias ainda hoje reclamam por seus entes desaparecidos. O Estado do Rio Grande do Norte que tinha conhecimento prévio de que um massacre estaria por acontecer e nada fez. Diante do entendimento do STF quando do julgamento de Recurso Extraordinário que entendeu pela responsabilidade do Estado pela morte de um custodiado por suicídio, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, embasado na teoria do risco, entendeu ser a responsabilidade do Estado do RN objetiva pelas vidas tiradas dos custodiados em seus presídios, como num dos julgamentos feitos pela morte de uma das 26 vítimas.

2. O COLAPSO NO SISTEMA PRISIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

Dados atualizados em 2019, revelam que o sistema prisional do Rio Grande do Norte (RN) possui 29 estabelecimentos prisionais, com 4.416 vagas e 8.618 presos, gerando um déficit de 1.962 vagas. Destes, 3.547 são presos em regime fechado, 1.214 em regime semiaberto, 1.105 em regime aberto e um total de 2.701 presos provisórios. Os demais presos encontram-se em diferentes regimes como prisão domiciliar (2.250); presos em monitoramento eletrônico (1.336); presos estrangeiros (6); presos indígenas (1) e internos em cumprimento de medida de segurança (44)[72] .

[72] Disponível em: http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/gera_relatorio.php?tipo_escolha=comarca&opcao_escolhida=27&tipoVisao=presos. Acesso em 25 abr. 2019.

Em março de 2015, após diversas rebeliões nos presídios do Estado, atentados nas ruas com queimas de ônibus, na região metropolitana de Natal, foi decretado estado de calamidade no sistema prisional potiguar.

O Decreto nº 25.017 de 16/03/15 assinado pelo então Governador do Estado, Robinson Faria, estabeleceu diversas medidas com o intuito de amenizar o caos já instalado no sistema prisional potiguar. Entre as medidas, foi criada uma força tarefa, formada pelo titular da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, pelo Coordenador de Administração Penitenciária, por um diretor de unidade prisional, por um membro do Ministério Público Estadual, por um representante do Conselho Penitenciário, por um representante do Movimento de Defesa dos Direitos Humanos no Rio Grande do Norte e por um representante da Ordem dos Advogados do Brasil[73].

Com competência para adotar e executar medidas urgentes no âmbito do sistema prisional, a força tarefa ficou com a árdua missão de buscar reestabelecer a normalidade no sistema penitenciário do RN. Para tanto, possuía como uma de suas competências, autorizar a realização de medidas que tinham como intuito principal sanar os problemas enfrentados tais como: I - a alocação de recursos orçamentários, para possibilitar o custeio das ações emergenciais, que se mostrem necessárias ao reestabelecimento da normalidade no Sistema Penitenciário do Estado, pelo prazo fixado no art. 1º deste Decreto; II - a contratação emergencial de projetos construtivos e da sua execução, para possibilitar a restauração das unidades prisionais parcialmente destruídas, como também as reformas, adequações e ampliações que se mostrem úteis à criação de novas vagas e à recuperação das já existentes, sem prejuízo da aquisição dos equipamentos indispensáveis ao seu funcionamento; III - a nomeação dos agentes penitenciários, aprovados no último concurso público, em número suficiente ao eficaz atendimento dos serviços de vigilância penitenciária; IV - o estabelecimento de relações administrativas com os órgãos competentes da União Federal, que viabilizem a concessão de financiamentos, em valores suficientes para possibilitar a construção de novos

[73] RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto Nº 25.017**, de 16 de março de 2015. Declara estado de calamidade, abrangente exclusivamente do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, para o fim de legitimar a adoção e execução de medidas emergenciais que se mostrarem necessárias ao restabelecimento do seu normal funcionamento. Disponível em: https://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000070624.PDF. Acesso em 14 abr. 2019.

estabelecimentos prisionais, bem como os serviços de reforma e ampliação dos estabelecimentos prisionais existentes e em funcionamento; V - o estabelecimento de relações Inter administrativas no âmbito do Estado do RN, com os órgãos diretivos do Poder Judiciário, da Defensoria Pública Estadual(DPRN), do Ministério Público Estadual(MPRN), do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção deste Estado (OAB/RN), visando à adoção de medidas, com destaque para a agilização dos processos e incidentes de execução penal em curso, que possibilitem ou concorram para o reestabelecimento da normalidade no Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte[74].

Com efeito, a edição deste decreto não foi suficiente para amenizar o caos instalado no sistema prisional. Os efeitos ocasionados pelas rebeliões não se limitaram apenas aos presídios, ultrapassou os limites das masmorras estatais e afetou diretamente a vida cotidiana da sociedade, que por diversas vezes teve seu direito de ir e vir cerceado diante da violência que assolou ainda mais as ruas durante o período das rebeliões.

Superadas as rebeliões do ano de 2015, que teve como resultado 16 presídios estaduais extremamente depredados, iniciou-se a tentativa de reorganização do sistema prisional. O Estado passou a investir na reforma dos presídios e na implantação de procedimentos diferenciados no tratamento dos apenados com o estabelecimento de rotinas padronizadas aos internos, visando retomar o controle dos presídios outrora perdido para as facções criminosas[75].

Entretanto, os novos procedimentos e rotinas estabelecidas aos internos como forma de controle dentro dos presídios foram alvo de várias críticas por parte de instituições ligadas a proteção de direitos humanos e por familiares dos apenados. Denúncias de torturas e abusos cometidos pelos agentes de segurança contra os internos, foram realizadas aos órgãos estaduais, como o MPRN e a Pastoral Carcerária, chegando

[74] *Ibid*.
[75] Antes da implementação dessas rotinas, entre 2015 e 2017, grande parte dos presídios do Rio Grande do Norte eram dominados por facções criminosas, onde para ser realizados procedimentos dentro dos pavilhões, se fazia necessário a presença de Grupos de Operações Especiais ou de Operações Táticas, para que os agentes penitenciários pudessem ter acesso as celas.

até a um órgão federal, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura (MNPCT). Este órgão é ligado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sendo responsável pela fiscalização nos estabelecimentos prisionais possuindo acesso às instalações de privação de liberdade, visando constatar violações, elaborar relatórios com recomendações às autoridades competentes em busca de sanar o infortúnio e adotar as devidas providências.

O MNPCT diante das informações recebidas resolveu averiguar. Realizou a fiscalização nos estabelecimentos prisionais *in loco* constatando a veracidade das denúncias[76].

Em um relatório realizado por Juliana Gonçalves Melo, Antropóloga e pesquisadora vinculada ao INEAC/INCT, da REPP- Rede de Estudos Prisionais e Punição e do Laboratório de Gestão de Políticas Penais, é relatado que na penitenciária Estadual de Alcaçuz presos são espancados, eletrocutados, insultados, privados de comida, privados de água, privados de exercer sua religião, e que os familiares dos presos são maltratados quando vão visitá-los, além de vários outros tratamentos degradantes[77]. Posteriormente todas as denúncias foram confirmadas em mais um relatório realizado pelo MNPCT que foi entregue ao Ministério dos Direitos Humanos[78].

Em um documento contendo 166 páginas entregue 5 meses depois da denúncia realizada pela antropóloga, ficou comprovado que no Estado do RN, presos estavam sendo mantidos em condições que "configuram tratamento cruel, desumano e degradante" tendo a tortura sido naturalizada no país, sobretudo quando dirigida contra corpos negros. O relatório ainda comparou a Penitenciária Estatual de Alcaçuz a *Abu Ghraib*, presídio iraquiano que foi centro de tortura durante o regime Saddam Hussein e

[76] BORGES, Helena. **Pesquisadora relata horrores em uma prisão no Rio Grande do Norte**. Disponível em: https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2018/03/pesquisadora-relata-os-horrores-de-uma-prisao-no-riogrande-do-norte.html. Acesso em 07 Jan. 2019.
[77] *Ibid*, 2019.
[78] G1 RN. **Secretaria de justiça do RN nega tortura na penitenciária de Alcaçuz denunciada em relatório**. Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2018/11/28/secretaria-dejustica-do-rn-nega-tortura-na-penitenciaria-de-alcacuz-denunciada-em-relatorio.ghtml. Acesso em 07 Jan. 2019.

escândalo mundial após a divulgação de imagens de presos sendo humilhados e torturados por soldados americanos em 2004[79].

O estado de calamidade no âmbito do sistema prisional potiguar decretado em março de 2015 perdura até os dias atuais. São 4 anos desde a publicação do decreto que tinha como objetivo restabelecer a normalidade no sistema com a implementação de medidas urgentes, mas que na prática pouco funcionou. O sistema prisional potiguar demonstrou sua falência total no dia 14 de janeiro de 2017, dia da maior rebelião da história do Rio Grande do Norte, que resultou com a morte de pelo menos 26 presos custodiados no pavilhão 4 da Penitenciária Estadual de Alcaçuz em Nísia Floresta[80].

O MASSACRE DE ALCAÇUZ – ANÁLISE DO CASO

No dia 14/01/17, na Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes, mais conhecida como Penitenciária Estadual de Alcaçuz (PEA), localizada no município de Nísia Floresta, distante 42 quilômetros de Natal, aconteceu a maior rebelião do Estado do RN[81]. Presos que se encontravam custodiados na Penitenciária Estadual Rogério Coutinho Madruga (PERCM), conhecido como pavilhão V de Alcaçuz ou Anexo de Alcaçuz, invadiram o pavilhão IV da PEA e promoveram o maior massacre já registrado em um estabelecimento prisional potiguar.

Na tarde daquele sábado, presos do pavilhão V que se denominavam membros do Primeiro Comando da Capital (PCC), se rebelaram no final da visita social e invadiram as dependências do presídio, destruindo por completo o pavilhão. Armados com facas, pedaços de ferro e armas de fogo, invadiram o pavilhão IV, onde estavam

[79] BLOG DO HEITOR GREGÓRIO. **Revista época: Peritos confirmam tortura em presídio de Alcaçuz; falta higiene e sobram doenças**. Disponível em: http://blog.tribunadonorte.com.br/heitorgregorio/revista-epoca-peritos-confirmam-tortura-em-presidio-dealcacuz-falta-higiene-e-sobram-doencas/. Acesso em 07 Jan. 2019.

[80] TRIBUNA DO NORTE. **Sistema prisional: 4 anos de calamidade**. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sistema-prisional-4-anos-de-calamidade/435104. Acesso em 07 Jan. 2019.

[81] ZAULI, Fernanda; CARVALHO, Fred. **Rebelião mais violenta da história do RN tem 26 mortos, diz governo**. Disponível em: http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2017/01/rebeliao-maisviolenta-da-historia-do-rn-tem-27-mortos-diz-governo.html. Acesso em 07 Jan. 2019.

custodiados detentos que se diziam membros da facção local Sindicato do Crime do Rio Grande do Norte (SDC). Internos do pavilhão IV ainda tentaram fugir buscando abrigo em outros pavilhões, alguns lograram êxito, outros não, conforme relatado[82]:

Com o caos instaurado, pouco pôde ser feito, o que resultou em 26 presos brutalmente assassinados. Pode-se afirmar que foi uma tragédia anunciada e que poderia ter sido evitada se os responsáveis tivessem tomado medidas preventivas, tendo em vista que havia informações de que ocorreria um grande confronto de facções. Memorandos com pedidos de providências foram enviados pelo então diretor do presídio Ivo Freire e Vice-Diretor Juciélio Barbosa da Silva para o responsável pela Secretaria de Justiça e Cidadania da época, Walber Virgulino. Tais documentos chegaram a ser enviados até três dias antes do massacre acontecer. O expediente tinha como título "Solicitação de reforço e volta a alertar para ameaças de invasão, com riscos de mortes", apenas três dias após o envio desse memorando, aconteceu o massacre[83].

A rebelião em Alcaçuz perdurou durante alguns dias, com cenas fortes de guerra campal, presos portando armas de fogo, armas brancas artesanais, canibalismo, dentre outras atrocidades. Presos unidos e prontos para "a guerra" mais lembravam a época dos gladiadores, tudo amplamente divulgado em rede nacional e internacional de televisão. Esse foi o cenário da maior penitenciária do RN. Após a realização de diversas transferências, construção de muro de contêineres, transferências de presos considerados como articuladores ou "líderes" da rebelião, o Estado assinou sua carta de falência prisional quando teve que atender a pedido dos próprios presos para que a guerra cessasse[84].

A guerra não se limitou apenas à Penitenciária de Alcaçuz, se estendeu para quase todos os presídios do Estado e também para as ruas, pois o que estava em jogo não era apenas o domínio de um presídio, mas sim todo um esquema de tráfico de

[82] ALBUQUERQUE, Newton. **A escolha errada**. Natal, RN: Autor (Unilivreira), 2019, p. 13-14.
[83] ARAÚJO, Ricardo. **Secretaria foi alertada sobre risco de motins 3 dias antes de massacre no RN**. Disponível em: https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,secretaria-foi-alertada-sobre-risco-de-motins3-dias-antes-de-massacre-em-alcacuz,70001658565. Acesso em 07 Jan. 2019.
[84] CORREIO. **Rio Grande do Norte negocia com chefes de facções para retomar controle em presídio**. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/rio-grande-do-norte-negocia-com-chefesde-faccoes-para-retomar-controle-em-presidio/. Acesso em 08 Jan. 2019

drogas em nível nacional. O massacre de Alcaçuz, foi uma retaliação ao que já vinha acontecendo em outros Estados do Brasil, como Boa Vista (RR) e Manaus (AM)[85].

Alcaçuz foi palco de um massacre sangrento, que resultou na morte de 26 apenados, sendo esse número de mortos questionável, por ainda existirem familiares em busca de corpos de seus parentes e por haver presos desaparecidos[86]. Não apenas isso, as mortes de alcaçuz causaram danos irreparáveis aos familiares das vítimas, além de reafirmar a fragilidade e a falência do sistema prisional potiguar.

A brutalidade na forma com a qual os presos morreram (na sua maioria decapitados e esquartejados), pode ser comparada aos suplícios, que eram uma grave punição corporal ordenada por sentença aplicada na Idade Média, como descritos por Foucault[87].

A sociedade norte-rio-grandense presenciou dias de terror e tensão, e cabe ao Estado do Rio Grande do Norte responsabilizar-se pelos danos causados por sua omissão. Com fulcro em tudo que foi explorado ao longo desta pesquisa, é possível analisar a responsabilidade do RN perante os familiares dos detentos que tiveram suas trajetórias de vida interrompidas pela omissão daquele que possui o dever legal de custódia e proteção dos detentos. É o que será abordado em seguida.

Responsabilidade Civil do Estado do Rio Grande do Norte face ao massacre de 14 de janeiro de 2017 na Penitenciária Estadual de Alcaçuz.

Houve ou não responsabilidade estatal frente ao infeliz massacre de Alcaçuz?

---

[85] GARCIA, Gustavo. **Governador do RN diz que massacre é 'retaliação' à rebelião em Manaus**. Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/governador-do-rn-diz-que-massacree-retaliacao-a-rebeliao-em-manaus.ghtml. Acesso em 08 jan. 2019

[86] BARBOSA, Anderson. **Um ano após massacre, 16 presos de Alcaçuz continuam sumidos, ninguém foi punido e superlotação ainda preocupa**. Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-donorte/noticia/um-ano-apos-massacre-16-presos-de-alcacuz-continuam-sumidos-ninguem-foi-punido-esuperlotacao-ainda-preocupa.ghtml. Acesso em 08 Jan. 2019

[87] FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 288.

O STF, através do Recurso Extraordinário (RE) 841.526[88], firmou entendimento de que a morte de um apenado dentro de um estabelecimento prisional gera responsabilidade civil do Estado. Tal entendimento foi formado com base no art. 5º, XLIX[89], e 37, § 6º da CF[90].

A corte suprema entendeu que a responsabilidade civil se submete à teoria do risco administrativo, tornando juridicamente possível a oposição de causas excludentes do nexo de causalidade e exonerados de responsabilização pelo ente público. Essa teoria é aplicada tanto para as condutas comissivas quanto para as omissivas, sendo necessário que exista um nexo causal entre o dano sofrido pela vítima e o dever do Estado de agir para impedir o dano. Além do que é direito subjetivo do preso que o cumprimento de sua pena seja de forma humanizada e que seus direitos fundamentais sejam assegurados, conforme dispõe a CF/88, sendo preservados sua incolumidade física e moral[91].

A teoria do risco administrativo segundo Di Pietro, diz que independentemente da culpa do agente público ou mesmo do serviço, deve o Estado responder pelos danos que causar ao particular, o qual não arcará sozinho com esse ônus, que será democraticamente, solidariamente e igualitariamente repartido por toda a sociedade[92].

No RE em questão, o STF fixou a tese de que quando não observado o dever de proteção do apenado, assegurando sua integridade física e moral, o Estado é responsável pela morte de detento[93].

É importante ressaltar que cabe ao poder público preservar a essência do processo de execução da pena, qual seja, que ela se dê de forma digna, visando garantir os direitos fundamentais inerentes à pessoa presa, bem como preservar a sua integridade

[88] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Pleno. Recurso Extraordinário. 841526. Rel. Min. Luíz Fux. j.
[89] XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;
[90] Art. 37, § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
[91] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Pleno. Recurso Extraordinário. 841526. Rel. Min. Luíz Fux. j.
[92] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 25ª Edição, 2012, p. 701.
[93] "Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no art. 5°, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte de detento".

não apenas física, mas também moral. Tal pensamento possui concomitância com o estabelecido no Pacto de São José da Costa Rica, onde dispõe em seu artigo 5º que "As penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados".

Neste sentido, argumenta Luiz Fux ao afirmar que:

> "O Estado Democrático de Direito, onde todos são iguais perante a lei, não pode admitir que alguns indivíduos sejam privados dos seus direitos fundamentais, mesmo que tenham eles atentado contra os bens jurídicos mais relevantes para a sociedade, que o Direito Penal busca tutelar. A pretensão punitiva do Estado, conquanto deva ser exercitada plenamente, deve respeitar os direitos que os acusados ou apenados, como qualquer ser humano, têm assegurados pela ordem jurídica. Em resumo, devem ser tratados como seres humanos." Luiz Fux, RE 841526.

Com efeito, o caso ocorrido no RN não seria diferente do caso tratado no presente Recurso Extraordinário (RExt). Apesar do caso do recurso, tratar da morte de um preso que teria cometido suicídio, enquanto em Alcaçuz tratar de um caso em que ocorreu o assassinato de vários detentos, em ambos os casos os presos estavam sobre a custódia estatal, devendo este portanto ter tomado medidas cabíveis com a finalidade de resguardá-los. Desta forma, resta-se comprovado o nexo de causalidade entre o dano e a omissão estatal. Para os ministros, tanto no homicídio quanto no suicídio, demonstra-se a falha do Estado em preservar a vida, a integridade física e moral dos presos[94].

O Estado do Rio Grande do Norte em sentença recente, datada de 08/12/18, foi condenado ao pagamento de indenização a título de danos morais para a mãe de um dos 26 mortos no massacre de Alcaçuz[95].

Em sua decisão, o juiz titular da 3ª Vara da Fazenda Pública de Natal, Dr. Bruno Montenegro Ribeiro Dantas argumentou que o Estado negligenciou a proteção da

[94] Barros, Gabriela Wanderley da Nóbrega Farias de. Assassinato institucionalizado: uma análise acerca da responsabilidade civil do estado do Rio Grande do Norte quanto às mortes no massacre de Alcaçuz. - Natal, RN, 2017

[95] EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HOMICÍDIO DE APENADO EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL. OMISSÃO. DEVER DE PRESERVAR A INTEGRIDADE FÍSICA DOS APENADOS. PESSOAS CUSTODIADAS PELO PODER PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. PRECEDENTES DO STF. ATO LESIVO,

integridade física do detento, ao permitir que este fosse morto por ação perfurocortante dentro do estabelecimento prisional, que segundo a doutrina majoritária, a questão suscitaria a investigação acerca da responsabilidade civil subjetiva do Estado, porém no caso em questão, subsiste a responsabilidade civil objetiva do Estado, tanto pela sua conduta omissiva, como pela sua conduta comissiva, sendo esse entendimento firmado tanto no âmbito do STF quanto no âmbito do TJRN[96].

O magistrado também argumentou que os requisitos para configuração da responsabilidade objetiva estavam devidamente preenchidos, a omissão do Estado restou configurada quando ele, responsável pelo resguardo da integridade física e moral dos apenados, não evitou que Felipe Renê Lima de Oliveira viesse a óbito dentro do estabelecimento prisional, *in verbis*:

> "O dever de custódia dos apenados impõe ao Estado a preservação da integridade física daqueles, possibilitando-lhes a segurança e o gozo do direito à vida, para o digno cumprimento da pena à qual foram condenados. É obrigação de feição constitucional, reproduzida no ordenamento infraconstitucional (art. 5º, XLIX, da CF e art. 40, da LEP, respectivamente), que deveria ser eficazmente cumprida pelo demandado, responsável pela vida daqueles que estão em seus estabelecimentos prisionais".

Entendeu ainda que o detento, por estar custodiado em estabelecimento prisional que deveria estar sob a vigilância constante do Estado, necessita de agasalho no que tange à sua integridade, razão pela qual não há que falar em exclusiva culpa da vítima ou de terceiros, restando claro a ineficácia do Estado em garantir a proteção disposta no art. 5º, inciso XLIX da CF, tendo em vista que a morte ocorreu dentro do presídio, configurando desta forma, a responsabilidade do Estado pela morte do detento.

O requisito do nexo causal, segundo entendimento do magistrado na sentença, restou comprovado a partir do momento que se comprovou a omissão danosa do réu, pois, é notório o nexo causal do ato da omissão do estado com o prejuízo sofrido pela requerente, genitora do falecido.

Desta forma, o entendimento do juiz responsável pelo julgamento do processo em que a genitora da vítima pleiteia indenização por danos morais em virtude da morte

[96] *Ibid*

do seu filho dentro do estabelecimento prisional está em concomitância com o entendimento firmado pelo STF, mas também por um entendimento que vem sendo firmado no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, veja-se:

> Remessa necessária. Ação de indenização. Morte de detento em estabelecimento prisional. Responsabilidade objetiva do estado. Aplicação do art. 37, § 6º da constituição federal. Falha no dever de assegurar a integridade física do apenado. Presença do nexo de causalidade. Danos morais e materiais configurados. Dever indenizatório caracterizado. Quantum fixado pelo de maneira razoável. Manutenção da sentença. Remessa necessária conhecida e desprovida[97].

Beccaria, na sua obra "Dos delitos e das penas" afirmava que a finalidade principal da pena não é atormentar e prejudicar um ser e que essa pena que lhe é imposta deve causar uma "impressão mais eficaz e duradoura no espírito dos homens, e menos tormentosa no corpo do réu"[98]. Na mesma linha de argumentação, ensina Foucault que "no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando punimos: sua humanidade[99]".

Desta forma, a morte de 26 presos num massacre que ficou conhecido como o maior massacre da história do RN, revela o estado de necessidade e de falência estatal, são homens que estavam sob a responsabilidade do Estado e que não tiveram o seu principal direito protegido e resguardado, o direito à vida.

Diante do exposto, inelutável reconhecer a responsabilidade civil do Estado pelos acontecimentos outrora relatados. A falha na condução de políticas públicas para este público-alvo, além da corriqueira omissão, mantendo um planejamento preventivo longe de algo tolerável, culminou com uma tragédia de elevadas proporções, a qual sepultou definitivamente tudo o que se ventila sobre direitos humanos em um Estado Democrático de Direito. Diante de tudo o quanto se expôs, resta transparente a responsabilidade civil do Estado frente ao massacre ocorrido em 14/01/17, possuindo

[97] Remessa Necessária nº 2016.009763-1; Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível; Relator: Desembargador Expedito Ferreira; Julgamento: 24/11/2016

[98] BECCARIA, Césare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 6.ed , 2013, tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella, p. 56. [84] FOUCAULT, Michel. *Op. cit*., p. 63.

[99] FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

este o dever de reparar o dano causado mediante pagamento de indenização aos familiares das 26 vítimas do massacre de Alcaçuz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscou fazer um levantamento do sistema prisional potiguar, relatando a situação de calamidade que se instalou desde as primeiras grandes rebeliões ocorridas em 2015, onde foi declarado estado de calamidade no âmbito do sistema prisional, sendo nesse decreto criadas diversas determinações que não chegaram a ser plenamente efetivadas e que não impediram a ocorrência do massacre de Alcaçuz em janeiro de 2017, que nada mais foi que a declaração expressa de falência do sistema prisional do RN, que através da sua omissão resultou na morte de 26 pessoas. Fala-se pessoas, porque apesar de encontrarem-se encarcerados, não deixam de ser seres humanos, que merecem o mínimo de tratamento digno durante o cumprimento de suas penas.

Concluindo dessa maneira, que a responsabilidade civil do Estado do RN frente às mortes ocorridas na penitenciária de Alcaçuz é objetiva, cabendo ao Estado o dever de reparar os danos aos familiares das vítimas através do pagamento de indenização.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Newton. **A escolha errada**. Natal, RN: Autor (Unilivreira), 2019.

ARAÚJO, Ricardo. **Secretaria foi alertada sobre risco de motins 3 dias antes de massacre no RN**. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,secretariafoi-alertada-sobre-risco-de-motins-3-dias-antes-de-massacre-em-alcacuz,70001658565.> Acesso em 07 jan. 2019.

BARBOSA, Anderson. **Um ano após massacre, 16 presos de Alcaçuz continuam sumidos, ninguém foi punido e superlotação ainda preocupa**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/um-ano-apos-massacre-16-presosde-alcacuz-continuam-sumidos-ninguem-foi-punido-e-superlotacao-aindapreocupa.ghtml.> Acesso em 08 jan. 2019

BECCARIA, Césare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 6. Ed. 2013, tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella.

BLOG DO HEITOR GREGÓRIO. **Revista época: Peritos confirmam tortura em presídio de Alcaçuz; falta higiene e sobram doenças**. Disponível em: <http://blog.tribunadonorte.com.br/heitorgregorio/revista-epoca-peritos-confirmamtortura-em-presidio-de-alcacuz-falta-higiene-e-sobram-doencas/.> Acesso em 07 Jan. 2019.

BORGES, Helena. **Pesquisadora relata horrores em uma prisão no Rio Grande do Norte**. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2018/03/pesquisadorarelata-os-horrores-de-uma-prisao-no-rio-grande-do-norte.html.> Acesso em 07 Jan. 2019.

CORREIO. **Rio Grande do Norte negocia com chefes de facções para retomar controle em presídio**. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/rio-grande-do-norte-negocia-comchefes-de-faccoes-para-retomar-controle-em-presidio/.> Acesso em 08 Jan. 2019

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 25ª Edição, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

G1 RN. **Secretaria de justiça do RN nega tortura na penitenciária de Alcaçuz denunciada em relatório**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-donorte/noticia/2018/11/28/secretaria-de-justica-do-rn-nega-tortura-na-penitenciaria-dealcacuz-denunciada-em-relatorio.ghtml.> Acesso em 07 Jan. 2019.

GARCIA, Gustavo. **Governador do RN diz que massacre é 'retaliação' à rebelião em Manaus**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/governador-do-rn-diz-que-massacre-e-retaliacao-a-rebeliao-emmanaus.ghtml.> Acesso em 08 jan. 2019

TRIBUNA DO NORTE. **Sistema prisional: 4 anos de calamidade**. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sistema-prisional-4-anos-decalamidade/435104.> Acesso em 07 Jan. 2019.

ZAULI, Fernanda; CARVALHO, Fred. **Rebelião mais violenta da história do RN tem 26 mortos, diz governo**. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-donorte/noticia/2017/01/rebeliao-mais-violenta-da-historia-do-rn-tem-27-mortos-dizgoverno.html.> Acesso em 07 Jan. 2019.

SOBRE A REVISTA E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. DECLARAÇÃO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

a) Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

2. CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word; O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista; As instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

3. DIRETRIZES PARA AUTORES

a) Estrutura do texto:

- **Título do Artigo –** Centralizado e tamanho da fonte Times New Roman 1**4** em negrito, em português, inglês e em espanhol;
- **Resumo e palavras-chaves –** Justificado em português, inglês e em espanhol, e tamanho da fonte Times New Roman 11, com exceção das palavras **RESUMO**, **ABSTRACT** e **RESUMEN**, que devem ser fonte 12 e negrito (o resumo deve conter objetivo, metodologia, resultados e conclusão do estudo); as **palavras-chave**, **Keywords, Palabras-Clave**, devem ser separadas por ponto e vírgula e ser no mínimo três e no máximo cinco.
- Utilizar como Referência as normas da ABNT.

b) Layout: Formato Word (.doc); Escrito em espaço 1,5 para o texto e 1,0 para citações longas, utilizando Times New Roman fonte 14 para o título que deve ser centralizado, 12 para o texto e 10 para as citações ou notas de rodapés, em formato A4 e as margens do texto deverão ser inferior, superior, direita e esquerda de 3,0 cm.; texto justificado com paragrafo de 1,25, Os artigos científicos devem ter mais de 5 páginas.

c) Figuras: O uso de imagens, tabelas e as ilustrações deve seguir o bom senso e, preferencialmente, a ética e axiologia da comunidade científica que discute os temas do manuscrito.

d) Autoria: Todos os autores precisam ser incluídos nos metadados e na versão final do artigo (após análise dos pareceristas da revista).

- **Autor(es):** Nome Alinhado à direita, colocar em nota de rodapé a apresentação Identificação do autor, com e-mail, incluindo titulação, instituição, outra informação de interesse (máximo três linhas);
- **Orientador(es):** Nome Alinhado à direita, colocar em nota de rodapé a apresentação do orientador com e-mail, incluindo filiação acadêmica, titulação, instituição e outras informações de interesse acadêmico, (máximo quatro linhas).

e) Exemplo de referências em ABNT:

Artigo em periódico:

RIGO, Marciane; BLEIL, Claudecir. Auditoria das Demonstrações Contábeis: um estudo da Evidenciação e Transparência das Informações em uma Cooperativa de Crédito Rural. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do Ideau**, V. 3, n.7, 2008.

Livro:

JUND, S. **Auditoria**: Conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 550 Questões. Rio de Janeiro: Ímpetos, 2001.

Página da internet:

AMOROSO, Danilo. O que é Web 2.0? Disponível em:
< http://www.tecmundo.com.br/web/183-o-que-e-web-2-0->. Acesso em: 12 mar. 2016.

4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos manuscritos é feita por pares, pelo método Double Blind Review, onde cada manuscrito é avaliado por dois pareceristas ad hoc externos, selecionados por especialidade ou afinidade em relação ao conteúdo temático do manuscrito sob apreciação.

Após a submissão o manuscrito é avaliado pelos pareceristas ad hoc, que analisam, sugerem correções e melhorias. Em seguida é feita a análise pelo editor, que analisa os pareceres e decide pela recusa ou aceitação do manuscrito.

Após a análise do editor, o manuscrito é devolvido para os autores para realização das melhorias sugeridas pelos pareceristas.

Por fim, o autor envia a versão final do manuscrito, com o respectivo relatório do software de detecção de similaridades (possivelmente o CopySpider).

5. FOCO E ESCOPO

A Revista de Ensino e Cultura é um periódico vinculado ao Centro Universitário Natalense – UNICEUNA e ao Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte – IESRN, de acesso aberto, com fluxo contínuo de publicação. A revista aceita manuscritos em todas as áreas do conhecimento, em especial sobre Ensino e Cultura.

6. POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta Revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

A Revista não cobra taxas. Assim, não são cobradas taxas para avaliação dos artigos, ou taxas para submissão de artigos.

7. ÉTICA DA PUBLICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA DE PUBLICAÇÃO

E revista dedica-se a cumprir as boas práticas no que diz respeito à conduta moral condizente com a editoração cientifica de periódicos. A prevenção da negligência também é responsabilidade crucial do autor, editor e da equipe editorial: qualquer forma de comportamento antiético, bem como o plágio em qualquer instância, não é aceito. Os autores que enviam artigos para a revista garantem que o trabalho não foi publicado nem está em processo de revisão/avaliação em nenhum outro periódico.

A revista recomenda o uso da lista de verificação e fluxograma do CONSORT 2010 como condição de submissão ao relatar os resultados de um estudo randomizado. Modelos para estes podem ser encontrados no site da CONSORT [www.consort-statement.org] que também descreve várias extensões de lista de verificação CONSORT para diferentes projetos e tipos de dados além de dois testes paralelos de grupo. Os artigos devem relatar o conteúdo abordado por cada item da lista de verificação. O atendimento desses requisitos básicos aumentará as chances de eventual publicação.